

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Denúncia ao Serviço da Fé ou da Vingança?

A Delação Inquisitorial e os seus Efeitos

Crina Adriana Oltean

**Mestrado em História
(História Moderna e Contemporânea)**

2014

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



**A Denúncia ao Serviço da Fé ou da Vingança?
A Delação Inquisitorial e os seus Efeitos**

Crina Adriana Oltean

Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea orientada
pela Professora Doutora Isabel Drumond Braga

2014

Índice

Índice	1
Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Siglas e abreviaturas.....	6
Introdução	7
Estado da Questão	9
Parte I - O Tribunal do Santo Ofício enquanto Instituição de Disciplinamento	15
1.1 – À Volta da Conceptualização de Disciplinamento Social	16
1.2 – O Tribunal do Santo Ofício: Estrutura e Organização.....	18
1.3 – Objectivos e Métodos da Instituição.....	21
Parte II - A Denúncia: um Mecanismo Complexo.....	25
2.1 – A Relevância da Denúncia.....	26
2.2 – Suscitar a Denúncia	29
2.2.1 – Visitas Inquisitoriais	31
2.2.2 – Processos e Julgamentos	38
2.3 – Motivações e Consequências	41
Parte III - Denúncia e Conflituosidade Social	44
3.1 – Perfil dos Intervenientes	45
3.2 – Caracterização dos Conflitos	53
3.2.1 – Motivos	53
3.2.2 – Categorias de Motivos	55
3.2.3 – Relações entre Motivos.....	67

3.2.4 – Contextos	76
3.3 – Classificação dos Delitos.....	82
3.4 – Impacto Social	101
Conclusão	103
Anexos.....	107
Apêndice Documental	119
Fontes e Bibliografia.....	146

Agradecimentos

O presente trabalho não seria possível sem o auxílio e confiança de inúmeras pessoas que nos acompanharam com os seus ensinamentos, experiências ou apenas com simples palavras de apoio.

Agradecemos à nossa professora e orientadora Doutora Isabel Drumond Braga, por toda a disponibilidade e atenção que nos dedicou nas sugestões, correcções e críticas efectuadas, bem como pela paciência e amabilidade no auxílio e estímulo que nos presenteou perante as dificuldades.

Ao João pela dedicação e ajuda na elaboração da componente estatística desta dissertação, assim como todas as sugestões colocadas e acima de tudo pelo seu companheirismo e paciência durante este percurso. Para ele vai, sem dúvida, o meu enorme agradecimento.

Não podia deixar de agradecer à minha família e amigos pelo apoio e palavras de incentivo nos momentos mais difíceis.

Resumo

O Tribunal do Santo Ofício surgiu, por insistência do poder régio, em Portugal no ano de 1536 com o principal objectivo de combater as heresias das comunidades cristãs-novas. A omnipresença desta instituição reguladora, no seio das populações, visava combater os comportamentos heréticos através do controlo e da disciplinamento social. O alargamento das suas competências a outros delitos reforçou a sua interferência no quotidiano de uma população particularmente ignorante e conflituosa.

A regulação do Tribunal assentava em princípios de disciplina ética e moral em prol da doutrina católica. A delação tornou-se a principal fonte de informação da Inquisição e ao mesmo tempo a possível solução para a resolução ou protecção de atritos do foro privado. Com uma metodologia assente numa “pedagogia do medo”, a denúncia era suscitada e as suas consequências contribuíram para a conflituosidade social. O clima de temor associado à suspeição e desconfiança eram os principais ingredientes para as rivalidades e consequente denúncia. A nossa investigação centra-se nas rivalidades e conflitos sociais, procurando identificar não só as causas destes como também as motivações que justificam as delações.

A denúncia tornou-se o método de vigilância das populações por excelência, do qual o Santo Ofício dependia para justificar e firmar a sua presença. Contudo, a dependência da contribuição das populações sujeitou o Tribunal às pretensões de foro privado, vulnerabilidade que possivelmente o afastava dos seus objectivos e princípios. A acção da Inquisição acabou por ter repercussões, especialmente de foro comportamental, na sociedade Portuguesa.

Palavras-Chave: Tribunal do Santo Ofício, conflitos, rivalidades, motivos, denúncia, medo, suspeita, Portugal.

Abstract

The Court of the Holy Office was established at the insistence of the Portuguese monarchy, in Portugal in the year 1536 with the main objective to combat the heresies of the new Christian communities. Omnipresent within the population, this regulatory institution, aimed to fight heretical behavior through social control and discipline. The extension of its powers to other crimes increased its interference in the daily life of a particularly ignorant and confrontational population.

The Court's regulation relied on the principles of ethics and morality, disciplining in favor of the Catholic doctrine. Snitching became the primary source of information for the Inquisition and at the same time was a way for the people to manipulate the system, who used this as a possible solution to solve or to protect themselves from private issues. With a methodology based on a "pedagogy of fear", the denunciation was promoted and its aftermath contributed to the social conflict. The climate of fear associated with suspicion and distrust were the main ingredients for the rivalry and consequent denunciation. Our research focuses on social rivalries and conflicts, trying to identify not only the causes of these but also the motivations that justify vigilantism.

The denunciation became the primary method for monitoring populations in which the Holy Office needed to justify and establish its presence. However, the dependence on the contribution of populations subjected the Court to the wishes of the private forum, vulnerability that possibly pushed it away from its objectives and principles. The action of the Inquisition eventually had repercussions in the Portuguese society, especially in the behavioral forum.

Key words: The Court of the Holy Office, conflicts, rivalries, motives, denunciation, fear, suspicion, Portugal.

Siglas e abreviaturas

A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo

cf. – confronto

fol(s). – fólho(s)

liv(s). – livro(s)

n.º(s) – número(s)

p(p). – página(s)

s.l. – sem local

s.n. – sem nome

s.p. – sem paginação

vol(s). – volume(s)

Introdução

A partir de um amplo conjunto de cartas da autoria de indivíduos que temeram vir a ser objecto de denúncia, reunidas num código factício, com datas compreendidas entre 1639 e 1684, todas relativas ao espaço da Inquisição de Coimbra, pretende efectuar-se uma análise do conteúdo destas fontes manuscritas inéditas, de modo não só a compreender e explicar o papel da máquina inquisitorial no seio dos conflitos sociais mas também verificar se a acção do Santo Ofício foi bem-sucedida nos seus propósitos, isto é, se a denúncia foi resultado de vinganças ou de actos de fé e de que forma os que suspeitavam vir a ser objecto de delação tentavam antecipar-se.

Com esta investigação procurou analisar-se o receio das denúncias de forma a identificar não só os motivos destas mas também os contextos sociais em que foram produzidas, sem esquecer as consequências que originaram. A análise da conflituosidade social a partir das fontes inquisitoriais é algo que ainda não foi feito e que merece atenção. Assim, utilizaram-se as cartas que anteciparam eventuais prisões, escritas ou mandadas escrever por quem era analfabeto, visando conhecer o funcionamento do Tribunal mas também e, sobretudo, as difíceis relações de vizinhança, profissionais e até familiares em determinados contextos. Pretende-se, deste modo, investigar e analisar o que esteve na origem da denúncia e como esta acção era, muitas vezes, utilizada para resolver os atritos sociais entre os indivíduos. O estudo dos conflitos existentes e como estes potenciariam a denúncia, a forma em que a conflituosidade era explorada e até potenciada pelo próprio Tribunal são questões que se pretendem explicar nesta dissertação. Assim, se por um lado temos a omnipresente conflituosidade social, por outro temos a máquina inquisitorial alimentada por esta prática e completamente consciente de tal situação. Também fará parte deste estudo, a perspectiva do aparelho inquisitorial enquanto precursor e regulador desta conflituosidade.

Para a realização deste estudo procedeu-se inicialmente à identificação e levantamento das informações, contidas nas nossas cartas, consideradas relevantes para esta investigação. Neste processo, foi necessário ultrapassar certas dificuldades, mais concretamente, a omissão de certos dados (nome, estatuto religioso, profissão, etc.); a recorrência dos intervenientes em diferentes cartas e identificados de formas distintas; a complexidade dos relatos, nos quais os motivos atravessavam gerações e abrangiam um elevado número de pessoas; a relação causa efeito dos motivos de inimizades, onde em

vários casos, os conflitos eram consequência de mais que um motivo; a individualidade dos motivos, isto é, cada interveniente tinha um conjunto de motivos que justificavam o conflito; etc. Superadas estas situações foram elaboradas diversas tabelas e gráficos com base em cálculos estatísticos, visando sempre a integridade dos dados, de forma a tornar mais compreensíveis as informações apuradas e a facilitar as diferentes análises.

Esta dissertação estruturou-se em três partes. Na primeira foi abordada a temática inerente à estrutura, organização, métodos e objectivos do Tribunal do Santo Ofício enquanto mecanismo de disciplinamento e controlo social. Na segunda, a denúncia foi o tema central, tendo sido elaborado um estudo no que refere à importância da denúncia para o Santo Tribunal, assim como o método utilizado por este para estimular a delação, mais concretamente as visitas inquisitoriais e o sistema processual. A fechar esta segunda parte, foram estudadas as motivações e as consequências sociais do processo de denúncia. Na terceira e última, temos o desenvolvimento da nossa investigação, a qual optamos por dividir em quatro pontos: o primeiro é referente aos intervenientes, tendo sido efectuado um levantamento dos dados acerca do perfil destes e elaborado um estudo relativo à sua situação socioprofissional e religiosa; o segundo ponto envolve um aprofundado estudo sobre os motivos dos conflitos, no qual se identificaram, quantificaram e agruparam as diversas causas de inimizades. Ainda neste ponto, foi analisada a relação entre motivos e o contexto em que estavam inseridos; no terceiro ponto foram recolhidas e analisadas as informações relativas às acusações de delitos de foro inquisitorial; por fim, no último, foi efectuada uma exposição, com base nos resultados dos pontos anteriores, acerca das consequências que as denúncias trouxeram para o seio das populações. No que diz respeito à bibliografia, procurou incluir-se um amplo conjunto de fontes bibliográficas relativas à temática em estudo, de forma a complementar e fundamentar a nossa dissertação.

Iremos assim determinar os motivos dos conflitos na sociedade e analisar as suas causas e consequências, visando sempre compreender as motivações que estão na origem das cartas que receiam as denúncias. Neste sentido, verificaremos como a delação terá contribuído para incitar rivalidades e em como estas inimizades estariam mais ligadas ao quotidiano social do que a questões de fé.

Estado da Questão

Desde sempre que o controlo social é um poder muito cobiçado, a imposição de regras morais e comportamentais na sociedade constitui uma batalha que acarreta um conjunto de consequências que afectam e marcam as sociedades. Neste processo complexo colaboram o poder político e o poder religioso.

A Inquisição foi uma das instituições que marcou de um modo mais significativo a vida dos Portugueses entre os séculos XVI e XIX. Moldando comportamentos religiosos e sociais, esta instituição teve um enorme impacto em Portugal tanto devido à sua importância religiosa e política, como pelo papel que desempenhou como mecanismo de controlo social através da perseguição a todo o tipo de desvios e comportamentos considerados heréticos. A intendência que esta instituição teve nos mais variados domínios acaba por ter um profundo impacto na vida social, moldando não só a vida religiosa mas também a ética dos comportamentos dos Portugueses¹. A

¹ Cf., de entre outros, Ângela Mendes de Almeida, *O Gosto do Pecado. Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Rocco, 1994; António de Sousa Araújo, “Visitas Pastorais na Arquidiocese de Braga. Assiduidade dos Visitadores nos séculos XVI-XIX”, *Itinerarium*, n.º 98, Lisboa, 1977, pp. 284-307; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, [s.l.], Temas e Debates, 1996; Idem, “Inquisição e Controlo Social”, *Revista História e Crítica*, n.º 14, Lisboa [s.n.], pp.5-18; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin Editores, 2005; Idem, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Hugin Editores, 2002; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997; Marcelo Caetano, “Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 19, Lisboa, 1965, pp. 7-87; Maria Luisa Chacón Candal, “Disciplinamento Católico e Identidade de Género. Mujeres, Sensualidad y Penitencia en la España Moderna”, *Manuscripts*, vol. 25, Madrid, 2007, pp. 21-237; Susana Goulart Costa, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007; Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina e Religião Vivida. Os Açores na Época Moderna*, Ponta Delgada, Eurosigno, 1991; Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. (Coimbra 1750-1850)*, 2 vols., Viseu, Palimage, 2000; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto Fundação Eng.º António de Almeida, 1997; José Pedro Paiva, *Baluarte da Fé e da Disciplina. O Enlace entre a Inquisição e os Bispos de Portugal (1636-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011; Idem, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; Idem, “El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, Dependencias y Disidencia entre la Monarquía y la Iglesia del Reino de Portugal (1495-1640)”, *Manuscripts*, vol. 25, Madrid, 2007, pp. 45-57; Idem, “Inquisição e Vistas Pastorais: dois Mecanismos Complementares de Controlo Social”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 85-102; Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Horizonte, 2005; Idem, “Disciplina Christiana Apuntes Historiográficos en torno a la Disciplina y el Disciplinamento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de História Moderna*, n.º 18, Madrid, 1997, pp. 119-136; Idem, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. O Jesuítas de Évora a as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003; Eugénio dos Santos, “Missões do Interior em Portugal na

actividade de controlo e perseguição à heresia articulou-se através de um conjunto de mecanismos, desde a censura literária² e controlo pedagógico passando pela expansão no espaço através dos tribunais de distrito e redes de comissários e familiares, a acções mais directas tal como as visitas ao distrito. A Inquisição não só se encarregou de controlar os assuntos internos, mas também as possíveis influências externas a que o Império Português estaria sujeito. Olhando para Portugal da Época Moderna, temos uma nação virada para os mares do mundo com um império global, onde proliferou o comércio e o contacto com outras nações, onde constantemente chegavam aos seus portos naus do estrangeiro. Por tal, compreende-se a acção e preocupação da instituição na inspecção das mercadorias³, essencialmente na procura de livros proibidos que de alguma forma se tornassem uma ameaça para a ortodoxia católica. Na realidade, todos estes mecanismos acabam por se complementar, resultando inevitavelmente num contributo para o controlo social, sendo que os comportamentos da sociedade tornam-se inevitavelmente reflexo deste controlo.

A doutrinação católica sempre esteve envolta em acções mais ou menos repressivas e violentas, o Tribunal do Santo Ofício acabou por se tornar num poderoso

Época Moderna: Agentes, Métodos e Resultados”, *Arquipélago. Ciências Humanas*, vol. 6, Ponta Delgada, 1984, pp. 29-65; Idem, *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992; Hugo Ribeiro da Silva, *O Cabido da Sé de Coimbra. Os Homens e as Instituições (1620-1670)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1700)*, Braga, [s.n.], 1997.

² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, (*Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. 7), Lisboa, Presença, 2001, pp. 465-565; Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005; I.S. Révah, *La Censure Inquisitoriale Portugais au XVI^e siècle. Etude accompagnée de la Reproduction en fac-simile des Index*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, Instituto de Alta Cultura, 1960; e Isaías da Rosa Pereira, “A Censura dos Livros na Inquisição em Portugal”, *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. 1, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 489-514.

³ Manuela Domingos, “Visitas do Santo Ofício às Naus Estrangeiras. Regimentos e Quotidianos”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, vol. 8, n. 1, Lisboa, 1993, pp. 117-229; Fernanda Espinosa, “A Inquisição, os Navios Estrangeiros e os Mercadores do Porto no século XVIII”, *Escritos Históricos*, compilação e prefácio de A. H. de Oliveira Marques, Porto Editora, 1972, pp. 309-318; Maria de Fátima Dias dos Reis, “Um Livro de Visitas a Naus Estrangeiras. Exemplo de Viana do Castelo (1635-1651)”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 709-742; Idem, “O Porto de Viana do Castelo no século XVIII através do olhar da Inquisição. Estrutura, Imagem e Resultados: Novos Dados”, *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, organização de Anita Novinsky e Maria Luísa Tucci Carneiro, São Paulo, 1992, pp. 170-194.

sistema de domínio e vigilância, muito difundido que controlava as ideias e os comportamentos. Diversos temas relativos ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição têm sido alvo de estudos académicos de dimensão e aprofundamento diferenciados. Com o aparecimento de obras diversas a par de dissertações, artigos, capítulos de livros e comunicações apresentadas a congressos, temos actualmente acesso a uma vasta informação acerca da organização e estrutura do aparelho inquisitorial, à sua actuação, aos delitos, aos réus e a tantas outras matérias⁴. No entanto, nota-se que grande maioria destas investigações tendeu a focar-se essencialmente na máquina inquisitorial deixando de lado questões socioculturais, tais como os comportamentos, o quotidiano, a cultura material, etc., havendo, contudo, excepções⁵, na produção historiográfica mais recente.

Nesta dissertação iremos estudar os mecanismos de denúncia. A acção do Santo Ofício dependia completamente da colaboração da sociedade, mais concretamente do acto de denunciar. Neste sentido, compreende-se que o sucesso deste método possa ser apreciado através da análise das motivações próprias a tais procedimentos. Isto é, importa equacionar se estamos perante actos de obediência às exortações do Santo Ofício que, entretanto, anunciava o descarrego e a salvação da alma a quem denunciava

⁴ Sobre a produção historiográfica portuguesa, cf. Giuseppe Marcocci, “Toward a History of the Portuguese Inquisition Trends in Modern Historiography 1974-2009”, *Revue de l'Histoire des Religions*, n.º 3, Paris, 2010, pp. 355-393.

⁵ Cf., de entre outros, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Alimentação das Minorias no Portugal Quinhentista”, *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de Historia da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 11-33; Idem, “Os Ataques Franceses e os Patrimónios Femininos no Rio de Janeiro Setecentista através dos Inventários de Bens”, *Revista de la Inquisición*, vol. 13, Madrid, 2009, pp. 223-225; Idem, “As Cristãs Novas e as Práticas e Interditos Alimentares Judaicos no Portugal Moderno”, *Caderno Espaço Feminino*, vol. 20, n.º 1, Uberlândia (Minas Gerais), 2008, pp. 31-56; Idem, “Inquisição e Cultura Material. Os inventários de Bens e a Joalharia no Brasil do Século XVIII”, *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3, Porto, 2009, pp. 263-277; Idem, “O Vestuário e a Casa dos Mercadores Portugueses Seiscentistas: Simplicidade ou Luxo?”, *Semata. Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 21, Santiago de Compostela, 2009, pp. 141-165; Idem, *Bens de Hereges. Inquisição e Cultura Material (Portugal e Brasil, séculos XVII e XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012; Paulo Drumond Braga, “Cabeleireiros e Inquisição no Portugal Setecentista”, *Revista de Artes Decorativas*, vol. 4, Porto, 2010, pp. 139-155; Antonio Gómez Castillo, “Escrito en Prisión. Las Escrituras Carcelarias en los siglos XVI y XVII”, *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, n.º 0, Porto, 2003, pp. 147-170; Rita Marquilhas, *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000; Luís Mott, “In Vino Veritas: Vinho e Aguardente no Quotidiano dos Sodomitas Luso-Brasileiros à Época da Inquisição”, *Álcool e Drogas na História do Brasil*, organização de Renato Pinto Venâncio e Henrique Carneiro, São Paulo, Alameda, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005, pp. 47-70; Idem, “Meu Menino Lindo: Cartas de um Frade, Sodomita, Lisboa (1690)”, *Luso Brazilian Review*, n.º 38, Madison, 2001, pp. 97-115; Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica. Mobilidade, Cumplicidade e Vivências*, 2 vols. em 3 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

a heresia e o herege; ou se estamos perante actos mesquinhos de vingança. Ou seja, até que ponto seriam as denúncias resultantes da fé e não o resultado de questões privadas?

As diversas fontes inquisitoriais existentes contêm um conjunto de informações que vão para além do sistema judicial, das quais se podem retirar aspectos de âmbito sociocultural, permitindo estudar questões inusitadas do quotidiano das populações. Neste contexto, as denúncias são as fontes mais próximas dos intervenientes, uma vez que as informações que contêm, além de mais vastas e detalhadas, terão sofrido menos alterações.

Numa primeira aproximação devemos considerar que, para a compreensão do modelo de denúncia é crucial conhecer a legislação existente inerente a este acto. É neste contexto que consideramos os regimentos da Inquisição documentos essenciais para o presente estudo pois regularam, passo a passo, todos os aspectos que os inquisidores deveriam ter em conta quando procediam ao registo e ao exame das denúncias. A leitura desta documentação torna claro o conhecimento e o valor que o aparelho inquisitorial deu a esta matéria. Mas iremos mais longe e iremos analisar denúncias e, muito particularmente, cartas de particulares que temiam ser denunciados.

Nos diversos estudos existentes, as denúncias aparecem essencialmente como fonte de informação no sentido judicial, de onde se extraíram essencialmente as questões inerentes aos delitos, à acção do tribunal e aos seu intervenientes. Ou seja, não se estudou a denúncia enquanto tal e raramente se aludiu às verdadeiras motivações que levavam as pessoas a denunciar, apesar de os inquisidores sempre tentarem averiguar se os delatores eram inimigos dos que estavam a acusar.

No que diz respeito ao universo bibliográfico, estas fontes inquisitoriais foram estudadas, na perspectiva acima explicitada, por vários autores que se dedicaram ao estudo da actuação do tribunal de determinada região. Destacamos, destes estudos, *A Inquisição de Évora*⁶ (1987) estudada por António Borges Coelho, nomeadamente o capítulo “Estilos e ‘fábricas’ de condenados”, no qual o autor explora o tema das denúncias e das confissões sobretudo de ponto de vista da veracidade destas, bem como a metodologia usada pelos inquisidores para recolherem um máximo número de denúncias e de confissões. Em *A Inquisição de Coimbra* (1989), Elvira Cunha de

⁶ António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, vol. I., Lisboa, Caminho, 1987, pp. 108-118.

Azevedo Mea⁷ elaborou um estudo, recorrendo às denúncias, no ponto de vista das visitas inquisitoriais e de como estas eram a forma mais eficaz de obter denúncias e confissões. Por seu lado, em *A Inquisição nos Açores* (1996), Paulo Drumond Braga⁸ efectuou um levantamento quantitativo e classificativo das denúncias analisando diversos aspectos inerentes aos intervenientes e delitos denunciados. Sendo as visitas inquisitoriais o principal mecanismo que desencadearia a denúncia, não posso deixar de destacar também alguns dos diversos estudos sobre as visitas⁹.

Se lançarmos um olhar mais abrangente e pensarmos em estudos para outras partes da Península Ibérica, poderemos verificar que, tal como em Portugal, as delações foram analisadas por todos aqueles que se dedicaram ao estudo da actuação do Tribunal sobre uma determinada região. Vejam-se vários exemplos, relativos aos tribunais de Valencia¹⁰, da Galícia¹¹, e de Toledo¹². Saliente-se que o autor deste último estudo, Jean-Pierre Dedieu, analisou-as num artigo intitulado “Denunciar-Denunciarse. La Delación Inquisitorial en Castilla la Nueva en los siglos XVI–XVII”¹³, no qual elaborou uma exposição acerca do acto de denúncia, essencialmente na perspectiva de como esta acção foi uma importante ferramenta da Inquisição no combate à heresia. É neste

⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, pp. 207-305.

⁸ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, pp. 139-168.

⁹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial do Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade*, nova série, n.º 3, Portalegre, 1989, pp. 109-138; Idem, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1898, pp. 567-595; Maria Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira: a Visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de Historia da Madeira*, vol. 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1990, pp. 764-810; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e vila do Conde em 1565”, *Revista de la Inquisición*, n.º 3, Madrid, 1994, pp. 29-67; Idem, “Entre Portugal e o Brasil: o Percurso de Geraldo José de Abranches ao serviço da Inquisição”, *Retratos do Império. Trajectórias Individuais no Mundo Português nos séculos XVI a XIX*, organização de Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves, Niterói/Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 233-258.

¹⁰ Ricardo García Cárcel, *Herejía y Sociedad en el siglo XVI. La Inquisición en Valencia. 1530-1609*, Barcelona, Ediciones Península, 1979, pp. 179-206; Idem, *Orígenes de la Inquisición Española. El Tribunal de Valencia. 1478-1530*, Barcelona, Península, 1976, pp. 189-202.

¹¹ Jaime Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición en Galicia. (Poder, Sociedad y Cultura)*, Madrid, Akal/Universitaria, 1982, pp. 481-511.

¹² Jean-Pierre Dedieu, *L’Administration de la Foi. L’Inquisition de Tolède (XVI^e-XVIII^e siècle)*, Madrid, Casa de Velásquez, 1989, pp. 111-153; Idem, “Denunciar-Denunciarse. La Delación Inquisitorial en Castilla la Nueva en los siglos XVI–XVII”, *Revista de la Inquisición*, vol. 2, Madrid, 1992, pp. 95-108.

¹³ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. La Delación Inquisitorial en Castilla la Nueva en los siglos XVI–XVII”, *Revista de la Inquisición*, vol. 2, Madrid, 1992, pp. 95-108.

contexto que o autor demonstrou a importância das denúncias para estudos relativos a questões sociais. Uma exceção, no panorama peninsular.

Parte I

O Tribunal do Santo Ofício enquanto Instituição de Disciplinamento

1.1 – À Volta da Conceptualização de Disciplinamento Social

Ao longo do tempo, as sociedades evoluíram necessariamente para as mais distintas formas, cada vez mais complexas, de organização e controle. A Época Moderna caracterizou-se essencialmente por um período de transição social, onde se destaca o efeito profundo que as confessionalizações¹⁴ e disciplinamento social¹⁵ tiveram nos padrões sociais. De facto, o disciplinamento social foi o instrumento de doutrinação fundamental para o desenvolvimento das diferentes confessionalizações¹⁶ da Europa Ocidental, onde “a instrução, o controlo e transformação dos comportamentos e a adaptação e reforma dos ritos constituíram as três frentes de actividade disciplinadora desenvolvida pelas autoridades eclesiásticas e religiosas”¹⁷.

Assim, e de acordo com os novos ventos de mudança a Igreja Católica romana, essencialmente por consequência da reforma protestante e através do Concílio de Trento, estipulou novas directrizes de reforma interna que implicaram não só uma redefinição dos ritos e normas, mas também a sua interiorização e transmissão através de um processo do disciplinamento¹⁸. Em termos de doutrinação, a particular proximidade dos agentes da Igreja às populações era determinante, é neste contexto que

¹⁴ Sobre os conceitos de confessionalização e disciplinamento social cf. Winfried Schulze, “Il Concetto di «Disciplinamento Sociale nella prima Età Moderna» in Gerhard Oestreich”, *Annali dell’Istituto Storico Italo-Germanico in Trento*, vol. 18, Bolonha, 1992, pp. 371-411; Wolfgang Reinhard, “Disciplinamento Sociale, Confessionalizzazione, Modernizzazione. Un Discorso Storiografico”, *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e Disciplina della Società tra Medioevo ed Età Moderna*, Bolonha, Società Editrice il Mulino, 1994, pp. 101-123; Heinz Schilling, “Chiese Confessionali e Disciplinamento Sociale. Un Bilancio Provvisorio della Ricerca Storica”, *Disciplina dell’Anima* [...], pp. 125-160; Federico Palomo, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 25-31; Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia. Inquisitori, Confessori, Missionari*, 2ª edição, Turim, Giulio Einaudi Editore, 2009.

¹⁵ Sobre a problemática do disciplinamento social, cf. Frederico Palomo, “‘Disciplina Christiana’ Apuntes Historiográficos en Torno a la Disciplina y el Disciplinamiento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 18, pp. 119-136 (disponível on-line em <http://revistas.ucm.es/>); Maria Luisa Candau Chacón, “Disciplinamiento Católico e Identidad de Género. Mujeres, Sensualidad y Penitencia en la España Moderna”, *Manuscrits*, 25, 2007, pp. 211-237 (disponível on-line em <http://www.raco.cat/>); José Pedro Paiva, *El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado Contaminaciones, Dependencias y Disidencia entre la Monarquía y la Iglesia del Reino de Portugal (1495-1640)*, Barcelona, *Manuscrits* 25, 2007, pp. 45-57 (disponível on-line em <http://ddd.uab.cat/>); Ronald Po-Chia Hsia, “Disciplina Social y Catolicismo en la Europa de los siglos XVI y XVII”, Barcelona, *Manuscrits*, 2007, pp. 29-43 (disponível on-line em <http://www.raco.cat/>).

¹⁶ Católica, luterana e calvinista.

¹⁷ Frederico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 10.

¹⁸ Frederico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], p. 13.

se compreende o conjunto de reformas efectuadas no âmbito de disciplinamento, tanto aos agentes eclesiásticos como à população em geral. A formação cultural e religiosa aliada à imposição de requisitos comportamentais (disciplinação ética e moral) tornaram-se a base do disciplinamento social¹⁹. É com uma estreita relação, assente em interesses comuns, com o poder régio que foram desenvolvidos um conjunto de métodos (coercitivos²⁰ e pedagógicos²¹) de controlo e disciplinamento social fundamentados numa legitimidade tanto religiosa como política.

Em Portugal, a expansão e desenvolvimento da nação contribuíram para a crescente necessidade do poder político reforçar a sua autoridade sobre a Igreja e consequentemente sobre as camadas sociais. Nesta conjuntura, verificaram-se tentativas de interpenetração de ambos os poderes, régio e religioso. Esta interpenetração assentava em diversos interesses comuns e convergentes, facto que contribuiu para uma colaboração pouco conflituosa entre ambos os poderes²².

No que diz respeito ao interesse da Coroa nos assuntos da Igreja destacamos, no sentido deste estudo, as questões de foro social sem pretender menosprezar as questões económicas²³. O interesse da Coroa nos assuntos religiosos centrava-se em grande medida nas questões sociais²⁴, pois a Igreja ao dispor de uma infra-estrutura com mecanismos de controlo e disciplinação social²⁵ oferecia não só uma capacidade de afirmação da Coroa, mas também reforçaria a sua presença perante a população e até mesmo no seio da própria Igreja. Devemos sublinhar que a Igreja beneficiava, conscientemente, do interesse e intervenção da Coroa nos seus assuntos, na medida em que não só reforçava a sua representação e domínio religioso no território, mas também garantia os consequentes privilégios²⁶.

¹⁹ Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], p. 36.

²⁰ Tribunais eclesiásticos, o Tribunal do Santo Ofício, as visitas e a censura. Cf. Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], pp. 30-55. Sobre as visitas ver também Joaquim de Carvalho e José Pedro Paiva, “Visitas”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. P-V, coordenação de Ana Maria Jorge, et al, Lisboa, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 365-369.

²¹ Livros de devoções, catecismos, sermões, imagens, confissões. Cf. Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], pp. 57-58.

²² Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], p. 22.

²³ José Pedro Paiva, “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”, *Revista Portuguesa de História*, XL, 2008-2009, p. 389.

²⁴ Sobretudo motivado pela influência que a Igreja tinha junto às populações.

²⁵ José Pedro Paiva, *O Estado na Igreja e a Igreja no Estado* [...], pp. 391-392.

²⁶ José Pedro Paiva, *O Estado na Igreja e a Igreja no Estado* [...], p. 395.

Esta interferência da Coroa nos assuntos da Igreja foi efectuada de uma forma evolutiva, com o poder régio a exercer os seus direitos dentro desta. No reinado de D. João III verifica-se esta interferência com mais intensidade em medidas como, a nomeação de seu irmão Cardeal D. Henrique como legado *ad latere*, a incorporação das ordens militares, a criação da Mesa de Consciência e a instauração em 1536 do Tribunal do Santo Ofício²⁷. Contudo, estas acções estiveram sempre envolvidas em conflitos entre o rei e a cúria romana, pois não só reforçavam o poder da Coroa dentro da Igreja como também limitavam certos privilégios, outrora de domínio eclesiástico. É neste sentido que se compreendem as diversas dificuldades do poder régio português na implantação do Tribunal do Santo Ofício em território nacional²⁸.

1.2 – O Tribunal do Santo Ofício: Estrutura e Organização

Desde o reinado de D. Manuel I era intenção da Coroa a implantação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Contudo, só no reinado de D. João III e perante as pressões da Coroa, o papa Paulo III acabou por autorizar, através da bula *Cum ad nihil magis*, a introdução do Tribunal em Portugal a 23 de Maio de 1536²⁹.

O interesse da Coroa na implantação do Tribunal em Portugal, tal como se encontrava em Castela e Aragão, fundamentava-se em grande medida na intenção³⁰ do rei estender o seu poder jurisdicional aos assuntos eclesiásticos. Neste contexto, a presença da comunidade judaica em Portugal e consequente necessidade de disciplinamento, serviu como principal razão dada pela Coroa, perante a cúria romana, para a implantação do Santo Ofício. A renitência da cúria romana em autorizar este pedido deveu-se, entre outras razões, essencialmente às pressões efectuadas pelos membros representantes da comunidade judaica. Na realidade, este era um ponto sensível para a Igreja, pois não seria de seu interesse enfraquecer o domínio jurisdicional sobre os assuntos religiosos que sempre teve. Contudo, e perante a conjuntura da época que exigia cada vez mais a necessidade de expandir e firmar a

²⁷ Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], pp. 22-25.

²⁸ Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal* [...], p. 26.

²⁹ Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2 (*Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), [Lisboa], Circulo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 103.

³⁰ Em convergência com a conjuntura social em Portugal, cristãos-novos.

doutrina, tornava-se imperativo uma relação saudável com a Coroa³¹. A cúria romana acabou por ceder às pressões da Coroa portuguesa, autorizando a implantação da Inquisição para essencialmente condenar os comportamentos heréticos dos cristãos-novos. Contudo, esta decisão foi acompanhada de limitações à acção do Tribunal³². Apesar das cedências do papa relativamente às pressões³³ da comunidade judaica, a bula de 1547 (*Meditatio cordis*) trás novas alterações, desta vez mais favoráveis às intenções do Tribunal, nomeadamente maior autonomia face ao papa, a possibilidade de efectuar processos secretos e a anulação dos poderes que a bula de 1536 tinha atribuído aos bispos³⁴.

No período de 1536 a 1539, o Tribunal funcionou na diocese de Évora onde foi organizado um Conselho com o inquisidor geral. Com o alargamento à diocese de Lisboa e a nomeação de D. Henrique para inquisidor geral, em 1539³⁵, o processo de organização do Tribunal torna-se mais evidente. Assim, e com o objectivo de abranger todo o território português, a acção do Tribunal foi alargada através da criação dos tribunais de distrito do Porto, Lamego, Coimbra e Tomar, em 1541, e de Goa em 1560. No entanto, a partir 1565 só se encontravam activos os tribunais de Évora³⁶, Lisboa³⁷, Coimbra³⁸ e Goa³⁹, situação que se manteve até à extinção da Inquisição.

Como instância superior encontramos o Conselho Geral do Santo Ofício, cujos membros eram nomeados pelo Inquisidor Geral sob consulta régia. Resultado da reformulação de 1569 do primeiro conselho, o Conselho Geral passa a ser o Tribunal de

³¹ Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal* [...], p. 97.

³² Tais como a impossibilidade por 10 anos de confiscar bens, proibição por 3 anos de efectuar processos secretos e ainda executava um perdão geral sobre todos os delitos anteriores.

³³ Delatando excessos cometidos por os inquisidores contra os cristãos novos. Situação que levou a diversas intervenções do papa, que publicou bulas mais favoráveis à posição dos cristãos-novos, as quais prolongavam a questão do confisco de bens, executavam novos perdões e permitiam a saída livre do reino. Cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, p. 38.

³⁴ Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição* [...], p. 38.

³⁵ Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição* [...], p. 102.

³⁶ Com jurisdição sobre as dioceses de Évora e do Algarve, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pp. 45-46.

³⁷ Com jurisdição sobre as dioceses de Lisboa, Leiria e Guarda, bem como aos territórios portugueses no Atlântico - as ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, as fortalezas e entrepostos na costa noroeste e ocidental de África, as capitánias do Brasil, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 45-46.

³⁸ Com jurisdição sobre todo o Norte e a maior parte do Centro do país, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 45-46.

³⁹ Com jurisdição sobre os territórios portugueses da costa oriental Africana, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 45-46.

última instância⁴⁰ reconhecido juridicamente pelo regimento do Conselho Geral do Santo Ofício de 1570⁴¹.

A hierarquia de cargos dos tribunais estava verticalmente distribuída com o conselho do inquisidor geral no topo, seguido dos funcionários com jurisdição ou seja os inquisidores, os promotores e os deputados auxiliares⁴². Mais abaixo do quadro encontramos os agentes responsáveis pela burocracia do Tribunal⁴³, tais como os qualificadores, notários, meirinhos, solicitadores, alcaides, guardas e porteiros. Esta rede de tribunais dispunha ainda de um conjunto de recursos humanos distribuído pelas populações do distrito, os comissários e familiares do Tribunal⁴⁴, que perfaziam o elo de comunicação entre o Tribunal e as populações.

A implantação do Tribunal do Santo Ofício foi um processo evolutivo de adaptação à conjuntura político-religiosa e social que envolveu, especialmente entre 1548 e 1615⁴⁵, diversas alterações estruturais, organizacionais e legislativas. Tal como esclarece Joaquim Romero Magalhães pautando este período pelos tempos de organização, expansão e de reorganização, o Tribunal do Santo Ofício passou, após “um primeiro tempo, designado de estabelecimento, compreendido entre 1536 e 1547”⁴⁶, por diversas reformas que visaram não só melhorar a sua eficácia mas também firmar a sua autonomia institucional.

A partir de 1552, foram elaborados diversos regimentos⁴⁷ que, seguindo uma lógica de aperfeiçoamento e adaptação à conjuntura de então, regularam a Inquisição

⁴⁰ Com responsabilidades, tais como regular e fiscalizar as actividades dos tribunais de distrito, supervisão de processos, decisão final em casos complexos, etc., cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “O Santo Ofício português - da legislação à prática”, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia; Vol. II, Porto, 2001, p. 171.

⁴¹ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, p. 70.

⁴² Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2 (*Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), [Lisboa], Circulo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 113.

⁴³ Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal* [...], p. 114.

⁴⁴ Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal* [...], pp. 114-117.

⁴⁵ Sobre as várias fases de implantação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal entre, cf. Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca dos Tempos da Inquisição (1573-1615)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 1987, pp. 191-228.

⁴⁶ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca dos Tempos da Inquisição [...]”, p. 192.

⁴⁷ Regimento de 1552, de 1613, de 1640 e de 1774 e ainda o Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício de 1570, cf. Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal* [...], pp. 104-108.

portuguesa. Estes regimentos descrevem um conjunto de normas funcionais e de organização do Tribunal do Santo Ofício, incluindo as obrigações, direitos e procedimentos para execução da lei por parte dos seus agentes. A publicação do último regimento, em 1774, surge num contexto de reformas levadas a cabo por Marquês de Pombal. Estas reformas⁴⁸ provocaram uma subordinação do Tribunal ao poder temporal e consequentemente a perda da autonomia que usufruía, situação esta que se manteve até às Cortes Gerais Constituintes, que numa conjuntura de manifestações liberais, decretam, em 1821⁴⁹, a extinção da Inquisição em Portugal.

1.3 – Objectivos e Métodos da Instituição

Tal como referido, o Tribunal foi implantado em Portugal essencialmente sob a premissa de uma acção de combate ao judaísmo. Contudo, e segundo a bula de 1536, estavam contemplados outros delitos sob a sua jurisdição, tais como, o protestantismo, o islamismo e a magia⁵⁰. Nesta perspectiva compreende-se que o objectivo principal desta instituição fosse o combate às heresias, daí que o controlo de comportamentos desviantes e o consequente disciplinamento social acabaram por ser um efeito implícito. Ao estender a sua acção, no que diz respeito ao leque de delitos⁵¹, o controlo e o disciplinamento social tornam-se cada vez mais uma responsabilidade desta instituição. Esta vigilância implicava uma interferência não só nas questões de foro social mas também de foro privado, as imposições da doutrina afectavam os indivíduos tanto social como individualmente. A participação do Tribunal na prevenção e punição de delitos de foro sexual e matrimonial é manifestamente uma demonstração de como a acção da Inquisição doutrinava interferindo na vida privada das populações. A regulamentação das heresias deste foro, tais como a bigamia e a sodomia, são exemplos de como a acção do Tribunal interferia nos comportamentos individuais. A importância dada pelo Tribunal a estes assuntos reflectia-se na sociedade, tornando cada indivíduo um agente

⁴⁸ Onde destacamos a abolição da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos e proibição de realização de autos de fé, cf. Ana Leal de Faria, “A Extinção da Inquisição”, *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. VI, *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, dirigida por João Medina, Amadora, Ediclube 1994, p. 163.

⁴⁹ Ana Maria Leal de Faria, “A Extinção da Inquisição”, *História de Portugal* [...], p. 177.

⁵⁰ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pp. 27-28.

⁵¹ Não só de foro religioso mas também delitos que não implicavam heresia, cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, p. 16.

condicionante de todos os actos da vida pública⁵². Não obstante, é importante referir que não podemos ser deterministas e considerar o Santo Ofício como o único responsável pela vigilância de todos os desvios morais, religiosos e sociais, pois a Igreja teve um papel complementar neste campo, sobretudo no que diz respeito ao disciplinamento e controlo da conduta religiosa e moral “através das visitas pastorais e dos seus tribunais, estiveram mais atentos ao comportamento religioso e moral incorrecto da população cristã-velha, punindo os que faltavam à missa, não recebiam os sacramentos [...] tinham inimizades públicas”⁵³.

Ainda assim, e em consonância com toda uma legislação, especialmente orientada para questões do foro comportamental, os procedimentos do Santo Ofício caracterizavam uma metodologia operacional de controlo e disciplinamento. Com o recurso a uma rede de oficiais e auxiliares (comissários e familiares do Santo Ofício) o Tribunal dispunha de um conjunto de mecanismos de vigilância e controlo para certificar o cumprimento e interiorização das normas impostas⁵⁴. A acção fiscalizadora da instituição manifestou-se não só a nível social mas também cultural, efectivamente a censura literária foi um dos mecanismos de disciplinamento, como refere Isabel M. R. Mendes Drumond “havia boas e más obras, as últimas das quais não deveriam ser lidas pelos incautos que, influenciados por ideias erróneas, poderiam passar a defender princípios contra a fé ou contra os chamados bons costumes”⁵⁵.

A responsabilidade do Santo Ofício na censura esteve presente em duas frentes, na avaliação por parte dos qualificadores “Sua principal obrigação é censurar e qualificar proposições, rever os livros, tratados e papeis que se houverem de imprimir ou vierem de fora impressos para o reino”⁵⁶ das obras a serem impressas e na fiscalização dos livros proibidos. Neste contexto, todos os livros antes de serem impressos não só tinham de ser avaliados pelos agentes do Tribunal, mas também

⁵² Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição* [...], p. 99.

⁵³ José Pedro Paiva, “Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613)”. *Lusitania Sacra*, 2.ª série, XV, 2003, p. 67. Sobre este assunto ver também do mesmo autor, “Inquisição e Visitas Pastorais: Dois Mecanismos Complementares de Controlo Social”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 85-102.

⁵⁴ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controlo Social”, *Revista História e Crítica*, n.º 14, Lisboa, 1987, p. 9.

⁵⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Controlando as Consciências: D. António Caetano de Sousa e a Censura de Livros no Portugal do século XVIII”, *Instituciones y Centros de Reclusión Colectiva. Formas y Claves de una Respuesta Social (sécs. XVI-XX)*, coordenação de Laureano M. Rubio Pérez, León, Universidade de León, 2012, p. 178.

⁵⁶ Regimento de 1640, Livro I, Título X, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 270.

necessitavam de aprovação por parte do bispo, e a partir de 1576, também dos oficiais régios através do Desembargo do Paço⁵⁷. Esta situação perdurou até 1768 aquando da criação da Real Mesa Censória que acabou com este regime de censura tríplice⁵⁸.

No que diz respeito ao que já havia sido publicado, a acção de censura reflectiu-se em inspecções aos diversos locais onde se encontravam livros (livrarias, tipografias, portos, alfandegas, etc.), livros estes cujo conteúdo atentasse contra a fé católica ou contra os bons costumes. A identificação dos livros proibidos era efectuada com base numa lista, ou mais concretamente num índice, sendo o primeiro elaborado em 1547 por ordem do Infante Inquisidor-Geral e actualizado nos anos subsequentes⁵⁹. Estes índices continham os livros que não podiam ser lidos, e em caso de necessidade de reimpressão era necessária uma avaliação e autorização dada pela Inquisição “A reimpressão de um livro carecia da aprovação dos tribunais [...] não raro, os censores faziam depender a proposta de reedição da introdução de alterações que tornavam a obra conforme à orientação política e social vigentes”⁶⁰. Efectivamente, a censura literária não se resumia aos índices de livros proibidos, às escusas⁶¹, às alterações das obras ou às expurgas “os exemplares das obras a expurgar, manuscritas ou impressas, seriam levados à Inquisição e aí emendados pelo recurso às técnicas seguintes: borrando (riscando), cortando à tesoura e queimando os passos reprovados ou arrancando páginas inteiras”⁶², são exemplo de outras formas de censura literária⁶³. No entanto, ao contrário destes procedimentos, a afixação de editais bem como a queima dos livros proibidos nos autos de fé, eram actos públicos e de propaganda que visavam essencialmente reforçar este processo de disciplinamento e controlo social.

De facto, a acção da Inquisição, em termos de censura, foi um processo evolutivo e meticuloso tanto em termos de métodos como dos objectos a censurar. Não só os

⁵⁷ Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, p. 91.

⁵⁸ Teresa Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 2005, p. 19.

⁵⁹ Em 1551, 1561, 1564, 1581 e 1597, cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, pp. 92-93.

⁶⁰ Teresa Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal* [...], p. 812.

⁶¹ Rejeição das obras com base numa análise crítica, cf. Teresa Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal* [...], pp. 788-797.

⁶² Teresa Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal* [...], pp. 802-803.

⁶³ Acerca dos diferentes procedimentos inerentes às proibições e censuras, cf. Teresa Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal* [...], pp. 775-852.

livros foram alvo de fiscalização mas também as mais variadas formas de registo ou comunicação, tais como os painéis de pinturas e as imagens religiosas⁶⁴.

Relativamente a uma acção mais directa sobre as populações, o Tribunal dispunha de um leque de procedimentos de controlo social. Referimo-nos pois à visita inquisitorial⁶⁵, ao interrogatório⁶⁶, ao cárcere, à condenação e ao auto da fé que, e citando Isabel M. R. Mendes Drumond, “apresentava-se como um espectáculo promovido pelo poder, que visava veicular os princípios religiosos, sociais e ideológicos para assegurar a manutenção da ordem dentro da sociedade. A solenidade aparecia como um espectáculo propagandístico, didáctico e que, de certo modo, configurava a ordem, o sistema social e as relações de poder. Visava persuadir de forma veemente, ensinando e convencendo”⁶⁷. Efectivamente, todos estes procedimentos envolviam métodos que, para além da punição física, recorriam essencialmente a estratégias de manipulação comportamental, os quais exerciam uma forte pressão psicológica no individuo e na sociedade. Compreende-se assim o impacto que a metodologia operacional do Santo Ofício tinha na sociedade, onde todos os seus procedimentos, acrescidos de um secretismo processual, acabavam por gerar um clima de medo, tensão e desconfiança nas populações⁶⁸. Este ambiente de desconfiança proporcionava uma conflituosidade social que de certa forma alimentava o próprio Tribunal enquanto entidade reguladora. Neste sentido, facilmente podemos depreender a importância que a denúncia tinha para o Santo Ofício, onde as inimizades potenciavam a denúncia e esta além de fornecer um conjunto de informações acabava por gerar outras denúncias, fechando assim um ciclo de informações essenciais ao controlo social.

⁶⁴ Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição* [...], p. 95.

⁶⁵ Sobre as visitas inquisitoriais como mecanismo de controlo social, cf. Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controlo Social”, *Revista História e Crítica*, n.º 14, Lisboa, 1987, pp. 5-11.

⁶⁶ Sobre a periodicidade dos interrogatórios e cárcere como arma de pressão psicológica cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 418-422.

⁶⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Representação, Poder e Espectáculo: o Auto da Fé”, *Turres Veteras VIII. História das Festas*, coordenação de Carlos Guardado da Silva, Lisboa, Torres Vedras, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano, 2006, p. 177; Sobre o auto da fé como mecanismo de controlo social ver também Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controlo Social” [...], pp. 11-14.

⁶⁸ Valmir Francisco Muraro, “Inquisição Portuguesa: a violência psicológica nos modos de proceder”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa, São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 207.

Parte II

A Denúncia: um Mecanismo Complexo

2.1 – A Relevância da Denúncia

“Acerca de um estado totalitário dos nossos dias alguém escreveu que, na impossibilidade de colocar um polícia a vigiar cada cidadão, se procurou fazer de cada cidadão um polícia”⁶⁹. Se não há flagrante delito o crime só pode surgir pela denúncia. É esta a nascente do rio processual que desagua num mar de castigos. A denúncia é assim a genesis de um potencial processo-crime e todos tinham consciência de tal.

O Santo Ofício estava consciente da importância da denúncia. Efectivamente os quatro regimentos da Inquisição dedicam diversos capítulos à matéria, sendo possível verificar os procedimentos que se deveriam observar em todo o processo de investigação. Nos regimentos de 1552 e de 1613 encontramos desde logo capítulos com informações referentes à acção dos inquisidores perante a denúncia, nomeadamente à atenção que deveriam ter relativamente à qualidade e ao crédito dos denunciantes: “Assim mesmo se olhará muito à qualidade das testemunhas e o crédito que se lhes deve dar”⁷⁰; à importância da verificação da veracidade das denúncias: “Os inquisidores receberão as denúncias e testemunhas, e, porém, não para fazerem obra por elas, senão para averiguarem a verdade acerca das culpas”⁷¹; ao levantamento de informações do perfil da testemunha: “Quando se perguntarem as testemunhas das denúncias, declarem sempre sua idade, e se são casados ou solteiros, e que ofícios têm, [...] se têm raça de Judeu, ou são de casta de Mouros, [...] com as mais circunstancias que parecerem necessárias”⁷² e ao procedimento de detenção perante testemunhos singulares “Por uma só testemunha se não se procederá à prisão, ordinariamente, salvo quando parecer aos inquisidores que é caso para isso”⁷³.

No entanto, é o regimento de 1640 que mais desenvolve a regulamentação em torno da denúncia, dedicando diversos capítulos mais aprofundados e específicos nas

⁶⁹ Luís Miguel Duarte, “A Denúncia nas Leis e na Vida Portuguesa de Quatrocentos”, *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre a Inquisição*, vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 449.

⁷⁰ Regimento de 1552, capítulo 21, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 113.

⁷¹ Regimento de 1552, capítulo 22, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 113.

⁷² Regimento de 1552, capítulo 23, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 113.

⁷³ Regimento de 1552, capítulo 24, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 113.

acções a tomar por parte dos agentes do Santo Ofício. Neste regimento são especificadas diversas questões relativas à denúncia que passaremos a referir.

No que diz respeito à logística inerente ao processo de denúncia encontramos diversas regulamentações das quais destacamos as seguintes instruções: de registo “As denúncias e testemunhos [...] se tomarão no livro”⁷⁴; do modo de proceder dos agentes “os inquisidores, sem dilação alguma, ouvirão as pessoas [...] e tomarão pessoalmente suas denúncias [...] e examinarão tudo o que nelas se disser”⁷⁵; perante denúncias externas “contra pessoas que vivem em outro distrito [...] pedirão por requisitória e não por carta”⁷⁶. Relativamente às diferentes medidas a tomar, independentemente dos delitos denunciados, encontramos distinções entre a solicitação “Quando a denúncia for contra algum confessor de solicitar”⁷⁷, a bigamia “Pela denúncia que houver de alguma pessoa por casar duas vezes”⁷⁸ e as proposições “E se a denúncia for de palavra ou feitos duvidosos”⁷⁹. No que se refere aos procedimentos dos inquisidores perante as diferentes formas de denúncia, encontramos regulamentos inerentes às denúncias “por testemunhas que depõem somente de ouvida”⁸⁰ assim como “por escrito contra pessoa particular e não vindo assinada”⁸¹ e às “denúncias que vierem remetidas pelos ordinários”⁸². Ainda no contexto da denúncia, este regimento inclui os procedimentos a ter com os denunciantes no que diz respeito ao crédito, isto é, “Quando parecer aos inquisidores que convém tomar alguma informação sobre o crédito dos denunciantes”⁸³, ao confronto com os

⁷⁴ “Como tomará as denúncias e perguntará as referidas”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título I, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 292.

⁷⁵ “De como se hão-de tomar as denúncias”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 296.

⁷⁶ “Denúncias de outro distrito”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 5, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁷⁷ “Denúnciação de confessor solicitante”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁷⁸ “Denúnciação de bigamia”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 10, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 298.

⁷⁹ “Denúnciação de palavras ou feitos duvidosos”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 11, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 298.

⁸⁰ “Denúncias de ouvida”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁸¹ “Denúnciação por escrito sem ser assinada”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 7, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁸² “Denúncias remetidas pelo ordinário ou justiça secular”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 8, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁸³ “Informação do crédito dos denunciantes e referidas”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

denunciados “os inquisidores o poderão confrontar com o denunciante e testemunhas”⁸⁴, à qualidade dos denunciados “Se as pessoas referidas forem freiras, ou mulheres de grande qualidade”⁸⁵ e à análise da denúncia “e as examinarão com a mesma advertência [...] perguntando-lhes geralmente, em primeiro lugar, [...] E não satisfazendo ao referimento nelas feito, lhes perguntarão em particular [...] E quando nem com isto satisfaçam, lhes será dito”⁸⁶.

No que diz respeito ao regimento de 1774 verificamos um desenvolvimento essencialmente no sentido de apurar a legitimidade das denúncias, onde se nota preocupação com a relação entre os intervenientes “reputação dos denunciantes e testemunhas, se tanto estas como aqueles se tratam com os denunciados em boa amizade, ou se entre eles há ou houve inimizade e discórdia e qual foi o motivo dela, havendo por muita recomendada aos inquisidores esta prévia informação, escolhendo para ela alguma pessoa de carácter de conhecida probidade, zelo e inteireza.”⁸⁷ e com a falsa denúncia “constatando por elas que as denúncias foram dadas por pessoas inimigas, que se conjuraram com as mesmas testemunhas contra os denunciados [...] não se procederá pelas ditas denúncias e serão logo presos os sobreditos denunciantes e testemunhas por eles referidas para se proceder contra todos como falsários”⁸⁸.

Efectivamente, a veracidade da denúncia preocupava o Tribunal, pois e citando Paulo Drumond Braga, “o testemunho falso era um problema sério a ter em conta pelo Santo Ofício. Assentando, ao contrário dos tribunais civis e dos restantes tribunais eclesiásticos, em testemunhos anónimos, incentivando-se a denúncia de parentes próximos e aceitando-se o testemunho de menores de 20 anos de idade, de presos da própria Inquisição, de inimigos dos denunciados, de escravos, mouros e judeus, havia que precaver a eventualidade de falsos testemunhos”⁸⁹.

⁸⁴ “Confrontação do denunciante”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 7, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

⁸⁵ “Freiras ou mulheres de grande qualidade referidas”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 296.

⁸⁶ “Como se deve examinar as referidas”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 296.

⁸⁷ Regimento de 1774, Livro II, Título I, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 440.

⁸⁸ Regimento de 1774, Livro II, Título I, capítulo 5, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 440.

⁸⁹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 362.

Não seria de estranhar que das delações surgissem falsas denúncias que envolviam tanto falsos testemunhos como perjúrio, o que iremos confirmar mais adiante neste estudo, especialmente no apuramento de delitos. Na realidade, a denúncia oferecia não só uma suposta salvação, como também uma oportunidade de vingança e resolução de atritos de foro privado. No fundo, a denúncia era o que se pretendia que fosse o seu propósito, e por tal propensa à mentira, esta surgia como consequência do medo, das pressões, da suspeita e em função das necessidades de cada indivíduo. É neste contexto, que as delações envolviam também situações de conjuração e juramentos falsos, mais concretamente, o aliciamento de terceiros a testemunharem falsamente e o perjúrio. Neste sentido, compreende-se que a eficácia das denúncias dependia da sua veracidade, as falsidades comprometiam o seu princípio e consequentemente interferiam com a acção do Santo Ofício. A ilegitimidade da denúncia afectava a credibilidade e reputação do Tribunal perante as populações, uma vez que ia contra os próprios princípios de justiça e regulação comportamental.

Além dos regimentos mencionados, muitos outros documentos incluíam medidas de promoção da confissão e da denúncia, desde as visitas aos processos como iremos demonstrar mais à frente. É notória, ao longo dos diversos regimentos, a evolução da normativa inerente à denúncia. A importância dada pelo Santo Ofício à denúncia “Por quanto a denúncia é um dos meios principais que há para se proceder em juízo contra os culpados”⁹⁰ vem demonstrar a dependência que o Tribunal tinha desta. A regulação e controlo das denúncias era imperativo para a sobrevivência do Santo Ofício e como tal a manutenção desta fonte de informação “perguntando-lhes, em primeiro lugar, se sabem ou ouviram alguma coisa contra a nossa santa fé ou qualquer outra”⁹¹, era essencial para a sua continuidade, a denúncia tornava-se assim o sustento da Inquisição.

2.2 – Suscitar a Denúncia

O recurso à acusação tem muitos pressupostos, acusa-se por testemunho, inimizade, sobrevivência, temor e até ignorância. Falsas ou não, as denúncias envolvem

⁹⁰ Regimento de 1774, Livro II, Título I, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 439.

⁹¹ Regimento de 1774, Livro II, Título I, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 439.

um conjunto de informações e potenciam a desconfiança, acabando por se alimentarem a si próprias, ou seja, as denúncias geram novas denúncias. Este ciclo torna-se assim o motor de uma rede de informação essencial para o controlo das populações. A estratégia de onnipresença e onnipotência do Santo Ofício no seio da sociedade criava as condições para a doutrinação, contudo o controlo dos actos e dos comportamentos só podia ser efectuado se estes chegassem ao conhecimento do Tribunal. Compreende-se assim a necessidade de cooperação por parte das populações, no entanto “la colaboración ciudadana no les es dada de antemano: tienen que suscitarla”⁹².

Efectivamente a confissão e a denúncia são suscitadas pela Inquisição através da promoção do medo. Se a prisão, os interrogatórios e o tormento eram responsáveis pelo terror da população, assim também eram as consequências destas acções do Tribunal. Citando Bartolome Benassar “La Inquisición no se conformaba con castigar. Creó una memoria de la vergüenza: ‘tomaba los bienes; quitaba las honras’”⁹³, compreende-se o terror que as consequências de ser envolvido num processo do Tribunal geravam, pois afectavam não só a própria honra como toda a família “una de las razones profundas del terror inspirado por el Santo Oficio fue la reputación de infamia que se vinculaba a todo un linaje”⁹⁴. É o caso da pobreza e da infâmia, provocadas tanto pelo “destierro [...] suficiente para condenar a familias modestas a insolubles dificultades económicas”⁹⁵, como pelo confisco de bens e multas que “era más o menos proporcional a la riqueza”⁹⁶ e pela inabilitação dos descendentes dos condenados à morte ou a prisão, de exercer certos cargos “veían que les era imposible acceder a un gran número de vocaciones y de profesiones”⁹⁷, assim como por todas as humilhações públicas⁹⁸ e consequente exclusão social a que estavam sujeitos, pois e citando Isabel M. R. Mendes Drumond,

⁹² Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. La Delación Inquisitorial en Castilla la Nueva en los siglos XVI-XVII”, *Revista de la Inquisición*, vol. 2, Madrid, 1992, p. 98. Sobre os problemas, métodos e estratégias relativas à delação, cf. Jean-Pierre Dedieu, *L’Administration de la Foi. L’Inquisition de Tolède (XVI^e-XVIII^e siècle)*, Madrid, Casa de Velázquez, 1989, pp. 111-153.

⁹³ Bartolomé Bennassar, “La Inquisición o la Pedagogia del Miedo”, *Inquisición Española: Poder Político y Control Social*, direcção de Bartolomé Bennassar, tradução de Javier Alfaya, Barcelona, Crítica, 1984, p. 123.

⁹⁴ Bartolomé Bennassar, “La Inquisición o la [...]”, p. 117.

⁹⁵ Bartolomé Bennassar, “La Inquisición o la [...]”, p. 121.

⁹⁶ Bartolomé Bennassar, “La Inquisición o la [...]”, p. 121.

⁹⁷ Bartolomé Bennassar, “La Inquisición o la [...]”, p. 119.

⁹⁸ “uso de ‘sanbenito’, a carocha na cabeça, os pés descalços, o barço ao pescoço, o sírio na mão”, cf. Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização Pelo Medo”, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Tomo II, Porto, (*Arquivo Histórico Dominicano Português*), vol. IV/2, 1989, p. 195.

“envergar um hábito penitencial era, naturalmente, um estigma social para o condenado e para a família”⁹⁹. De facto, a infâmia não afectava apenas os condenados, era uma herança que atravessava gerações, a exposição dos sambenitos, onde os nomes e os apelidos dos condenados eram apresentados publicamente, é um exemplo de como dificilmente se podia fugir a este estigma “A percepção da memória agudizava a infâmia de ter tido parentes que apareceram nos autos”¹⁰⁰. Não se tratava apenas de uma questão de humilhação, ou de atentado à honra, mas sim de um problema de marginalização e exclusão social, que acompanhada pela inabilitação de ascender a certos cargos e funções tinha consequências devastadoras tanto para os condenados como para os seus familiares. Na realidade, as barreiras socioprofissionais a que todos estavam sujeitos, além das situações inerentes a limpeza de sangue¹⁰¹, geravam um clima de temor e tensão nas populações. De facto, as acções do Tribunal e suas repercussões eram nefastas para culpados e inocentes e seus familiares. Este era um dos motivos para se temer cair nas malhas da Inquisição.

Assim, perante o temor pelas acções do Tribunal e pelas consequências que acarretavam, as populações eram conduzidas para a única forma de colaboração que o Tribunal colocava ao seu dispor: a denúncia. Reprimia-se pelo medo e libertava-se pela denúncia, esta era a mensagem do Santo Ofício. Foi esta prática a principal ferramenta e fonte de informação da justiça, regulamentada cada vez mais detalhadamente. Foi esta justiça que potenciou a denúncia e criou as circunstâncias para esta surgir, fosse através das visitas ou dos processos a decorrer.

2.2.1 – Visitas Inquisitoriais

Segundo Raphael Bluteau, em termos semânticos o termo visita está associado a um acto religioso, à festa da visitação “A Festa da Visitação foi instituída em memória da visita, que a Virgem nossa Senhora fez a Santa Isabel”¹⁰² sendo que esta “Visitação,

⁹⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Santo Ofício, Promoção e Exclusão Social: o Discurso e a Prática”, *III Jornadas Internacionales sobre Marginación y Asistencia Social en la Historia*, León, 2010, p. 14.

¹⁰⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Santo Ofício, [...]”, p. 16.

¹⁰¹ “Ter sangue limpo consistia em não ter antepassados portadores de sangue impuro, isto é, de judeu, mouro, cigano ou negro”, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond, “Santo Ofício, Promoção e Exclusão Social [...]”, p.4. Sobre limpeza de sangue ver também Fernanda Olival, “Rigor e Interesses: os Estatutos de Limpeza de Sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, 2004, pp. 151-182.

¹⁰² Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, tomo VIII, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1721, p. 527.5

antigamente se tomava pelo dia de Natal [...] Chamava-se assim esse sagrado dia, porque naquelle tempo, dia de Natal, os feytores, ou quinteyro, hião ver o seu senhor, & lhe offerecião algum donativo”¹⁰³. A própria definição de visitador “O Ecclesiastico, que por ordem do Bispo visita a Diecese [...] O Religioso, que por ordem de seu Géral visita as Provincias, & Casas da sua Religião”¹⁰⁴, não só sublinha o sentido religioso, como nos remete também para uma acepção de inspecção “antes quer dizer Explorador, ou Espia, que Visitador”¹⁰⁵. Efectivamente, a visita além da sua conotação religiosa adquiriu o carácter de um acto de inspecção, o que se enquadrava na acção do Santo Ofício.

As visitas inquisitoriais remetem-nos para três realidades distintas, as inspecções às livrarias, bibliotecas, tipografias e aos portos e navios para o controlo da produção, circulação e leitura dos livros proibidos. As visitas efectuadas aos tribunais de distrito, de forma a avaliar e regular o funcionamento do aparelho burocrático, o cumprimento das tarefas e toda a logística inerente a estes espaços. As visitas de distrito eram efectuadas a diferentes localidades, afastadas das sedes dos tribunais, para contactar com as populações, com o objectivo de examinar os seus comportamentos e crenças¹⁰⁶, sendo este último ponto que, no âmbito desta tese, iremos aprofundar.

As visitas abrangiam todo o território continental¹⁰⁷ incluindo os espaços ultramarinos: Açores¹⁰⁸, Madeira¹⁰⁹, Brasil¹¹⁰ e África¹¹¹. Estas permitiam a presença da

¹⁰³ Raphael Bluteau, *Vocabulario* [...], tomo VIII, p. 528.

¹⁰⁴ Raphael Bluteau, *Vocabulario* [...], tomo VIII, p. 528.

¹⁰⁵ Raphael Bluteau, *Vocabulario* [...], tomo VIII, p. 528.

¹⁰⁶ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, p. 167.

¹⁰⁷ Sobre as visitas inquisitoriais em Portugal continental, cf. Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial do Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade*, nova série, n.º 3, Portalegre, 1989, pp. 109-138; Idem, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol.1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 567-596; Idem, “Inquisição e Cristãos-Velhos: a Visita ao Priorado do Crato em 1587-1588”, *A Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, pp. 31-64; Maria do Carmo Teixeira Pinto, “A Visita do Licenciado Pedro Álvares de Paredes a Tomar (1561)”, *Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, vol.1, Lisboa, Historia & Crítica, 1988, pp. 357-373; Idem, “As duas Visitas da Inquisição ao Porto no século XVI: Notas para o seu Estudo”, *Xudeus e Conversos na História. Actas do Congresso Internacional*, direcção de Carlos Barro, vol.2, Santiago de Compostela, Disputación Orense, Editorial de la Historia, 1994, pp. 371-388; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565”, *Revista de la Inquisición*, n.º 3, Madrid, 1994, pp. 29-67.

¹⁰⁸ Sobre as visitas inquisitoriais aos Açores, cf. Célia Maria Ferreira Reis, “As Visitações da Inquisição à Ilha Terceira em 1575 e 1616”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, Angra do

justiça enquanto mecanismo que tudo sabe ou irá saber no seio da população. Este era o método mais eficaz de expandir a acção dos Tribunais de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa aos territórios mais longínquos. Entre 1543 e 1545, as primeiras visitas abrangiram a maior parte do Alentejo (Alcácer, Vimieiro, Évora Monte, Benavente, Santiago de Cacem, Mértola etc.)¹¹². Em 1561, o inquisidor Pedro Álvares de Parede visitou as zonas sob jurisdição do Tribunal de Lisboa (vigaria de Tomar) e, mais tarde, em 1564 e 1565, a região de Entre Douro e Minho (Porto, Braga, Viana do Castelo Vila de Conde)¹¹³. Em 1570, Sebastião Vaz visitou o Porto, Vila do Conde e Viana do Castelo¹¹⁴, estes espaços sob jurisdição do Tribunal de Coimbra, à data da visitação. Entre 1575 e 1576, Marcos Teixeira percorreu algumas das ilhas dos Açores, em concreto as localidades de Angra (ilha Terceira), Ponta Delgada (ilha de São Miguel), de novo Angra e Horta (ilha do Faial)¹¹⁵. Em seguida, entre 1578 e 1580, efectuou uma extensa viagem pelo bispado de Portalegre (Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Montalvão etc.), visitou o bispado da Guarda (Abrantes, Sarzedas, Castelo Branco, Idanha a Nova, Monsanto, etc.) e o bispado de Viseu (Trancoso, Vilar, Almeida, Castelo Bom, etc.)¹¹⁶. Em 1583, foram efectuadas visitas a Mesão Frio, Vila Real,

Heroísmo, 1987, pp. 665-686; Idem, “A Visitação de Marcos Teixeira aos Açores em 1575”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol.1, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 277-290; Idem, “A Inquisição em Angra (1575-1620)”, *Isleña*, nº.8, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, Janeiro-Junho de 1991, pp. 39-54; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997.

¹⁰⁹ Sobre as visitas à ilha da Madeira, cf. Maria Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira: a Visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de Historia da Madeira*, vol.2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1990, pp.764-810; Idem, “A Visita da Inquisição a Madeira em 1591-1592”, *III Colóquio Internacional de História da Madeira. Actas*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Centro de Estudos de Historia do Atlântico, 1993, pp. 493-519.

¹¹⁰ Sobre as visitas inquisitoriais ao Brasil, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Entre Portugal e o Brasil: o Percurso [...], pp. 233-258; Lina Gorenstein, “A Terceira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil”, *A Inquisição em Xexé: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organização de Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage da Gama Lima, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 25-31.

¹¹¹ Sobre as visitas inquisitoriais a África, cf. José da Silva Horta, “A Inquisição em Angola e Congo. O Inquérito de 1596-1598 e o Papel Mediador das Justiças Locais”, *Arqueologia do Estado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Formas da Organização e Exercícios dos Poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, vol.1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 387-415.

¹¹² Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle Social”, *Revista História e Crítica*, nº 14, Lisboa, 1987, p. 6.

¹¹³ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle [...], p. 6.

¹¹⁴ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle [...], p. 6.

¹¹⁵ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle [...], p. 6.

¹¹⁶ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle [...], p. 7.

Guimarães, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro¹¹⁷. Em 1587, as visitas passaram pelas localidades de Vilar Torpim, Mata de Lobos e Escarigo, e pelo priorado do Crato¹¹⁸. Em 1618, foram efectuadas visitas a localidades dos distritos de Coimbra, Lisboa e Setúbal, e, mais tarde, entre 1624 e 1625, a Santarém e finalmente em 1637 a Viseu¹¹⁹. Relativamente às visitas aos territórios ultramarinos, além das visitas às ilhas do arquipélago dos Açores acima referidas, foram efectuadas visitas à Madeira em 1591 e 1618, ao Brasil nos anos 1591-1595, 1618-1620 e 1763-1769 e realizado o inquérito a Angola e ao Congo em 1596 e 1598¹²⁰. Por fim temos a visita ao Grão Pará feita por Geraldo José de Abranches em 1763-1769.¹²¹

Feita a cronologia das visitas inquisitórias, vamos debruçar-nos agora sobre as mesmas. Começemos por esclarecer que eram promovidas pelo Conselho Geral “No conselho se ordenará quando os inquisidores irão visitar suas comarcas [...] e assim lhes ordenará os oficiais que lhe hão-de levar e a despesa que for necessária”¹²², as quais eram executadas por “um dos inquisidores ou deputados [...] pessoa de conhecidas letras e de tanta autoridade”¹²³ e “um notário, um meirinho com dois homens e um solicitador”¹²⁴.

Normalmente, a visita era efectuada durante a Quaresma, sendo a chegada do inquisidor anunciada com antecedência “antes de entrar nela, avisará com tempo, por carta sua, as justiças e oficiais da Camara, do dia de entrada, [...] para que o venham receber”¹²⁵, de forma a permitir que os dignitários eclesiásticos e autoridades civis

¹¹⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 207-305. Excertos desta visita foram publicados por António do Rosário, *Visita da Inquisição a Entre Douro e Minho 1570 (extratos)*, Braga, 1978.

¹¹⁸ Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição*, A.N.T.T., Lisboa, 1990, p. 206. A Visita ao Priorado do Crato foi estudada por Paulo Lourenço, “Inquisição e Cristãos-velhos: A Visita ao Priorado do Crato em 1587-1588”, *A Cidade*, nova série, vol. 8, Portalegre, 1993, pp. 31-64.

¹¹⁹ Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição* [...], p. 250.

¹²⁰ José Augusto Nunes da Silva Horta, “A Inquisição em Angola e Congo: o inquérito de 1596-98 e o papel de mediador das justiças locais”, *Arqueologia do Estado*, editora Colibri, Lisboa, [s.d.], pp. 387-415.

¹²¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Entre Portugal e o Brasil: o Percurso [...], pp. 233-258.

¹²² Regimento do Conselho Geral de 1570, capítulo 11, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 141.

¹²³ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 254.

¹²⁴ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 254.

¹²⁵ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 254.

organizassem uma recepção fora da cidade¹²⁶. Após todas as formalidades efectuadas com as autoridades régias e eclesiásticas “Tendo o visitador mostrado os seus poderes [...] e dadas as cartas”¹²⁷ era efectuado um ritual de recepção que envolvia uma procissão, uma missa de publicação do édito geral “Assinalado para a publicação da visita se fará a procissão solene”¹²⁸ e um juramento de fidelidade à religião e de apoio às actividades do Santo Ofício, “dará juramento ao senhor ou alcaide-mor da terra, aos ministros da justiça da Sua Majestade, juízes, vereadores e mais oficiais da Camara [...] irá lendo o notário o juramento, e o que jurar repetindo, e lerá o mesmo ao povo estando todos de joelhos”¹²⁹. Em seguida, era lido e publicado o édito da fé à porta da igreja, no qual estavam classificados os crimes sob a alçada da Inquisição, ou seja, o édito continha todos os actos que deveriam ser denunciados por todos os que tivessem conhecimento dos comportamentos desviantes. Na realidade, o édito era mais que uma mera lista de delitos, continha diversas informações específicas relativas aos vários comportamentos que poderiam ser indicadores de heresias¹³⁰. Esta astuta pedagogia comportamental funcionava tanto no sentido de tornar cada individuo num potencial denunciante como contribuía para agudizar o clima de tensão e de desconfiança. É neste ambiente que os inquisidores procediam à publicação do tempo de graça, ou seja eram concedidos 30 dias para que todos viessem denunciar ou confessar as heresias, “sob pena de excomunhão *ipso facto incurrenda* que todos que souberem alguma cousa, de vista ou de ouvida, contra alguma ou algumas pessoas [...] que tenham feito ou dito contra nossa Santa fé católica [...] o venham dizer, notificar e denunciar ao inquisidor”¹³¹. No entanto, “tendo cometido culpas de heresia formal contra nossa santa fé católica e reconhecendo seus erros, se apresentar e os confessar voluntariamente, na Mesa do Santo Ofício, com mostras e sinais de verdadeiro arrependimento [...] será tratada benignamente para que se anime a procurar o remédio de sua alma”¹³². Em certa

¹²⁶ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal*, [...], p.186

¹²⁷ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 254.

¹²⁸ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 8, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 255.

¹²⁹ Regimento de 1640, Livro I, Título IV, capítulo 12, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 255.

¹³⁰ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...], p. 99.

¹³¹ Regimento de 1613, Título II, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 154.

¹³² Regimento de 1640, Livro II, Título II, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 293.

medida, apelando à misericórdia, premiava-se através da reconciliação e impondo-se castigos e penas mais leves àqueles que fossem confessar e denunciar. A mensagem era clara recompensava-se quem denunciava e condenava-se quem não o fizesse, ou quem o fizesse falsamente.

As denúncias apresentadas eram analisadas pelos inquisidores e pelos deputados. Cabia a estes efectuar não só o levantamento mas também a avaliação das mesmas com o intuito de verificar a legitimidade destas. A decisão de avançar com a denúncia para o litígio dependia deste processo de examinação, que envolvia essencialmente interrogatórios às testemunhas, cruzamento de informações e avaliação do perfil das testemunhas¹³³. Contudo, a legitimidade da denúncia estava muito ligada à qualidade e crédito do denunciante e do denunciado. Ou seja, se por um lado a quantidade de testemunhas tinha algum peso na validação da denúncia, uma testemunha única só tinha expressão se lhe fosse atribuível algum crédito ou se tivesse apanhado o prevaricador em flagrante. Se nos regimentos de 1552 e 1613 o testemunho singular estava muito ligado ao crédito da testemunha “e que a testemunha é pessoa de crédito e que fala verdade”¹³⁴, já no regimento de 1640, este testemunho presumivelmente só seria considerado “se for marido ou mulher ou sua parente dentro do primeiro grau de consanguinidade”¹³⁵ ou “for maior de toda a excepção, ou ajudada com alguma presunção de direito, ou de tão bom crédito e o denunciado de tão ordinária condição”¹³⁶.

No entanto, estes regimentos não eram de todo a regra. A questão das testemunhas singulares dependia em grande medida do crime delatado, especialmente no caso de delitos de heresia formal¹³⁷, nos quais o crédito da testemunha singular estava ligado à sua posição social; do testemunho de um membro da mesma facção que era considerado da mesma forma que um relativo directo, pois “os inquisidores fazem excepções

¹³³ Célia Maria Ferreira Reis, “A Visitação de Marcos Teixeira aos Açores em 1575”. *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso - Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 280.

¹³⁴ Regimento de 1552, capítulo 23, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 113 e no Regimento de 1613, Título IV, capítulo IX, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 160.

¹³⁵ “Com que prova se procederá à prisão”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título IV, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 299.

¹³⁶ “Decreto por uma só testemunha”, cf. Regimento de 1640, Livro II, Título IV, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 299.

¹³⁷ Judaísmo, protestantismo e islamismo.

utilizando as testemunhas singulares como prova em crimes do judaísmo [...] portanto, *a priori*, todos os depoimentos de cristãos-novos contra correligionários seus eram autênticos”¹³⁸. Neste contexto, compreende-se a dimensão da responsabilidade e do poder de decisão dos inquisidores, como descreve Jaime Contreras “El Inquisidor, recibiendo testificaciones sanciona los ‘pequeños’ grandes dramas de la vida cotidiana, intenta modificar las conductas y, más grave aún, busca violentar conciencias y concepciones ancestrales”¹³⁹. Apesar das regulamentações inerentes às suas acções verificamos, por inexistência ou excepção de regra nos regimentos, potenciais subjectividades nas suas decisões¹⁴⁰. Neste sentido encontramos nos diversos regulamentos, artigos que apontam para a consciência do inquisidor “Quando parecer aos inquisidores que convém”¹⁴¹. Não obstante, devemos compreender “a filosofia deste Tribunal que tinha por asserção básica o conceito de que em crime de heresia e havendo dúvidas, é sempre preferível que um inocente seja condenado a um culpado ficar impune”¹⁴².

Concluída a fase de investigação, as detenções só ocorriam após recolhidos e verificados todos os testemunhos. Devemos relembrar que uma só testemunha não podia ser motivo de prisão “salvo quando parecer aos Inquisidores que é caso para isso”¹⁴³. Assim, e após a detenção, dava-se início a um processo de novos interrogatórios e de julgamento.

¹³⁸ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, p. 361.

¹³⁹ Jaime Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición en Galicia. (Poder, Sociedad y Cultura)*, Madrid, Akal/Universitaria, 1982, pp. 482.

¹⁴⁰ “As instruções para os inquisidores são indefinidas em alguns aspectos, deixando uma grande margem de critérios pendente da personalidade do inquisidor, já que lhe é atribuído poder para julgar sentimentos, intenções, sinais de estados vários, como “contrição e arrependimento”, apurar como deve parecer “uma boa e verdadeira confissão”, precisar objectivamente qual o crédito a dar aos testemunhos, enfim, determinar quando e como actos e intenções se tornam delitos”, segundo, Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 170.

¹⁴¹ Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 297.

¹⁴² Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 218.

¹⁴³ Regimento de 1640, Livro II, Título IV, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 229.

2.2.2 – Processos e Julgamentos

Os processos são o resultado das denúncias e a principal fonte de outras. É nesta situação que as atenções se viram para o réu, a fonte de novas denúncias. A sua salvação poderá estar na sua colaboração activa com o Tribunal. A confissão do réu torna-se a principal fonte de informação pois, supostamente, esta permitiria a identificação de cúmplices ou de possíveis hereges¹⁴⁴. A insaciabilidade do Santo Ofício gerava um conjunto de métodos de pressão, desde estratégias de interrogatório à aplicação de castigos físicos (tortura), passando por um conjunto de medidas de pressão psicológica. Todos estes métodos visavam desumanizar o réu, desde as condições do cárcere ao sequestro de seus bens, passando pelo terror das punições físicas, tudo servia para quebrar as suas defesas, levando a que este entendesse que a única forma de salvação era a cooperação com o Tribunal.

Para o Tribunal a confissão do réu não era apenas o admitir dos delitos de que era acusado, mas especialmente denunciar cúmplices e outros possíveis hereges. As metodologias de pressão aplicadas destinavam-se essencialmente a suscitar a denúncia no acto de confissão, ainda que o réu confessasse suas culpas, normalmente não era suficiente se não envolvesse denúncias. Se aos inquisidores lhes parecesse que as informações da confissão eram insuficientes o réu era considerado diminuto “tinha de dar mais ou tudo por si. No mínimo, aguardaria anos no cárcere como diminuto”¹⁴⁵. Neste contexto, compreende-se que seria inevitável ou pelo menos previsível que ocorressem denúncias falsas “há homens e mulheres tão frágeis que como se vem presos ou condenados para que segurem as vidas e para que lhes deem reconciliação e porque creem deles que estão bem convertidos culpam muitos inocentes”¹⁴⁶. Contudo, interessava ao Tribunal a recolha de informações e de novas denúncias, aumentando assim o tamanho da lista de potenciais hereges, ou melhor dizendo, de potenciais novos processos.

Os processos tinham início com a detenção do réu e aqui começavam as pressões, o desconhecimento por parte do réu dos motivos de sua prisão, o seu isolamento e o prolongado tempo de espera para início dos interrogatórios visavam quebrar as barreiras

¹⁴⁴ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...]”, p. 100.

¹⁴⁵ António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, vol. I, Lisboa, Caminho, 1987, p. 109.

¹⁴⁶ *Gavetas*, vol. I, p. 36, *apud* Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização [...]”, p. 194.

físicas e psicológicas deste. A premissa era que seria melhor confessar e denunciar do que ser descoberto mais tarde “os inquisidores o admoestarão particularmente que lhe convém muito, assim para bem de sua alma como para seu bom despacho [...] porque, se assim não fizer, além de não alcançar a misericórdia que pretende por meio da sua confissão, se arrisca muito ao rigoroso castigo [...] E lhe farão saber que está obrigado a dizer dos vivos, mortos, ausentes, presos, soltos ou reconsolidados tudo o que tiver com eles comunicado contra a nossa santa fé.”¹⁴⁷.

Com o início das sessões de interrogatório usavam-se novas metodologias de pressão e persuasão para a confissão e para a denúncia. Os réus obviamente sabiam que teriam sido acusados de algum delito mas não sabiam qual nem quem os teria acusado, embora pudessem suspeitar. A sua prolongada presença no cárcere em ignorância total criava estados de ansiedade e de desespero. A propositada demora entre sessões¹⁴⁸ derrubava todas as capacidades de resistência dos réus. Neste estado de sofrimento o resultado seria o esperado, a cooperação com o Tribunal. As diversas perguntas efectuadas nos interrogatórios eram compostas por várias interrogações e afirmações implícitas, tentando forçar a resposta de modo que confirmasse as afirmações efectuadas nas perguntas: o “exame é contido numa sequência invariável de perguntas e respostas, que elimina silêncios, excitações, e tudo o mais que torne instável ou indeterminado o sentido do que é preferido”, na expressão de um autor contemporâneo¹⁴⁹.

Os elaborados interrogatórios eram executados de forma a suscitar a denúncia na confissão “mandarão ao preso que declare a pessoa ou pessoas que lhe ensinara os erros que se acusa, o tempo e lugar em que foi, as pessoas que se acharam presentes”¹⁵⁰ pois, na realidade, a culpa do réu já era um dado adquirido, facto este que não só está presente nos regimentos “será perguntado se cuidou em suas culpas e as quer confessar”¹⁵¹ mas também confirmado pelas acções tomadas “Pronunciado diante do Santo Ofício o acusado era imediatamente preso e tratado com se fosse culpado, pois

¹⁴⁷ Regimento de 1640, Livro II, Título VII, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 304.

¹⁴⁸ “Há quem fique um ano à espera da 1ª sessão, ou seja, 1 ano para fazer a sua ficha de apresentação perante os inquisidores ou então quem, após esta apresentação fique na expectativa uns bons meses, até um ano...”, Cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 423.

¹⁴⁹ Valmir Francisco Muraro, “Inquisição Portuguesa: a violência psicológica nos modos de proceder”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa, São Paulo, Prefácio, 2007, p. 212.

¹⁵⁰ Regimento de 1640, Livro II, Título VII, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 304.

¹⁵¹ Regimento de 1640, Livro II, Título VI, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 302.

‘na mesma hora que o prendem, lhe põe na rua a sua mulher e filhos; atravessam-lhe as portas, fazem inventário de todos os bens’¹⁵².

Começando por uma sessão de genealogia “Nela será perguntado por seu nome, por sua idade, qualidade de sangue, que ofício tinha, de que vivia, donde era natural e morador, quem foram seus pais e avós, de ambas as partes, que tios teve, assim paternos como maternos, e que irmãos, o estado que uns e outros tiveram, se são casados e com quem, que filhos ou netos têm, vivos ou defuntos, e de que idade são, se é cristão baptizado e crismado, onde e por quem foi e quem foram seus padrinhos”¹⁵³, seguiam-se as sessões *in genere* com questões generalistas especialmente de foro religioso “será o preso perguntado em geral por suas culpas e pela crença e cerimónias da lei ou seita de que estiver delatado”¹⁵⁴. Estes inquéritos tornavam-se cada vez mais específicos nas sessões *in specie*. Nestas os réus começavam a ser confrontados com os delitos de que eram acusados “Nela serão perguntados, em particular, pelos ditos das testemunhas que contra eles houver”¹⁵⁵. Não obstante, em situação alguma era dado conhecimento ao réu da identidade dos seus denunciante “E havendo neles alguma circunstância particular pela qual se possa vir em conhecimento da testemunha, neste caso se calará a tal circunstância”¹⁵⁶ sendo que caberia a este identificá-los de forma a impugnar as acusações “tendo então direito a apresentar as suas ‘contraditas’ ”¹⁵⁷ num “adivinha quem te deu”, na expressão de António Borges Coelho¹⁵⁸. Acertando ou errando o facto é que o ciclo de denúncia, protegido pelo secretismo que acompanhava todo o processo, fechava-se com o réu no papel de denunciante.

A par com os diversos interrogatórios, que como podemos compreender exerciam uma forte pressão psicológica, o Tribunal poderia recorrer ao tormento, no caso dos réus

¹⁵² António Vieira, “Noticias Recônditas do Modo de Proceder das Inquisição com seus Presos”, *Obras Escolhidas*, Prefácio e Notas António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951, vol. IV, p. 141, *apud* Valmir Francisco Muraro, “Inquisição portuguesa: a violência [...], p. 213.

¹⁵³ Regimento de 1640, Livro II, Título VI, capítulo 2, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 302.

¹⁵⁴ Regimento de 1640, Livro II, Título VI, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 303.

¹⁵⁵ Regimento de 1640, Livro II, Título VI, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 303.

¹⁵⁶ Regimento de 1640, Livro II, Título VI, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo [...]*, p. 303.

¹⁵⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Século XVI – Coimbra as Lutas entre o Santo Ofício e os Cristãos Novos”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso - Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 212.

¹⁵⁸ António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora [...]*, vol. 1, p. 109.

negativos ou que pouco tinham confessado. Este método de pressão que não constituía uma pena mas um meio de obter confissões, obviamente seria o mais temido. Se por um lado o tormento gerava terror por outro debilitava fisicamente o réu. Apesar de se tratar de um castigo físico as principais repercussões eram de âmbito psicológico, e é neste sentido que se pretendia que o tormento funcionasse. Inseridos num ambiente de terror rodeado de choro e gritos, sob a constante ameaça de serem os próximos a sofrer as torturas que se aplicavam na conhecida casa do tormento, aos réus não lhes restava outra solução senão “soltar a língua” “tanto mais quanto todo este método coercivo está envolvido numa ‘mise-en-scène’ com um impacto estimulante, em que tudo está montado, encenado para o devido efeito”¹⁵⁹.

O tormento aplicava-se quando o Tribunal considerasse necessário. Na realidade a simples confissão poderia não ser suficiente para evitar a condenação ao tormento, pois o caso estava encerrado apenas quando o Tribunal estivesse convencido que não haveria nem dúvidas nem nada mais por dizer, “mandam que antes de outro despacho seja o réu posto a tormento, onde será perguntado por suas culpas, para que manifeste a verdade para salvação da sua alma e das pessoas com que as houver cometido ou sabe cometeram o dito crime [...] por não dizer de todas as pessoas, nem de todas as cerimónias que fez”¹⁶⁰. Fosse por não dizer nada ou por dizer pouco, os réus estavam sujeitos ao tormento, às admoestações, aos interrogatórios e a todo um rol de meios de pressão que os debilitavam¹⁶¹ e visavam essencialmente recolher informação, mais concretamente suscitar denúncias.

2.3 – Motivações e Consequências

O Santo Ofício, com todas as suas medidas, implantou na sociedade um clima de temor e uma pedagogia do medo: “O pânico da invasão da heresia fazia que qualquer fiel cristão receasse [...] O medo institucionalizara-se e tomava parte intrínseca nesta pedagogia”¹⁶², promovendo a denúncia como a solução para a salvação, ou, no mínimo, para um castigo menor. Criadas as condições para a denúncia “O temor participava no quotidiano do homem desta época: temor a Deus, ao seu julgamento, às penas

¹⁵⁹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 469.

¹⁶⁰ Regimento de 1640, Livro II, Título XIV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 320.

¹⁶¹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Século XVI – Coimbra as Lutas entre o Santo Ofício [...], p. 214.

¹⁶² Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização [...], p. 192.

eternas, à hora da morte [...] temia-se o rei e a sua autoridade. O filho temia o pai, a esposa, o marido. Os cristãos receavam-se uns aos outros”¹⁶³ a resposta não poderia ser mais previsível, de todo o lado surgiam denúncias. Num clima de temor denunciava-se nas visitas, nos cárceres e em todas as circunstâncias propícias a esta prática. O medo das consequências de se ser associado a heresias estava enraizado na sociedade e esta era uma razão mais do que válida para denunciar e assim libertar-se mais rapidamente das malhas do Tribunal.

A denúncia gerava na sociedade um clima de desconfiança¹⁶⁴, se anteriormente não existia motivo para inimizades agora a suspeição era o motivo que faltava, fosse entre vizinhos, amigos ou familiares “o amigo de hoje podia ser o delator de amanhã”¹⁶⁵, todos suspeitavam e temiam o “apontar do dedo”. Neste ambiente de desconfiança e conflito os motivos traduziam-se em grande medida nas rivalidades sociais, o recurso à denúncia tornou-se a pretensa solução da população para a resolução dos seus problemas.

A iniciativa de denunciar assentava nos mais variados motivos, desde questões económicas, passionais, profissionais e familiares a simples vinganças ou querelas ocasionais. No entanto, e perante a inexistência de motivos, a iniciativa própria desvanecia-se, como era o caso da autodenúncia ou das denúncias contra entes queridos, estas condutas deviam-se então essencialmente ao medo de serem denunciados ou por conhecimento de já o terem sido. Geralmente, a decisão de denunciar um amigo ou mesmo a si próprio era condicionada pelas consequências que acarretava “miedo a la opinión pública, y cautela para no provocar, por un acto de hostilidad injustificado, la enemistad del denunciado; algo como un: ‘Lo siento, pero no me queda otro remedio’.”¹⁶⁶ e dependia em grande medida de pressões de terceiros “no se movió sino fuertemente presionado por los testigos y por miembros del clero”¹⁶⁷. Contudo, estas situações geralmente envolviam apenas cristãos-velhos¹⁶⁸ e delitos menores, os quais não incorriam em penas pesadas. Em contrapartida, as acusações inerentes a delitos mais graves surgiam, essencialmente, em resultado da conflituosidade entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

¹⁶³ Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização [...], p. 192.

¹⁶⁴ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 210.

¹⁶⁵ Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização [...], p. 192.

¹⁶⁶ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...], p. 107.

¹⁶⁷ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...], p. 105.

¹⁶⁸ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...], p. 100.

Devemos ter em consideração que a denúncia acabou por acentuar a rivalidade já existente, no sentido em que fez aumentar as hostilidades entre cristãos-velhos e cristãos-novos, especialmente pelos problemas gerados pelo superior poder socioeconómico da minoria. Segundo Elvira Mea, “Esta situação de uma sociedade perfeitamente dividida entre cristãos-velhos e cristãos-novos, onde não há o mínimo de integração também a intransigência e mesmo animosidade da facção cristã-velha [...] motivações mais comezinhas ou mesmo mesquinhas, umas e outras justificadas pelo fosso religioso e socioeconómico, que, inclusive, leva alguns cristãos-velhos a fazerem deliberadamente uma denúncia reforçada, extensiva globalmente a uma rua, bairro ou mesmo lugar ou cidade”¹⁶⁹. Contudo, foi dentro desta minoria, de cristãos-novos, que a denúncia teve mais impacto na medida em que uma simples denúncia por parte de um membro desta comunidade podia facilmente desmembra-la, pois, “La solidaridad dentro de la comunidad era pues una gran fuerza. Era también una gran debilidad. Tenía por contrapartida el hecho de que todos lo sabían todo de todos [...] El día que empezaba uno a hablar, se desmonoraba todo el edificio”¹⁷⁰. Na realidade, as consequências destas rivalidades traduziram-se em denúncias que acabam por alimentar a Inquisição e viabilizar este processo, pois “A Inquisição soube aproveitar esses ódios e rivalidades pessoais ou profissionais, veiculando [...] o instrumento ideal para atingir os seus propósitos. Esse instrumento era, com efeito, a denúncia”¹⁷¹, o que evidenciava a onipotência do Santo Ofício.

Como poderemos verificar, a denúncia não foi uma ferramenta exclusiva da justiça, também a população recorreu a esta prática, essencialmente no âmbito particular. A denúncia incendiou a sociedade e por tal manteve a sua continuidade, a desconfiança, as inimizades e o medo são ao mesmo tempo consequências e motivos desta. Se para o Santo Ofício era necessário suscitar a denúncia para a população ela própria autopromovia-se pelas suas consequências, ou melhor, o temor de ser envolvido promovia a denúncia.

¹⁶⁹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 244.

¹⁷⁰ Jean-Pierre Dedieu, “Denunciar-Denunciarse. [...]”, p. 103.

¹⁷¹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade*, nova série, n.º 3, Portalegre, 1989, p. 119.

Parte III

Denúncia e Conflituosidade Social

3.1 – Perfil dos Intervenientes

De um universo de 167 cartas, foram analisadas 158, pois nove encontravam-se ilegíveis. Assim, com base nestas missivas, efectuou-se o levantamento de todos os intervenientes separados por três categorias, nomeadamente os suplicantes que escreveram a carta, os suplicados que directa ou indirectamente foram considerados inimigos ou potenciais inimigos dos suplicantes¹⁷² e as testemunhas que foram indicadas em defesa dos suplicantes.

De forma a contabilizar a população interveniente nas cartas, foi efectuado um levantamento de todas as referências, passando-se de seguida a um processo de filtragem de forma a eliminar as repetições¹⁷³. Assim, a partir de 2247 referências foi realizada a distinção entre as que eram singulares e as que se referiam a grupos (homens da nação, todos os do concelho, etc.). Desta forma identificaram-se 2211 menções a pessoas singulares e 36 a grupos. Com base na genealogia apurada e após o cruzamento de dados não foi possível identificar o interveniente em 194 referências, ou seja 9%. Das ocorrências não identificáveis 109 referem-se a indivíduos identificados apenas por laços familiares (mulher de, filho de, etc.) e os restantes 85 pelo ofício (o cura da igreja, o abade da dita freguesia, etc.), ou apenas pelo nome próprio, ou não é legível a sua identificação.

Quadro I

Distribuição de Intervenientes por Sexo e Contexto

	Suplicantes	Suplicados	Testemunhas	Totais
Homens	305	632	651	1588
Mulheres	105	324	194	623
Grupos (*)	8	17	11	36
Total	418	973	856	2247

*Como esta informação representa um conjunto indefinido será meramente informativa.

Analisando o quadro I verificamos uma predominância de indivíduos do sexo masculino que representam aproximadamente 72% da população. Note-se, que em termos distributivos, verifica-se uma hegemonia do género masculino em todos os

¹⁷² Inimigos, testemunhas de acusação, testemunhas de inimigos, etc.

¹⁷³ Nesta situação e para futura análise, as ocorrências do mesmo individuo em situações diferentes (suplicante, suplicado ou testemunha) foram registadas, ver quadro II.

contextos, onde 73% dos suplicantes, 65% dos suplicados e 76% das testemunhas são homens.

Em complemento deste levantamento devemos apresentar o registo de contagem dos intervenientes referenciados em mais que uma situação. Ou seja, durante a eliminação de referências repetidas foram registadas as situações em que um suplicante, suplicado ou testemunha já foi referenciado num papel diferente¹⁷⁴. Como é o caso, por exemplo, da carta de “Manoel Rodrigues Moreira, e sua mãe, e irmã Isabel Rodrigues, e Lionor Rodrigues”¹⁷⁵, onde este é suplicante e na carta de “Manuel Nunes e seus filhos solteiros”¹⁷⁶ contra Maria Furtada, na qual Manuel Rodrigues Moreira aparece como testemunha.

Quadro II

Distribuição de Intervenientes duplicados por Sexo e Contexto

	Suplicantes	Suplicados / Inimigos	Testemunhas	Totais
Homens	0	1	10	11
Mulheres	2	2	1	5
Totais	2	3	11	16

Assim, e analisando o quadro II, verificamos, em termos de totais, que existem duas situações em que uma mesma pessoa é suplicante numa denúncia e suplicado ou testemunha noutra. A mesma análise pode ser efectuada para as testemunhas onde se verifica que 11 testemunhas foram suplicantes ou suplicados noutras denúncias. De facto, e por estas ocorrências representarem menos de 1% dos casos, não serão contabilizadas nas futuras análises visto não terem qualquer impacto nos resultados.

¹⁷⁴ Situações em que a referência a uma mesma pessoa surge em contextos diferentes (suplicado, suplicante ou testemunha). Este registo não contempla situações em que o mesmo individuo seja referenciado mais que uma vez no mesmo contexto.

¹⁷⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 609.

¹⁷⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 618.

Quadro III

Distribuição por Estatuto Social

	Estatuto Social		
	Sem Informação	Cristãos-Novos	Cristãos-Velhos
	88,1%	6,5%	5,4%
Homens	1420	76	92
Mulheres	536	61	26
**Grupos de pessoas	24	9	3
Totais	1980	146	121

Relativamente à distribuição por estatuto social, como podemos verificar no quadro III, só foi possível identificar 267 ocorrências com esta informação, as quais representam aproximadamente 12% da população em estudo. Nesta, a maioria dos intervenientes é cristã-nova, representando aproximadamente 6,5%. No entanto, devemos referir que dos 88% sem informação acreditamos que, se o seu estatuto social estivesse definido, o número de cristãos-velhos aumentaria significativamente. Na realidade consideramos que nos casos que envolvem cristãos-novos o seu estatuto social seria sempre discriminado nas cartas. Inclusive, como poderemos verificar no levantamento de actividades socioprofissionais que iremos analisar de seguida, as próprias actividades podem ser indicadoras de um maior número de cristãos-velhos, especialmente os que desempenhavam cargos e funções eclesiásticos. Relativamente à distribuição por sexo, verifica-se novamente a predominância do sexo masculino em todas as situações. No que diz respeito aos grupos de pessoas, esta é uma constante com que nos deparamos em algumas cartas, tal como podemos observar na que se segue: “Dizem os homeins de nação moradores em Villa Flor comarca da Torre de Moncorvo que entre elles, e os homeins da governança da ditta villa ouve muitas brigas e excessos”¹⁷⁷ e na carta de “João Gomes de Almeyda morador no Carregal termo da vila de Sernancelhe [...] que tendo ele por ynimigos capitais a jente da nação da vila de Trancoso[...] a geração de Alvaro da Fonseca y a geração de Gaspar Soares y a de Mateo Guteres da Fonseca e o Nuno da Costa já difunto”¹⁷⁸. Nestas situações consideraram-se estes grupos de indivíduos como uma só entidade, o que em termos de análise, como pudemos verificar, não afecta os resultados, ou seja continuamos a ter mais ocorrências de cristãos-novos.

¹⁷⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 351.

¹⁷⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 390.

Quadro IV
Distribuição por Estatuto Social e Contexto

	Suplicantes			Suplicados / Inimigos			Testemunhas		
	C. Novos	C. Velhos	S/I	C. Novos	C. Velhos	S/I	C. Novos	C. Velhos	S/I
Homens	30	40	235	46	3	583	0	49	602
Mulheres	11	12	82	50	2	272	0	12	182
Grupos	5	1	2	4	1	12	0	1	10
Totais	46	53	319	100	6	867	0	62	794
%	2,0%	2,4%	14,2%	4,5%	0,3%	38,6%	0%	2,8%	35,3%
	418 (18,6%)			973 (43,3%)			856 (38,1%)		

Em termos da intervenção nas cartas relativamente ao estatuto social, recorrendo ao quadro IV, em termos gerais, verificamos que 43% dos intervenientes são suplicados ou inimigos, 38% testemunhas e 19% suplicantes. A presença elevada dos primeiros demonstra uma das facetas deste processo de denúncia, onde a antecipação a par com o descrédito, era um método de defesa contra eventuais acusações. Como pudemos verificar em diversas cartas, as pessoas requeriam a anulação de acusações vindas de inimigos, por exemplo: “Peço a vossas senhorias que estas tão grandes e notorias cauzas de odio lhes não seja de prejuizo quoad quer falsa denunciacao dada pelos ditos seos inimigos e pesoas por eles induzidos nem seos testemunhos de efeito algum tudo com aquela justiça que em este santo tribunal se administra”¹⁷⁹. Neste sentido, compreende-se que as denúncias envolvessem um rol alargado de inimigos, como podemos compreender na carta em que se afirma: “Diz António de Oliveira morador na vila da Louzan [...] que o suplicado padre Manoel Ferreira he inimigo capital do suplicante por duvidas e deferensas [...] como também são seus inimigos João Ferreira pai do suplicado e seu avo Sebastião Nunes, e Diogo Nunes seu tio [...] e Bento Baião Castiso por [...] e Jorge da Costa de Mesquita por [...] e assim mais com seus inimigos capitais e por tais tidos e conhecidos Salvador Neto Arnaut, Pedro Arnaut Jeronimo, Anriques Arnaut, Belchior Anriques Arnaut e Manuel Neto Arnaut todos irmãos e moradores na dita vila”¹⁸⁰.

Numa análise mais detalhada podemos determinar que os cristãos-velhos aparecem maioritariamente como suplicantes e testemunhas (2,4% e 2,8% respectivamente). No entanto, os cristãos-novos estão mais representados no contexto

¹⁷⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 413.

¹⁸⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 403-403v.

de suplicados (4,5%). Assim, verificamos que a maioria das cartas partiu de cristãos-velhos e, em contrapartida, os cristãos-novos foram os mais referenciados no papel de suplicados ou de inimigos. Contudo, nesta análise estamos a considerar apenas 12% do total dos intervenientes e novamente sublinhamos a preponderância das ocorrências sem informação serem provavelmente de cristãos-velhos, como tal não podemos tirar conclusões taxativas relativamente aos números apresentados. No entanto, existe um dado que salta à vista que é o facto de não existirem ocorrências de cristãos-novos como testemunhas, o que podemos interpretar de uma forma mais simplista como o resultado das rivalidades entre os dois estatutos sociais, ou de uma forma mais específica como o resultado do facto de os cristãos-novos representarem uma minoria na população apurada. Neste sentido, e ignorando os grupos de pessoas, temos um total de 118 cristãos-velhos e 137 cristãos-novos que representam respectivamente 46% e 54% da população com informação do estatuto social. Ao utilizarmos esta distribuição percentual sobre os dados sem informação¹⁸¹ obtemos um resultado onde as taxas de cristãos-velhos e de cristãos-novos tendem a equilibrar-se. No entanto, estes últimos predominam como suplicados, tal como podemos observar no anexo 1. Neste contexto, podemos então confirmar que tanto os cristãos-velhos como os cristãos-novos foram intervenientes nas denúncias e, consequentemente, os atritos registados encontram-se no seio de ambas as comunidades. Devemos, no entanto, referir que as inimizades entre cristãos-velhos e cristãos-novos estão essencialmente representadas nas raras cartas que envolveram grupos de pessoas. Contudo, e como não são quantificáveis não podemos aprofundar esta vertente.

No que diz respeito ao estatuto socioprofissional dos 2247 intervenientes apenas 496 (22%) forneceram esta informação, sendo que em três casos são referências a grupos de intervenientes, como por exemplo, todos os criados de alguém. Como podemos verificar no anexo 2 foram identificados 107 estatutos diferentes, sendo que existem situações em que nos deparamos com acumulação de cargos, especialmente no que se refere às actividades de administração.

De forma a facilitar a análise no âmbito desta investigação foi necessário efectuar um agrupamento das actividades, conforme o quadro V, considerando que nos casos de acumulação de funções a actividade primária definiu o grupo, ou seja e a título de

¹⁸¹ De referir que este cálculo visa apenas apresentar os prováveis resultados, com base em dados reduzidos, que se obteriam ao partirmos de um pressuposto em que todos os intervenientes estavam identificados no que diz respeito ao seu estatuto religioso.

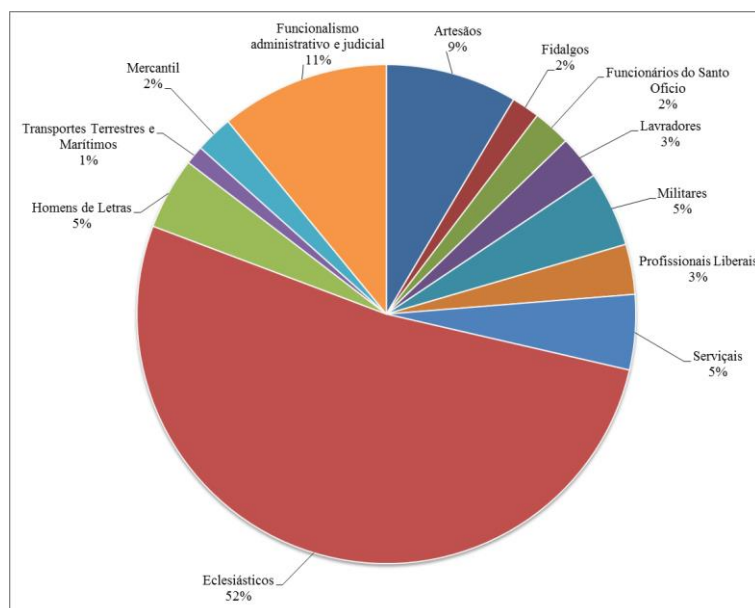
exemplo, o caso de um padre e escrivão foi considerada a função de padre e incluído no grupo dos eclesiásticos.

Quadro V
Actividades e Estatutos Socioprofissionais

Actividades e Estatutos Socioprofissionais	Actividades/Estatutos
Artesãos	Tecelões, Oleiros, Pintores, Calceteiros, Pasteleiros, Sapateiros, Alfaiates, etc.
Eclesiásticos	Vigários, Reverendos, Padres, Curas, Abades, Capelões, etc.
Fidalgos	Cavaleiros de Hábito, Escudeiros, Fidalgos
Funcionalismo administrativo e judicial	Funcionários Administrativos, Municipais, Juízes, Provedores, Solicitadores, Tabeliões, Porteiros, Executores e Recebedores de Rendas, Lançadores do Fisco, etc.
Funcionários do Santo Ofício	Familiares, Comissários, etc.
Homens de Letras	Doutores, Licenciados e Estudantes
Lavradores	Lavradores
Mercantil	Mercadores, Vendedores, Comerciantes e Homens de negócio
Militares	Capitão, Tenentes, Soldados, etc.
Profissionais Liberais	Advogados, Médicos, Barbeiros, Boticários, etc.
Serviçais	Amas, Criados
Transportes Terrestres e Marítimos	Carregadores, Moleiros, Almocreves, Barqueiros, etc.

Como referido anteriormente foram identificadas três ocorrências referentes a grupos de pessoas, em termos de análise e de forma a minimizar a margem de erro não serão contabilizados visto não ser possível verificar a o número de intervenientes nem verificar se já estão incluídos noutras referências. Neste contexto e analisando o gráfico I, podemos verificar que do universo de intervenientes, com o estatuto identificado nas cartas, a maioria (52%) são eclesiásticos, 11% pertencem ao grupo que designamos por funcionalismo administrativo e judicial e 9% ao grupo de artesãos. Contudo, relembramos que esta informação representa 22% da população total, o que obriga a alguma moderação nas conclusões. Ao debruçar-nos sobre a fatia de 52% que representam os eclesiásticos colocamos a hipótese de estes serem os únicos de toda a população, partindo do pressuposto que as referências a entidades religiosas não se baseavam unicamente nos nomes próprios. Neste sentido, e comprovando-se esta observação, os resultados reduziriam em grande medida o peso deste grupo, pois os restantes 78% da população total representariam outras actividades não eclesiásticas.

Gráfico I
Distribuição das Actividades Socioprofissionais



Numa análise mais detalhada, e recorrendo ao quadro VI podemos verificar a distribuição das actividades pelos diferentes contextos. Compreende-se o elevado envolvimento dos eclesiásticos nas denúncias tanto como suplicantes, suplicados ou testemunhas, onde representam em todos os contextos aproximadamente 50% da população total apurada. Esta situação demonstra o forte envolvimento destes nas denúncias.

Quadro VI
Distribuição de Estatutos Socioprofissionais por Contexto

Estatuto socioprofissional	Suplicantes	Suplicados/Inimigos	Testemunhas
Eclesiásticos	45	108	104
Funcionalismo administrativo e judicial	16	19	19
Artesãos	1	13	28
Serviçais	-	14	10
Militares	9	3	12
Homens de Letras	3	5	15
Profissionais Liberais	5	6	5
Lavradores	1	-	13
Funcionários do Santo Ofício	3	3	6
Mercantil	6	4	2
Fidalgos	3	6	-
Transportes Terrestres e Marítimos	-	4	2
Total	92	185	216

Ao reflectirmos sobre todas as cartas analisadas que envolviam eclesiásticos, verificamos que na maioria dos casos estes estão envolvidos em hostilidades, vinganças, inimizades, etc., mesmo dentro do seio episcopal, como podemos compreender na seguinte denúncia onde um pároco acusa outro de induzir testemunhas contra ele: “Diz o padre Pedro Joam vigario da igreja de Santa Maria Magdalena das Alturas comarca de Chaves, arcebispado de Braga [...] que delle suplicante fizerão maleceozamente hua Ines Marques solteira [...] e hua Isabel solteira [...] e hua Ines tambem solteira [...] indusidas pertadas e rogadas pelo padre Pedro Pereira do ditto lugar [...] seu inimigo o forão culpar”¹⁸². Noutra perspectiva, podemos compreender que devido às responsabilidades inerentes a esta actividade ou estatuto, especialmente dos eclesiásticos mais próximos das populações, o seu envolvimento nas denúncias seja elevado, tal como podemos observar na carta em que o abade João Cardozo de Miranda diz que “por ser parroquo e emendar maos visius e atentar pellos direito e mais ocasiois que a sua igreja e exijam della portense tem muitos enemigos, não so seus freigueses mas tambem das freiguesias particulares”¹⁸³. Neste sentido, as mesmas ilações podemos tirar no que diz respeito aos pertencentes à categoria de funcionalismo administrativo e judicial, isto é, muitas das actividades ou funções destes são mais propensas a gerar atritos pois envolvem poderes executivos e de governança. No que diz respeito aos restantes estatutos socioprofissionais verifica-se uma distribuição sem muitas diferenças, exceptuando os lavradores que são intervenientes essencialmente no papel de testemunha.

Assim apresentados os dados acerca do perfil dos envolvidos, podemos verificar, que em termos de género, o sexo masculino prevaleceu em ocorrências nas cartas de denúncia. No entanto, uma possível justificação para esta situação pode ser encontrada no estudo que faremos mais adiante acerca da análise dos motivos das inimizades. No que diz respeito ao estatuto social dos intervenientes verificou-se a predominância de cristãos-velhos como suplicantes e testemunhas, contudo este resultado altera-se perante uma extrapolação¹⁸⁴ que abrange todos os intervenientes onde se verifica um equilíbrio nas ocorrências. Relativamente ao estatuto socioprofissional verificamos uma hegemonia do grupo eclesiástico, o qual lidera em todos os contextos. Contudo, e segundo a hipótese anteriormente referida, devido à reduzida dimensão da amostra

¹⁸² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 76-76v.

¹⁸³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 566.

¹⁸⁴ Com base na percentagem de cada estatuto social relativamente à população total.

apurada devemos ter alguma moderação nas possíveis ilações. Assim e apesar da reduzida informação para traçar um perfil dos intervenientes, podemos verificar que todos estavam envolvidos neste processo, independentemente do seu papel, ofício ou estatuto nada impedia que fossem referidos numa carta de denúncia. No final, os conflitos não escolheram pessoas.

3.2 – Caracterização dos Conflitos

3.2.1 – Motivos

Para compreendermos as relações sociais em termos de conflitos temos necessariamente de analisar as suas causas ou motivos. Efectivamente, a denúncia envolve um conjunto de intervenientes e de informações inerentes à sua relação, consequentemente o estudo dos conflitos e dos motivos destes exige uma análise das interacções dos intervenientes. Nem sempre existe apenas um motivo para justificar uma rivalidade. Na realidade, cada interveniente tem as suas razões para as inimizades as quais nem sempre vão ao encontro das dos seus inimigos¹⁸⁵, tal como podemos observar na carta de “Andre Fernandes de Magalhanis morador no seu morgado de Carrazeda termo da vila de Ançianis comarca da Torre de Moncorvo [...] que hum Alexandre da Fonseca Brandão [...] he seu inimigo capital por grandes demandas que trazem no juizo eclesiastico de Braga [...] sobre o dito Alexandre da Fonseca lhe demandar a honrra de hua sua irmã com promessas de casamento, o que ele suplicante nega, e como tal inimigo [...] tem denunciado dele suplicante no Santo Oficio, por se deixar insordeçar nas censuras, por huans custas que contra elle ouve”¹⁸⁶. Nesta carta, as razões para as inimizades de André Fernandes relacionaram-se com uma denúncia efectuada ao Santo Oficio e as de Alexandre da Fonseca assentaram nas demandas que tinha com André relativas à honra da irmã.

Outro exemplo é a carta de João Soares, o qual diz que “Tiatonio Correa como dirão as testemunhas asima he ynimigo do supplicante por que sendo o suplicante carcereiro da cadeia desta cidade e estando prezo por crimes o dito Tiatonio Correa o supplicante o quis e deitou na emxovia por cuja cauza ficarão grandes ynimigos e por o

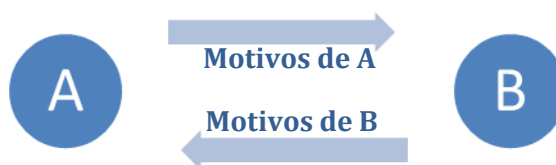
¹⁸⁵ Numa rivalidade o motivo de um não é necessariamente o motivo do outro.

¹⁸⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 139.

supplicante lhe chamou cornudo fez o dito Tiatonio Correa capitulos do supplicante a sua Magestade pellos qoais forão perguntadas testemunhas [...] em que o supplicante foi pronunciado e prezo¹⁸⁷. Nesta, a inimizade de António Correa deve-se à sua prisão e às agressões verbais sofridas, por seu lado, a denúncia é a causa de inimizade de João Soares.

Foi necessário analisar, individualmente, cada situação relatada, ou seja, de forma a maximizar a precisão deste estudo quantificaram-se os motivos de cada interveniente independentemente do seu papel na denúncia (suplicante, suplicado ou testemunha). Assim, e no âmbito deste estudo, o levantamento dos motivos de cada interveniente foi efectuado em conformidade com o esquema I, que consistiu na identificação e quantificação das causas das rivalidades.

Esquema I
Interacção dos Intervenientes relativamente aos Motivos das Rivalidades



Observando o quadro de levantamento e quantificação do anexo 3, verificamos que foram apurados 67 motivos em 1529 ocorrências. Analisando os motivos apurados deparamo-nos com similaridades entre estes, isto é, situações como heranças e partilhas, testemunho e falso testemunho, denúncia e falsa denúncia, brigas e agressões que poderiam ser contabilizadas como um só. Contudo, optou-se por seguir o conteúdo das fontes uma vez que se verificou que esta opção não provocaria desvios em termos de resultado, pois como veremos mais adiante neste estudo estas similaridades pertencem a motivos do mesmo grupo ou categoria.

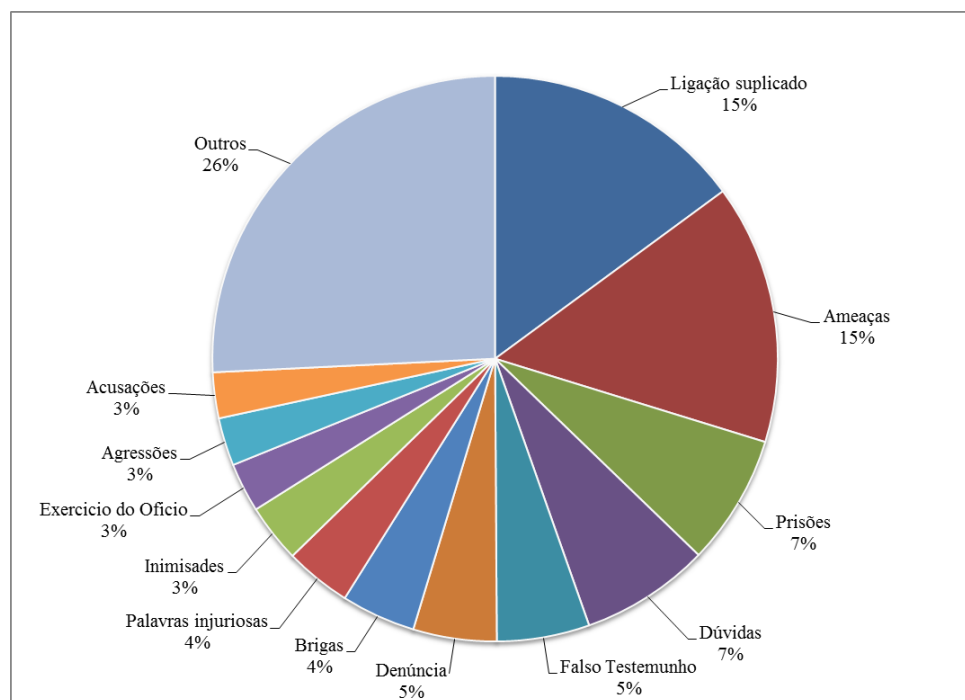
Analisando o gráfico II podemos verificar que, a par com as ameaças, encontramos o motivo que designámos por ligação ao suplicado¹⁸⁸ que representa 15% das ocorrências. Relativamente aos subsequentes motivos, nomeadamente as inimizades por dúvidas e prisões, apresentam taxas de 7%, seguindo-se das denúncias e falsos testemunhos com uma representação de 5%. Já as rivalidades por brigas e palavras

¹⁸⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol.481.

¹⁸⁸ Esta designação representa uma inimizade onde o motivo apresentado pelo suplicante (quem escreve ou subscreve a carta) é a relação pessoal dos intervenientes (suplicados).

injuriosas surgem com uma taxa de 4%, seguindo-se as acusações, agressões, exercício do ofício e inimizades representando 3% cada. No que diz respeito aos outros motivos, estes totalizam os restantes 26% das causas de inimizades.

Gráfico II
Distribuição dos Principais Motivos das Inimizades



Estes resultados não são conclusivos em termos de análise de conflitos, pois os motivos apresentados desta forma estão descontextualizados, isto é, diversas ocorrências são consequências de outras rivalidades. Neste sentido, foi necessário não só agrupar os motivos mas também relacioná-los.

3.2.2 – Categorias de Motivos

Como podemos ver na tabela do anexo 3, foram identificados 67 motivos distintos, os quais iremos analisar ao longo desta exposição. Perante a diversidade de motivos apurados, e de forma a facilitar a análise, optou-se pelo seu agrupamento. Neste sentido criamos oito grupos classificativos descritos no quadro VIII.

Quadro VIII

Categorias de Motivos

Agressões Verbais
Agressões Físicas
Motivos Judiciais
Motivos Económicos
Motivos Indirectos
Motivos Passionais
Motivos Profissionais
Outros

Como podemos verificar no anexo 4, dedicado ao agrupamento de motivos, relativamente ao grupo de agressões verbais foram consideradas questões como acusações, ameaças, difamações, injúrias¹⁸⁹, palavras injuriosas, repreensões e assédios. No que diz respeito ao grupo das agressões físicas, dele fazem parte todas as situações de agressões e assassinatos, assim como tentativas de assassinato, de agressão e de violação. Passando para o grupo de motivos judiciais, este engloba um conjunto de motivos ligados a questões processuais ou de justiça, designadamente falsos testemunhos, denúncias, testemunho de inimigos, induzir¹⁹⁰, demandas, falsas denúncias, contraditas, devassas, testemunhos, quebra de segredo¹⁹¹, prisões, excomunhões, condenações, censuras e degredos. Fazem parte deste último também os roubos, os subornos e as fraudes. Dentro do maior grupo de motivos temos as questões económicas que incluem alugueres, benefícios, bens, bulas, comércio fiado, despejos, questões monetárias, dívidas, dízimos, dotes, execuções de bens, expropriações, fazenda, heranças, impostos, partilhas, rendas e tributos (fintas)¹⁹².

O grupo que denominamos de motivos indirectos engloba todos os motivos de inimizades que não envolvem conflitos entre os intervenientes, ou seja, a inimizade

¹⁸⁹ Neste caso foram contabilizadas para este item apenas as injúrias em que se verificou a impossibilidade de confirmar se são físicas ou verbais, nesta situação teve-se em conta o contexto da denúncia e por defeito considerou-se que foram verbalizações.

¹⁹⁰ Este motivo engloba todas as situações em que a causa de inimizade é justificada por o inimigo aliciar pessoas a testemunhar, denunciar, acusar, etc. contra si.

¹⁹¹ Esta é uma situação muito específica que surge numa denúncia cujo motivo de inimizade é a quebra do segredo do Santo Ofício.

¹⁹² Em certas situações os motivos poderiam ser considerados como um só, como o caso dos tributos (fintas) que são no fundo impostos, ou vendas a crédito (fiado) que são dívidas, contudo optou-se por manter o motivo original com o intuito de preservar a informação das fontes e facilitar as possíveis futuras análises. Tal como referido anteriormente esta opção não altera os resultados das análises.

surge por estes terem qualquer ligação (familiar, vizinho, amigo, etc.) a umas das partes em conflito. Neste sentido, a ligação a terceiros refere-se a inimizades pelo motivo de o suplicado ser amigo de um inimigo ou inimigo de um amigo do suplicante, sendo que a terceira pessoa não está envolvida no contexto da denúncia. A título de exemplo temos a carta de “Domingos de Lobam capitão e morador na vila de Muxagata bispado de Lamego [...] he tambem grande seu inimigo o padre Manuel Alvarez [...] por ser o ditto padre capital inimigo do frei Joam Francisco vigario da ditta vila, com o qual vigario o suplicante corre em amizade e defende quanto pode”¹⁹³. Nesta podemos verificar que a inimizade de Domingos de Lobam para com o padre Manuel Alvarez era devida a este último ser inimigo de um amigo seu. Quanto à ligação ao suplicado ou ao suplicante definem situações onde a inimizade surge por relação entre os implicados na denúncia.

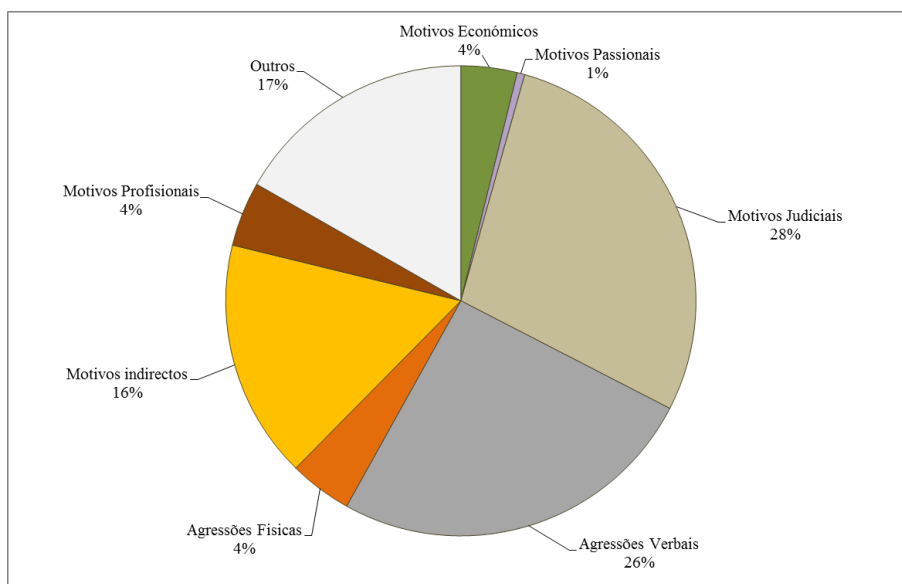
O grupo de motivos passionais é caracterizado por inimizades causadas por situações de adultério, amancebamento ou por questões matrimoniais. Relativamente ao grupo de motivos profissionais este engloba situações relativas a boicotes eleitorais, disputas de cargo, exercício ou incumprimento do ofício, expulsões, recusa de auxílio (ofício) e destituições (no caso, retirar um cargo eclesiástico). Por último, do grupo de outros motivos fazem parte todos os generalistas, mais concretamente brigas, diferenças, dúvidas¹⁹⁴ e inimizades.

Em termos de quantificações podemos verificar que os motivos judiciais (28%) e as agressões verbais (26%) representam a maioria das ocorrências, sendo os restantes 46% da amostra distribuídos pelos grupos de outros motivos (17%), motivos indirectos (16%), agressões físicas (4%) e subsequentes categorias apresentadas no gráfico III.

¹⁹³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 319.

¹⁹⁴ As dúvidas, brigas e diferenças representam na realidade situações de desentendimentos. Não obstante, optou-se por as quantificar separadamente, de forma a preservar as informações relatadas nas cartas. Esta medida não altera os resultados pois estes motivos pertencem à mesma categoria.

Gráfico III
Distribuição de Grupos de Motivos



Analisando o grupo de motivos judiciais e recorrendo ao gráfico IV, podemos verificar que as prisões, os falsos testemunhos e as denúncias são os motivos com mais ocorrências representando 67% desta categoria. No que diz respeito ao grupo de agressões verbais, como podemos observar no gráfico V, as ameaças são o motivo predominante (58%).

Gráfico IV
Distribuição de Motivos Judiciais

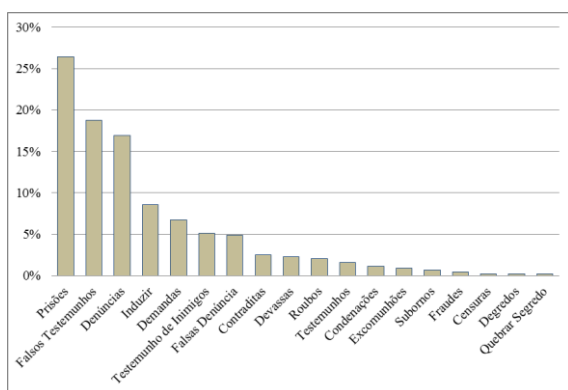
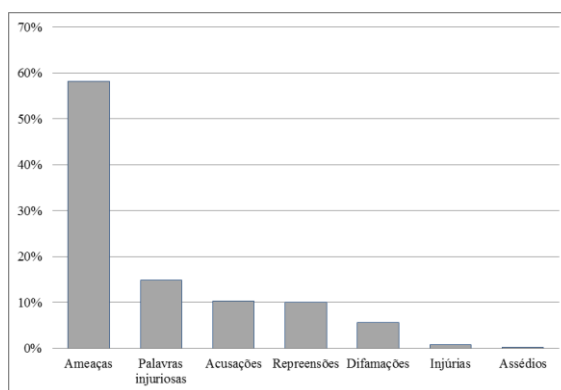


Gráfico V
Distribuição de Motivos de Agressões Verbares



Nas fontes encontramos diversas cartas que suportam estes resultados, como é o caso da denúncia onde “Diz Paullo Montes de Madureira morador em Vila Flor e escrivão da camera [...] que hum Diogo Anriques morador na mesma vila, sendo prezo por seu filho António Borges de Lemos [...] estava dizendo em a cadeia desta vila

publicamente que hele se veria vingado dos Montezes [...] e porque o suplicado he seu inimigo em razão dele suplicante lhe prender pelo Santo Officio sua sobrinha Branca Rodrigues e seu marido João Lopes Anriques”.¹⁹⁵ Nesta carta podemos compreender que a inimizade com Diogo Anriques surgiu por questões inerentes ao cárcere. No entanto, verifica-se que este não foi o único motivo de conflito, as ameaças incluíram também parte desta rivalidade. Numa outra carta, de “Maria Fernandes a Galante, de alcunha [...] moradora na villa de Trancozo [...] representa a rezões seguintes [...] Caterina Rodrigues veuva de João Rodrigues Soeiro e sua filha [...] são todos inimigos capitais della dita Maria Fernandes e de sua filha Ana solteira [...] em razão de duvidas muito peizadas que tiverão de que resultou chamarem ce nomes muito afrontosos e lhe tem grande ódio que quando prenderão a dita Caterina Rodrigues disse muitas vezes que avia de fazer prender a dita Ana sua filha”¹⁹⁶. Compreende-se que as ameaças fossem uma constante na vida social. Apesar de muitas vezes estarem inseridas em diversos contextos ou envoltas em outros motivos, este comportamento era manifestamente corrente num clima de desconfiança e de temor.

Relembramos que na categoria de motivos judiciais os falsos testemunhos e as denúncias tiveram resultados bastante expressivos. Com efeito, o acto de denunciação faz parte de uma das principais causas de inimizades. Um bom exemplo destas situações é a carta em que “Diz Joseph Inimoso Pachequo abbade de São Pedro de Deão do arcebispado de Braga que á sua noticia veio que pessoas suas inimigas [...] tinham denunciado [...] varios casos de que o suplicante esta innocente [...] principalmente o padre Francisco de Lima [...] e todos os mais parentes [...] por quantos os tras a todos aggregados a seus designios e denunciasões, e juramentos falsos”¹⁹⁷. Outra carta, que envolve motivos judiciais, é constituída pela denúncia de Domingos de Almeida morador no concelho de Resende freguesia de Salvador, na qual se lê que “a elle supplicante atras amiasado Embrosio Pinto e seus filhos muito regurosamente por estradas e campos e lugares pubricos com o Santo Officio que o ha de faser prender sendo seu ynimigo capital trasendo com elle supplicante demandas civis e crimes esperando algumas veses pera o matar e o feriu de que o supplicante tem denumciado delle a justiças ciculares”¹⁹⁸. Numa análise mais atenta, podemos verificar que esta

¹⁹⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 593.

¹⁹⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 615.

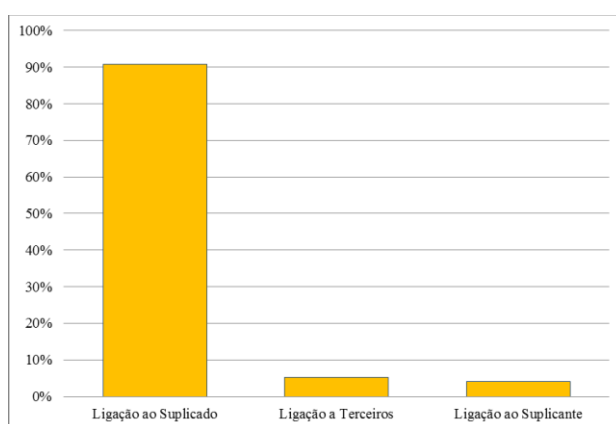
¹⁹⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 639.

¹⁹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 168.

elevada taxa de inimizades, por motivos inerentes ao processo de denúncia, vem comprovar não só o efeito cíclico das denúncias mas também a eficácia deste método de controlo social.

A ocupar a terceira posição dos grupos de motivos mais significativos encontra-se a categoria de motivos indirectos, sendo que, como podemos observar no gráfico VI, a ligação ao suplicado é o motivo com mais expressão no grupo, representando 91% deste.

Gráfico VI
Distribuição de Motivos Indirectos



Contudo, devemos considerar este motivo, assim como todo o grupo, complementar pois representa inimizades por associação. Relativamente ao motivo em si, não é de estranhar a elevada taxa de ocorrências deste tipo, a inclusão nas denúncias não só de inimigos mas também de potenciais inimigos fazia parte do processo de defesa. Situação esta que se pode compreender pela carta em que “Diz Balthesar Fernandez [...] que Diogo Rodriguez [...] seu inimigo capital que he e com quem anda em demandas sobre injurias denunciou delle supplicante diante o provisor da cidade de Viseo [...] e que para isso dera por testemunhas [...] a Isabel solteira filha de Antonia Luis [...] a qual he vizinha e comadre do dito Diogo Rodriguez denunciante [...] e assi provavelmente diria o que elle lhe dissesse”¹⁹⁹. Nesta carta o suplicante Balthesar Fernandes apontou Isabel como sua inimiga mas não indicou um conflito entre ambos, referenciando-a apenas por estar relacionada com o seu inimigo Diogo Rodrigues. Esta forma de prevenção é bastante corrente nas denúncias e abrange todo o tipo de relações, tal como podemos observar na denúncia em que “Dis António de Oliveira [...] que o

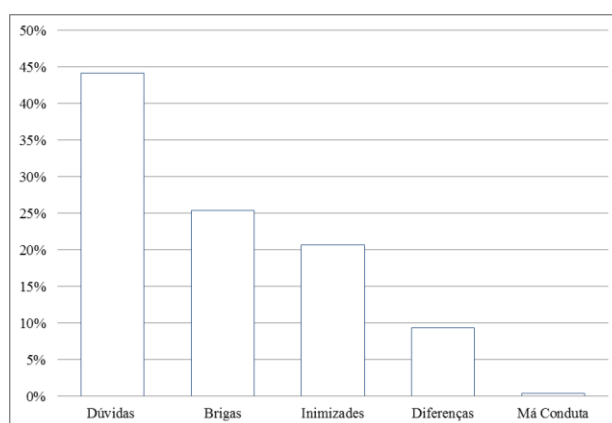
¹⁹⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 74.

suplicado padre Manoel Ferreira he inimigo capital do suplicante por duvidas e diferenças que tiverão em tanto que se não falam [...] como também são seus inimigos João Ferreira pai do suplicado e seu avo Sebastião Nunes e Diogo Nunes seu tio pelas rezões que ficão relatadas”²⁰⁰. Uma vez mais, verificam-se inimizades nas quais o motivo é a relação com outros suplicantes, mas neste caso por laços familiares. Contudo, devido à natureza unilateral destes motivos não os podemos considerar causas de conflito, pois na realidade o conflito não existe, ou melhor, não é qualificável.

Depreendemos facilmente que aferir inimizades justificadas por relações deste tipo potenciava conflitos. Contudo, por não ser possível rastrear as consequências de cada ocorrência deste tipo, não se podem considerar estes motivos uma causa. Ainda assim, este resultado comprova a eficácia da denúncia em termos de alcance no que diz respeito aos envolvidos e apesar de não comprovar a existência de conflitos compreende-se que poderá eventualmente ser uma causa destes.

Os grupos de outros motivos, agressões físicas, motivos profissionais, motivos económicos e motivos passionais perfazem os restantes 30% da nossa distribuição. Nestes grupos os motivos predominantes são, respectivamente, as dúvidas e as brigas, as agressões, o exercício do ofício, as questões monetárias e o amancebamento.

Gráfico VII
Distribuição de Outros Motivos



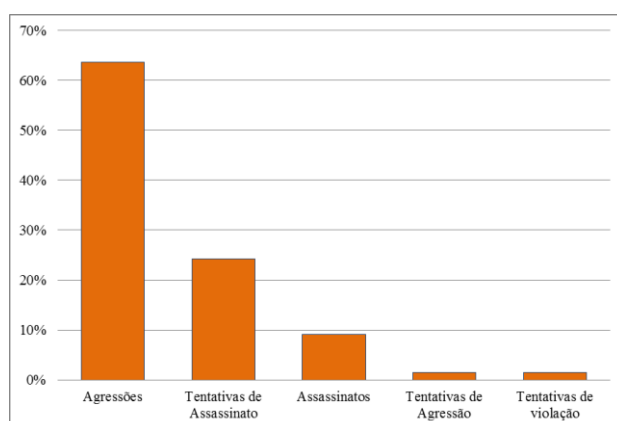
No que diz respeito às dúvidas, a elevada percentagem (44%) deste motivo vem ao encontro do clima de suspeição que se fazia sentir no seio das populações. Na carta de denúncia em que “Diz Francisco Goncalves da freguezia de Gundade conselho de Villa Nova de Serveira e António Pires dahi mesmo que huma Maria Afonso do

²⁰⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 403.

Ribeirinho freguezia de Loivo [...] e o padre Feleciano Amorin de São Martinho da Costa termo de Couvas por serem seus inimiguos capitais [...] por rezão de duvidas que tiverão sobre hua pequena de fazenda”²⁰¹ podemos observar um exemplo de uma situação de inimizade por dúvidas, neste caso relativamente a uma questão económica. Outro exemplo é a carta de “Agostinho Domingues, e sua molher moradores em Vila Flor, que tendo duvidas com Hyernimo Correya Mataris, e com Pedro Lopez Joam, e Diogo Fernandez, e com Diogo Henriques moradores na dita vila [...] trouxe apresentar huma Ginebra de Alvim e porque teme com ella e com outros lhe façam a culpa”²⁰², onde, uma vez mais, as dúvidas são o motivo das inimizades. Contudo, nesta surge num sentido de discórdia ou de controvérsia não indicando um motivo em concreto. Passando para as brigas que representam 25% desta categoria, este resultado vem uma vez mais confirmar os inúmeros desentendimentos existentes no seio das populações, que em certos casos acabavam por resultar em agressões, tal como podemos observar na carta de “Antonia de Carvalho viuva de António Morais morador nesta cidade de que ella tem justa rezão de se temer de Christovão Lopes [...] sobre partilhas e contas de grande importancia que tiverão [...] e sobre isso tiverão palavras pezadas e brigarão e saiu Christovão Lopes ferido”²⁰³. O exemplo desta carta confirma também o elevado nível de agressividade nas rivalidades, na qual desentendimentos por uma questão de foro económico é a causa de agressões verbais e físicas.

Gráfico VIII

Distribuição de Agressões Físicas



²⁰¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 457.

²⁰² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 593.

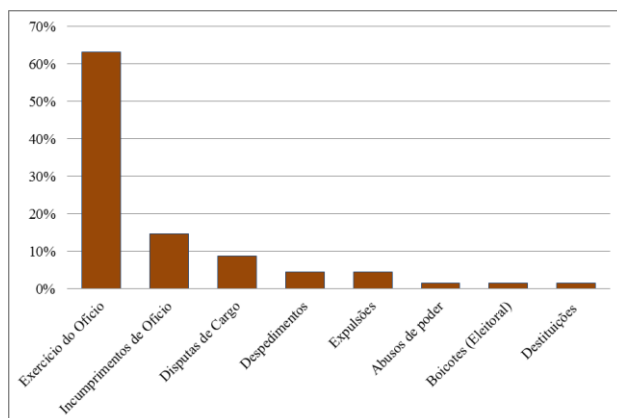
²⁰³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 569.

Relativamente às agressões físicas, verificamos uma predominância de agressões várias que confirmam o nível de violência nas rivalidades. Estas situações envolviam tanto homens como mulheres de diferentes estatutos sociais, tal como podemos observar na carta de “Pedro de Carvalho e seus irmãos moradores [...] em Cabaços [...] que elles supplicantes sam huns homens nobres, e sempre se trataram a ley da nobreza christãos baptizados e obdientes a Igreja romana, [...] mas por terem grandes duvidas com Manuel Mendes [...] e com seu irmão Diogo Mendes [...] por o dito Bartolomeu de Carvalho [irmão do suplicante] ter dado huma adaguada em Isabel Sousa [...] manceba do dito Manuel Mendes [...] e outrosi Pedro de Carvalho deu com huma pedra na testa em Maria Lopes may do ditto Manuel Mendes [...] e outrosi o dito Pedro de Carvalho deu com um pau em Fernão Guomes, marido da Maria Lopes [...] e outrosi se receam de Manuel da Costa e seu irmão João da Costa ora prezos nos carceres [...] per o dito Bartolomeu de Carvalho ter andado as cultilladas com o dito Manuel da Costa [...] e outrosi se receam [...] do abade Manuel da Silva comissario do Santo Oficio per rezão de ser cabeça de bando das emleiçãos que se fazem em a villa de Moimenta da Beyra dos officiais da justiça por elles sobreditos [suplicantes] [...] serem cabeças do bando contrario e o dito Pedro de Carvalho tirou a spinguarda ao dito Manuel da Silva de que ficou muito ferido sendo antão cappitão mor da dita villa”²⁰⁴. Neste documento, é notável o conjunto de agressões que surgem em resultado de outros motivos, o que na realidade demonstra a elevada agressividade existente na sociedade, essencialmente na resolução dos problemas, pois como refere Isabel M. R. Mendes Drumond “Desentendimentos diversos, por vezes sem grande significado aparente [...] não deixavam de constituir um atentado à honra, não raras vezes davam origem a uma escalada verbal que tanto podia acabar com injúrias diversas como ir mais longe, chegando a ferimentos e mortes”²⁰⁵.

²⁰⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 563-565.

²⁰⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Violência Verbal e Violência Física numa Sociedade em Mudança: Portugal séculos XV-XVI”, *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época. Actas*, vol. 3, [Guimarães], Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 498.

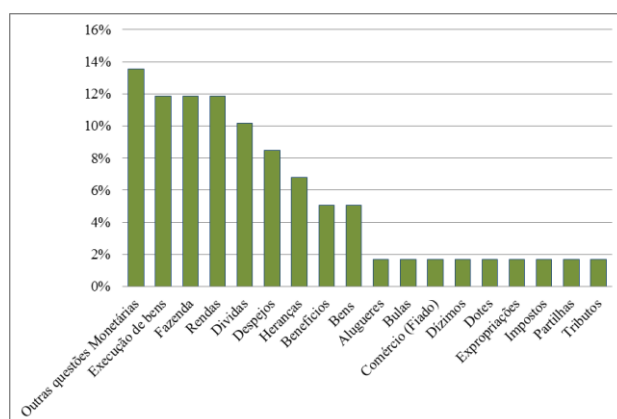
Gráfico IX
Distribuição de Motivos Profissionais



No que diz respeito ao grupo de motivos profissionais, como podemos verificar no gráfico IX, o exercício do ofício é predominante representando 63% desta categoria. Na carta do padre Pedro Aranhas, morador no lugar de Vale de Arouca, podemos observar um relato de inimizades relacionadas com esta situação, “Nesta minha freguesia neguei os sacramentos publicamente a algumas pessoas por causa de viverem em peccado publico e escandaloso de muitos annos com suas amas principalmente a hum clerigo chamado Manuel Madureira e a sua ama e prima Isabel de Araujo moradores na quinta de Picoens e por esta cusa me ficou este clerigo tam avesso e inimigo que com dous camaradas amigos seus [...] para me infamarem [...] andarão divulgando entre outras injurias que eu comettia mulheres na confissão”²⁰⁶. Nesta carta podemos observar não só rivalidades de foro profissional, mas também acusações de amancebamentos e de solicitação.

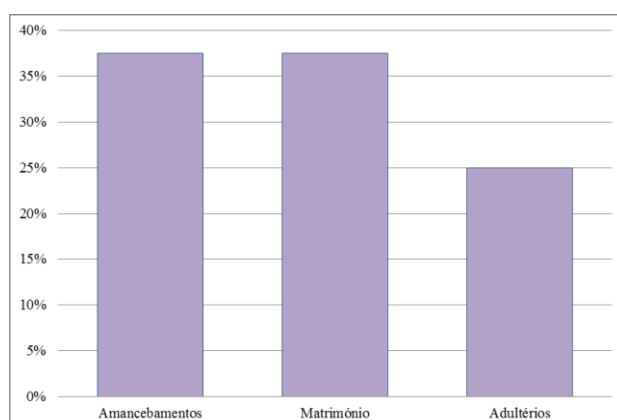
²⁰⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 644.

Gráfico X
Distribuição de Motivos Económicos



Relativamente ao motivo que envolve questões monetárias, podemos observar esta situação na seguinte carta: “Dizem Diogo Soares Franco, Fernão Lopez da Costa, o licenciado Manoel Mendez, João da Fonseca e Brás da Costa Teles homens de negócio moradores na vila de Trancoso, que sendo prezo da parte deste Santo Tribunal do Santo Oficio hum Manuel da Fonseca da villa de Gouvea mandou pedir aos suplicantes da cadeia aonde estava algumas esmolos e o mais que lhe parecia o que os suplicantes lhe não quizerão mandar [...] donde lhe ficou o dito prezo com tal odio que publicamente os ameaçou e se queixava deles e no dia que sahiu da cadeia disse no balcão dela ao por se a cavalo ora vamos que pois eu la vou todos hão taobem de ir sem ficar nenhum por que tudo ha de ir em huma poeira. E ao sair da villa se pos a cantar com a mayor desafoco e menos vergonha que jamais se viu”²⁰⁷.

Gráfico XI
Distribuição de Motivos Passionais



²⁰⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 547.

Finalmente no que diz respeito ao grupo de motivos passionais, como podemos observar no gráfico XI, as situações mais frequentes estão relacionadas com amancebamentos e questões matrimoniais. Um exemplo, de inimizades relacionadas com amancebamentos, é a carta do vigário Manuel Pinheiro “Sou vigaryo perpetuo nesta igreja do Salvador de Moure conselho de Filgueiras que esta entre o mosteiro dos padres bentos de Pombeiro e todos padres cruzios do mosteiro de Caramos na freguesia de Margaride conjunta a esta [...] esta huma caza aonde vive sempre hum frade do mosteiro de Belão da ordem de São Jheronimo e ce recolhe nella coatro ou sinco mil testemunhos que quanta levesa esteve nella hum frei Sepcianno de Sousa que agora he prior no mosteiro da Costa da mesma ordem [...] este frade amaocebouse nesta minha freguesia com huma Caterina por alcunha a Olhuda, moradora no lugar do Mote que tem mais 2 irmaos o hua prima todas mulheres escandalosas por que eu na minha estação quis reprimir os escandalozos não nomiando pessoa nenhuma, o frade asima me ficou meu inimigo capital de odio cruel depois de hido o frade asima para o mosteiro de Guimares veyo para a casa de Margaride outro frade que chamao frei Agostinho o outro tanto que elle chegou o trouxe a mesma casa adonde tem a amiga e esta amaocebada com outro irmão que chamao Angela [...] estes meos inimigos ameasão me que ao de capitular de mim, em todos os tribunaes, suposto não tem de que mas por que oje não faltão testemunhas que jurão falso”²⁰⁸. Ainda relativamente a este grupo e em exemplo de uma situação de adultério temos a carta de António de Sotto, morador no Porto, que diz que “sendo elle cazado com sua molher Leanor Rodrigues, ela lhe fez adultério com o padre Francisco Saraiva por cuja cauza ele supplicante a matou e acuzo ao ditto padre pelo adulterio, como consta da certidão junta e o tem embargado no aljube de Lisboa onde estava presso e por que a sua noticia lhe veio que ho ditto padre ho ameasava e diz se ha de vingar dele com o fazer prender pelo Santo Oficio pera o qual pode endusir algumas testemunhas falsas pera effeito de o desacreditar e melhorar se em seu libramento”²⁰⁹.

Assim, como podemos verificar, os principais motivos de inimizades eram respeitantes a questões de foro judicial e a agressões verbais. Mais concretamente, prisões, falsos testemunhos, denúncias e ameaças. Em complemento e ignorando os motivos indirectos, como causa de rivalidades, verificamos que na categoria de outros motivos as dúvidas e brigas eram os motivos predominantes. Reflectindo sobre estes

²⁰⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 214-214v.

²⁰⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 484.

resultados compreendem-se as consequências sociais da Inquisição, onde a sua acção é directa ou indirectamente a principal causa dos conflitos. Como podemos depreender pela elevada taxa de ameaças, o medo é o agente principal destas inimizades assim como a suspeição em razão do apuramento referente às dúvidas. Na realidade, a predominância destes motivos são indicadores do ambiente de desconfiança existente, onde todos são suspeitos ou melhor potenciais inimigos²¹⁰, facto reforçado pela relevância dos motivos indirectos.

3.2.3 – Relações entre Motivos

Após uma análise detalhada das fontes, relativamente às informações inerentes à relação social, deparamo-nos com uma complexa rede de motivos de causa e efeito no que diz respeito às rivalidades. Em diversas situações existe uma relação entre os motivos das inimizades, que se traduz num motivo central, o qual designamos por princípio²¹¹, vejamos o caso da carta de Manuel Henriques, na qual se verifica que “Dizem Manoel Henriquez Pereira e Branca Coutinha sua mulher [...] as dittas criadas herão mal afeitas a dita Branca Coutinha plas repreender e castigar” onde a inimizade dos criados é fruto das repreensões e castigos dos patrões “e pela reprehender dos furtos que lhes fazia os foi também amiançando”²¹² e a inimizade dos patrões deveu-se aos roubos e às ameaças. Neste âmbito, verifica-se uma relação entre os motivos de ambas as partes, ou seja, as repreensões e castigos estão relacionadas com os furtos. Assim, temos três motivos de inimizades nomeadamente o roubo, as ameaças e as agressões, pertencentes aos grupos Motivos Judiciais, Agressões Verbais e Agressões Físicas respectivamente. No entanto, ao distribuírmos os motivos por grupos incorremos no risco de perder a relação entre estes.

Durante a nossa análise e de forma a aprofundar este estudo decidimos manter estas relações, assim, e voltando à carta apresentada, verificamos uma teia de motivos tal como representado no quadro IX, onde agressões físicas e verbais estão relacionadas com motivos judiciais.

²¹⁰ Relativamente ao Santo Ofício e à pedagogia do medo, cf. Maria José Ferro Pimenta Tavares, “Inquisição: Uma Catequização Pelo Medo”, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo II, Porto, (*Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV/2), 1989, p. 195.

²¹¹ Ou seja entenda-se por princípio o percussor de outros motivos ou o motivo central das rivalidades.

²¹² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 23.

Quadro IX

Exemplo de Relação entre Grupos de Motivos

Motivos Judiciais	
	Agressões Físicas
	Agressões Verbais

Em termos de análise deste exemplo verificamos que uma ocorrência de motivo judicial é a causa, ou melhor o princípio, de uma de ocorrência nos grupos de agressões físicas e verbais. Neste sentido, durante este processo de levantamento optou-se por recorrer a uma tabela de relação de motivos, como podemos verificar no exemplo exposto no quadro X, para registar todos os resultados da análise das cartas.

Quadro X

Relação de Motivos

#	Princípio	Motivos Económicos	Motivos Passionais	Motivos Judiciais	Agressões Verbais	Agressões Físicas	Motivos Indirectos	Motivos Profissionais	Outros
	...								
1	Judicial				1	1			

No quadro X, e em função do exemplo exposto²¹³, observamos uma ocorrência em cada grupo de motivos mas com uma relação de princípio judicial. Apesar de algum nível de complexidade, este tipo de registo permite-nos efectuar diversas análises relativas não só aos motivos mais recorrentes mas também às relações entre estes²¹⁴.

No âmbito deste estudo é importante analisar em que contextos estão inseridos os conflitos, isto é, se as rivalidades relatadas ocorreram num contexto profissional, familiar, social ou étnico-religioso. Neste sentido, como podemos ver no quadro XI, o resultado do levantamento de motivos e as relações destes foram distribuídas pelos diversos contextos.

²¹³ De notar que os valores utilizados neste exemplo não reflectem os resultado do levantamento completo da carta em questão.

²¹⁴ Neste caso podemos verificar, por exemplo, quantas agressões físicas estão relacionadas ou resultam de questões judiciais.

Quadro XI
Contextos de Conflitos

# Contexto		Grupos de Motivos							
	Familiar								
1	Profissional					1	1		
	Étnico-Religioso								
	Social								

Voltando à carta que temos vindo a utilizar como exemplo, verificamos que os acontecimentos relatados estão inseridos num contexto profissional e, como tal, são contabilizados neste item, conforme podemos observar no quadro XI. Assim, e em forma de síntese, temos diversos motivos agrupados numa tipologia, relacionados por um princípio e distribuídos por contextos, tal como podemos observar no anexo 5 – Distribuição por Princípios e Contextos, que representa a base de dados deste estudo.

No que diz respeito aos resultados até agora obtidos, verificou-se que os motivos judiciais e as agressões verbais representaram a maioria das ocorrências (ver gráfico III). No entanto, só podemos compreender as reais causas das rivalidades recorrendo a uma análise relacional. A tabela do anexo 6 – Distribuição de Relação entre Conflitos permite-nos efectuar dois tipos de estudos, numa análise horizontal podemos verificar os princípios com mais consequências ou repercussões e verticalmente as principais consequências de cada princípio.

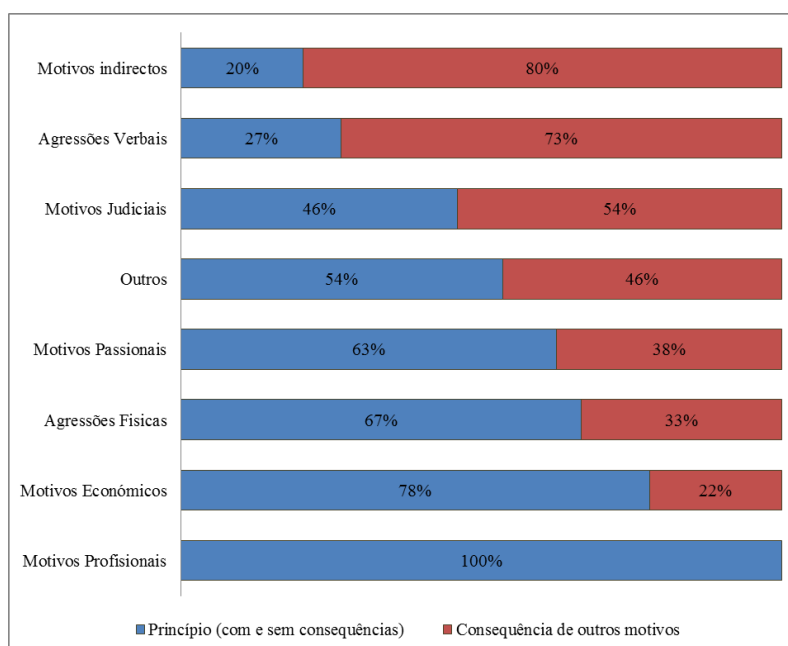
Numa primeira aproximação, interessa-nos verificar se os principais motivos até agora apurados são realmente as causas de rivalidades ou apenas consequências de outros motivos. Neste sentido, recorrendo ao gráfico XII e uma análise vertical da tabela do anexo 6, constatou-se que 46% dos motivos judiciais são princípios²¹⁵ e os restantes 54% são consequências de outros motivos. A mesma análise pode ser efectuada para as agressões verbais, que conforme apurámos previamente, representam 26% do total de ocorrências (cf. gráfico III), neste caso 73% destas são consequência de outros motivos e apenas 27% são princípios²¹⁶.

²¹⁵ Esta percentagem refere-se às (#) 198 ocorrências do item judicial que não são consequência de nenhum outro grupo de motivos, mas que podem ser o princípio de outros ou casos isolados.

²¹⁶ Esta percentagem refere-se às (#) 104 ocorrências do item de agressões verbais que não são consequência de nenhum outro grupo de motivos, mas que podem ser o princípio de outros ou casos isolados.

Gráfico XII

Distribuição de Motivos por Princípio e Consequências



Como podemos perceber, os grupos predominantes em ocorrências podem não representar as principais causas de rivalidades, pois como demonstramos, em muitos casos existe uma causa principal. Concluimos então que, para compreendermos os reais motivos dos conflitos, é crucial avaliar as relações entre estes. Neste sentido, levanta-se a questão, se os conflitos são explicados pela avaliação dos motivos enquanto causas ou como consequências de outros. Por tal, iremos apurar quais os motivos responsáveis pela maior taxa de repercussões, incorporar nestes as ocorrências sem repercussões e confrontar os resultados com o levantamento dos motivos enquanto consequências.

Assim, para o estudo dos motivos com maior taxa de consequências, recorreremos à tabela do anexo 6, mais concretamente aos valores da coluna de repercussões e ao respectivo gráfico de distribuição²¹⁷. Analisando horizontalmente a tabela e observando o gráfico, podemos verificar que em termos de taxa de repercussões o princípio profissional é predominante (50,1%), do qual os motivos judiciais e as agressões verbais são as suas principais consequências, com 38% e 31% de ocorrências respectivamente. Um exemplo deste tipo de situações é a carta de “João Vas Crasto morador no lugar de Agrocham termo da cidade de Bargansa, que sendo seu filho Pascoal de Almeida alferes de huma companhia de soldados auxiliares da ditta cidade prendeo a Manuel Mendes,

²¹⁷ Ver anexo 6 (parte II).

Gaspar de Saa, seu irmão e a sua mai Izabel de Crasto [...] os quais por rezam da ditta prizão e emcontros que teve com os mais o amearão a elle e a toda a sua família dizendo lhe aviam de fazer todo o mal que pudesem e amearando os tambem de morte”²¹⁸. Nesta carta, podemos compreender que as inimizades surgem dentro do exercício de ofício, sendo estas de dois foros: do judicial e de agressões verbais. Passando a outro exemplo de uma situação que envolveu estas rivalidades, relacionadas com o exercício do ofício, temos a carta em que “Diz João Soares morador nesta cidade de Coimbra que a sua noticia veyo que Dona Izabel Antonia mulher de Bento de Ssa e morador na dita cidade e seu enteado da dita dona Izabel por nome João de Ssa morador no lugar da Sirga e por contemplação dos sobredittos, ti Attonio Correa meirinho da coreissão desta cidade e o padre Manoel do Canto de Moraes desta cidade por todos serem grandes inimigos do supplicante [...] dizendo que elles e cada hum deles ão de vir a esta Meza do Santo Officio a denunciar e fazer queixas do supplicante e porque todos eles e cada hum delles como ditto tem são inimigos capitais do supplicante [...] e a rezão da inimisidade que tem com a dita dona Izabel Antonia he que o supplicante sendo meirinho desta cidade em companhia do Francisco de Faria meirinho da coreissão prenderão a Bento de Saa cazado com a dita dona Izabel Antonia por cuja prizão elle lhe ficou com grande odio”²¹⁹. Como podemos compreender nesta carta as rivalidades surgem, uma vez mais, devido ao exercício de ofício onde as repercussões pertencem ao foro judicial e de agressões verbais.

Devemos referir que, em certos casos, os princípios só são motivo de inimizades devido a terem consequências, como é o caso das questões profissionais, ou seja, por exemplo, o exercício de ofício é um motivo de inimizades devido às repercussões que tem. Neste sentido, compreende-se a importância de uma análise mais complexa onde a relação entre motivos seja considerada.

Em segundo lugar, como precursor de rivalidades, encontramos as situações de princípio judicial (14,4%), as quais foram responsáveis especialmente por agressões verbais que representaram 67% das suas repercussões. Um exemplo destas situações pode ser observado na seguinte carta: “Dizem Manuel da Sylva, e sua mulher Maria Gaspar naturais e moradores em Villa Real, [...] que a sua noticia lhes veio que hum Antonio Luiz natural de Villa Real chirstão novo e hora prezo nos carceres deste Santo Officio ameaçara a eles supplicantes que ele se vingaria delles pello Santo Officio, por

²¹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 529.

²¹⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 481.

ser seo inimigo, como já fes diante do desembargador Jorge Pinto de Almeyda desembargador del Rey que esta com alçada em Villa Real devassando de sertos crimes e tudo isto pello dito Antonio Luiz suspeitar que elles suplicantes denunciaram delle ante o comissario do Santo Officio de Villa Real [...] e na ocasião de sua prisão pello Santo Officio os foi ameaçando publicamente”²²⁰. Nesta carta, podemos não só observar uma situação judicial da qual resultaram ameaças, mas também em como as denúncias eram responsáveis por inimizades, tal como podemos depreender as inimizades de António Luís por suspeita de ter sido denunciado. Neste sentido, compreende-se como uma denúncia acabava por gerar não só rivalidades e inimizades mas também novas denúncias.

No que diz respeito às situações de princípio económico (14%) verifica-se que os motivos judiciais e as agressões verbais eram as consequências mais predominantes. Um exemplo de uma situação de foro económico, da qual resultaram um conjunto de repercussões que incluem agressões verbais, é a denúncia de “Baltesar Enriques Mendez executor no almoxarifado de Guarda e sua mulher Izabel Guterres moradores na villa de Trancozo [...] Manoel Ribeiro e sua mulher e seu irmão Domingos Ribeiro e sua mulher todos desta villa de Trancozo sam grandes e capitais ynimos dos ditos [...] por causas e demandas que tiveram com os ditos [...] e por coanto elle dito Balthezar Enriquez lhe vemdeo a pregam na prasa da villa de Moreyra uma vinha e estando se fasendo a rematasam o dito Manuel Ribeiro se descompôs de palavras com o dito e logo elle Baltisar Enriquez se foi onde elle estava e lhe deu muitas bofetadas e o quis premder e lhe ficou com grande odio e ynimizade e por esta causa o tem amiasado”²²¹. Numa outra situação, na carta de Nuno Alvares Pereira e de sua mulher Maria de Fonseca e seus familiares “expoen en este Santo Tribunal as capitães enemizadas e grandissimo odio que entre eles todos ha e as pessoas abaixo declaradas e as cauzas e razão delles temendo que pelos ditos seos enemigos lhes seyão fulminadas denunciasçoies e culpas falças para que inosentes não sejam prejudicados em seo odio e dizem o seginte: Manuel João, Maria de Azevedo sua mulher seu filho Miguel João e todos seos fameliars, amigos e parentes são capitais enemigos, dos suplicantes [...]. En resao da dita injuria feita a dita Maria da Fonsequa, Matheus Guterres da Fonsequa seu tio houve hum mandado do licenciado Manuel Simois da Fonsequa, juis de fora que foi na dita vila de Trancozo para lhe ser embargada, toda a fazenda que o dito Manuel João

²²⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 537.

²²¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 463.

tinha na sua tenda para dela ser pago, de 88 reis que lhe devia, e se pagarem a outros a credores, o que sentio tanto que logo seu filho Miguel João deo huma denunciação dele em o joizo da alfandega de Freixo de Espada Sinta e ele mesmo jurou e trouxe precatoria para ser prezo e o apresentou ao juiz que servia na dita vila de Trancozo, com que ficarão muito grandes inimigos”²²². Tal como nas diversas denúncias estudadas, nesta, verificou-se o relato de diversas inimizades e de diferentes conflitos, consequentemente foi necessário realizar uma avaliação caso a caso, ou interveniente a interveniente. Assim, e voltando à denúncia supracitada, no que diz respeito ao princípio em questão verificou-se que a inimizade de Miguel João deveu-se a uma situação económica que teve como consequência uma denunciação, ou melhor, resultou numa questão judicial. Outra carta, onde podemos encontrar inimizades que envolveram uma situação de relacionamento entre questões económicas e agressões verbais, é a denúncia de Francisco Mendes, na qual este expôs um rol de inimigos, referindo que tem inimizades “com prezo Bernardo de Medeiros em ocação de alugar lages para hum pouco de pão do mar que lhe veo em huma nao, não conçentio que se metesse na sua lage, de que concebo grande yra e diante de Graça Barboza Vilas Boas viuva calificada, que ficou de Antonio Lobo de Mesquita ameaçou ao dito e a dita diante das mais testemunhas que presentes estão”²²³. Assim, e como vimos nas diversas situações, podemos constatar que muitas das rivalidades estavam relacionadas entre si e surgiam em função de situações de conflito, sendo as causas ou princípios destes conflitos o real motivo das inimizades.

Em última análise, podemos observar que as agressões verbais não apresentam nenhum tipo de repercussões, o que indica que apenas surgiam como consequência de outros motivos ou isoladamente²²⁴. Um exemplo de situações onde as agressões verbais surgiam isoladamente, é a carta dos irmãos Diogo e Francisco Nunes, na qual expuseram uma lista de inimizades e de suas causas. Nesta, destaque-se a situação de “Domigues Francisco moleiro, Maria Simão sua mulher, Maria Francisca sua filha e Bastião Fernandes seo genro, marido da dita Maria Francisca, são inimigos capitaes dos supplicates e a resão he porque por hua mulla do supplicante Diogo Nunes no verão passado [...] lhe fazer mal a hua jumenta do dito Domingues Francisco veo a dita Maria Francisca sua filha a porta do supplicante e chamou nomes muito injuriosos de porca,

²²² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 469-470.

²²³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 217.

²²⁴ Princípio sem consequências, ou seja, é a causa da inimizade.

judia e cadela, a sua mulher Lianor Enriques e porque ella lhe disse que se fosse da sua porta e lhe chamou puta de solteira e casada jurou a dita Maria Francisca gravissimos juramentos que a ella e a seu marido e a toda a sua geração (que são os supplicantes) os havião de fazer queymar em Coimbra aynda que todos os diabos lhe levassem a alma pela qual resão todos os sobreditos pais genro e filha ficaraõ com grandissimo ódio contra os supplicantes e tem dito em algumas partes que sedo os havião de ver pressos, e que não sabião como ja tardavão tanto”²²⁵. Como podemos compreender a causa das inimizades relatadas neste exemplo deve-se às agressões verbais por consequência de situações banais do quotidiano.

Devemos referir que, recorrendo ao anexo 7 – Gráficos de Distribuição de Repercussões por Princípio, podemos verificar as taxas de repercussões de cada categoria de motivos. Relembramos também que designámos por princípio todos os motivos que são a causa central do conflito ou o precursor de outros motivos. Neste sentido, e no âmbito desta análise, para uma correcta avaliação de motivos enquanto princípio, devemos incluir as ocorrências de casos isolados²²⁶.

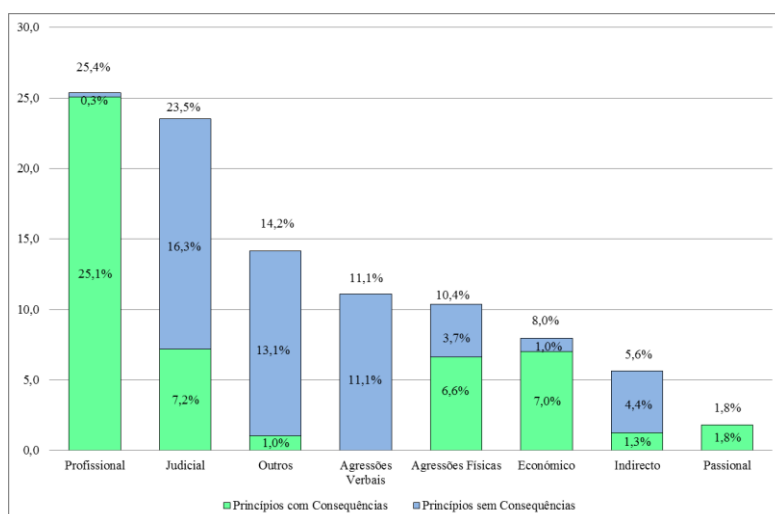
Assim, e como podemos depreender pelo gráfico XIII, as categorias de motivos profissionais, judiciais e de outros motivos são os princípios predominantes. Numa análise mais detalhada, confirma-se que, em termos de um estudo com base apenas na taxa de repercussões, os motivos de princípio económico ocupam a terceira posição. No entanto, esta posição alterou-se por inclusão das ocorrências de casos isolados. Podemos também observar que, numa análise de casos sem repercussões, os motivos judiciais, os outros motivos e as agressões verbais foram predominantes.

²²⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 255-255v.

²²⁶ Motivos de rivalidades que não são consequência nem causa de outros motivos, ou seja as ocorrências sem repercussões.

Gráfico XIII

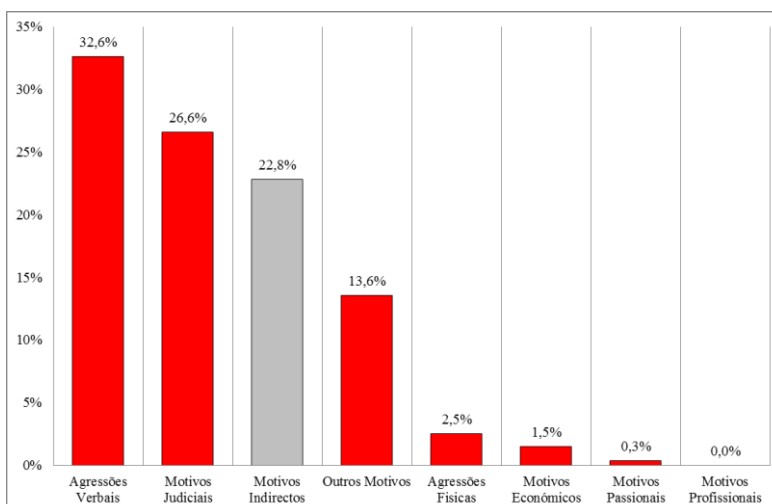
Distribuição de Princípios com e sem Repercussões



Como vimos, um estudo somente em função das repercussões, não determina as principais causas de rivalidades, como tal foi necessário incorporar as ocorrências que não têm outros motivos relacionados. Assim, verificou-se que as situações profissionais, judiciais e de outros motivos foram na realidade os principais motivos das rivalidades, muitas das quais precursoras de outros motivos. Neste sentido, e recorrendo ao gráfico XIV, vamos agora analisar os motivos enquanto consequência de outros, isto é, as repercussões. Neste, podemos concluir que as agressões verbais foram as principais consequências (32,6%), tal como os motivos judiciais (26,6%), nos quais relembramos a elevada taxa de prisões, falsos testemunhos e denúncias que caracterizam esta categoria.

Gráfico XIV

Distribuição de consequências



Confrontando os resultados entre princípios e repercussões, podemos verificar que os conflitos na sociedade deviam-se em grande medida a motivos do foro profissional e judicial, assim como a outros motivos e agressões verbais. No entanto, uma grande parte das agressões verbais (73% cf. gráfico XII) surgiram como consequências, tal como parte das rivalidades por questões judiciais resultaram de situações profissionais. Como temos vindo a verificar, a relação entre estes motivos foi determinante em termos de resultados. Assim, recorrendo aos principais motivos de cada categoria, depreendemos que o exercício do ofício, as prisões, os falsos testemunhos, as denúncias, as dúvidas e as brigas foram as principais causas das rivalidades, das quais as ameaças a par com as situações judiciais representam as principais consequências²²⁷. De realçar que a categoria de outros motivos surge tanto como causa das rivalidades bem como consequência de outros conflitos, facto que comprova a elevada taxa de desentendimentos existente nas populações. Devemos também referir, que as situações de foro económico, apesar de não terem grande representação nos resultados finais, foram das principais causas em termos de repercussões.

3.2.4 – Contextos

Apurados os principais motivos das rivalidades, passemos à análise da sua distribuição por contextos, nomeadamente social, familiar, profissional e étnico-religioso²²⁸. Tenhamos em conta que esta distribuição foi efectuada em termos quantitativos, ou seja, com base no número de ocorrências e ignorando a relação entre motivos²²⁹. Neste sentido, as ocorrências de motivos que foram consequência de outros motivos estão incluídas nos resultados, pois pretende compreender-se quais os principais contextos de rivalidades independentemente da causa de cada motivo. No entanto, será possível efectuar esta análise recorrendo ao anexo 5 – Distribuição por Princípios e Contextos.

²²⁷ Cf. Anexo 6 parte II

²²⁸ Foram inseridas neste contexto todas as situações de rivalidades inerentes ao estatuto religioso.

²²⁹ Esta opção prende-se com o facto de as consequências de um motivo (princípio) poderem ocorrer em diferentes contextos. A análise dos contextos não pressupõe identificar as principais causas das rivalidades mas sim a relação social dos intervenientes.

Quadro XII

Distribuição por Contextos

Contexto	Motivos Económicos	Motivos Passionais	Motivos Judiciais	Agressões Verbais	Agressões Físicas	Motivos Indirectos	Motivos Profissionais	Outros	%
<i>Social</i>	34	1	232	201	48	121	-	182	53,6
	4,2%	0,1%	28,3%	24,5%	5,9%	14,8%	-	22,2%	
<i>Profissional</i>	16	3	168	139	7	76	68	56	34,9
	3,0%	0,6%	31,5%	26,1%	1,3%	14,3%	12,8%	10,5%	
<i>Familiar</i>	9	4	25	36	6	46	-	7	8,7
	6,8%	3,0%	18,8%	27,1%	4,5%	34,6%	-	5,3%	
<i>Étnico-religioso</i>	-	-	6	14	5	8	-	11	2,9
	-	-	13,6%	31,8%	11,4%	18,2%	-	25,0%	

Assim e como podemos observar no quadro XII, verificou-se que 53,6% das situações ocorreram no contexto social, 34,9% no profissional, 8,7% no familiar e os restantes 2,9% no contexto que designamos por étnico-religioso.

Num estudo mais detalhado, e recorrendo ao gráfico do anexo 8 – Distribuição de Motivos por Contexto, determinou-se que, tanto no contexto social como no profissional, os motivos judiciais e as agressões verbais eram predominantes. Um exemplo destas rivalidades num contexto social é a carta de Martim Leite Pereira, na qual o autor expõe uma inimizade por motivos judiciais: “Porque acuzo crimemente a Simão Ribeiro prezo nesta relação do Porto, de cujo hiuramento e acuzação he escrivão Lorenzo Farinha, se quis Antonio Alvares desta mesma freguesia de São Salvador de Ramalde, vingar de mim, com denúncias aos ministros desta Santa Inquisição e resçoçar contra mim huma fama afrontosíssima, porem como dos livros deste tribunal deve constar de hua confissão que fiz averá des annos pouco mais ou menos e o cazo he de tal qualidade no me consenteo a mim o deixar de fazer esta lembrança, suposto que em tribunal tão santo e circunspecto era mui desnecessaria, mas desequieta me muito ver que o mesmo he chamarem ce testemunhas que ja a reputação e honrra fica destragada en todos juiso sabem ja o não posso reçar considerada a inteireza e prudencia com que vossas illustissimas se portão nestas materias a quem Deus guarde muitos anos”²³⁰.

²³⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 432.

Neste mesmo contexto, podemos observar um relato de agressões verbais na carta de Josué de Almeida “abade de Santa Maria Magdalena da Villa de Villarinho da Castanheira comarca da Torre de Moncorvo que elle suplicante tem na dita villa algumas pessoas suas inimigas como são Felipa Tavares filha de Domingues Gomes por terem crellado delle suplicante [...] as filhas de Pedro Esteves por ter com o dito Pedro Esteves duvidas e pesadas palavras [...] a molher de Francisco Gonçalves Gil por ter com ella palavras injuriosas e porque teme que maliciosamente per ce vingarem denunciem delle suplicante a este senado de Santa Inquisição”²³¹.

Outro exemplo, que envolveu questões judiciais mas num contexto profissional, é a carta de “Francisco Nunes Ramos medico do partido da villa da Torre de Moncorvo, e sua molher Ana Enriquez [...] que tem grandes duvidas e enemizades com Lazaro Gomes boticário na dita cidade de Coimbra [...] e a primeira causa de sua enemizade he que o dito Lazaro Gomes sobre os officios tem tido com o supplicante muitas duvidas passadas assi por que lhe nam receita logro como por dizer mal da botica e que nam tem nella cousa boa e porque nam queria perder seu credito dando aos doentes medicinas velhas e falsificadas e que o recusado nam era boticário examinado de que lhe tem grande odio [...] a segunda causa he que vindo a visitar as boticas, por ordem do fisico mor, Lazaro Gomez veio á botica dizendo que nam era boticário sendo que cervia o partido da camera por se usar a visita e porque o supplicante requereo em camera que lhe mandassem visitar e assi se fez os ditos recusados lhe ficaram com muito odio e a toda a sua gente e se tiraram a fala. E logo neste tempo prenderam ao dito Lazaro Gomes por ser o único culpado [...] e porque depois de preso soube que o supplicante jurara contra elle na devassa que sobre este caso tirou [...] e tambem por que o supplicante o nam visitou na cadea nam quis receitar para a sua botica ainda que lho mandou rogar por muitas pessoas graves lhe ficou com o odio mais confirmado procurando sempre a vingança por o modo que pudesse como he publico”²³².

Relativamente ao contexto familiar, e ignorando os motivos indirectos, novamente as agressões verbais e os motivos judiciais foram predominantes como causas de rivalidades. Exemplo de situações de contexto familiar, eram os conflitos matrimoniais, dos quais temos alguns relatos, como é o caso na carta em que “Diz Pascoal Rodriguez morador no Guafanhão bispado de Vizeo que sendo elle casado com Maria João filha de João Fernandez e Caterina Guaspar do lugar da Carvalhoza bispado de Lameguo por

²³¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 477.

²³² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 345.

ella não querer faser vida com elle foi declarada por nesos como tambem foi seu pay e finalmente pela sentença junta forão declarados e o estão e vendo elles que pelas justiças eclesiasticas procedião contra elles com muito dolo e malícia denunciarão diante o comissario de Lameguo delle suplicante disendo que tevera ajuntamento com ella sua molher por detras e isto so a fim delle suplicante dizistir das sensuras sendo falso porque se fora verdade nos prosegos que ouve overa de aleguar a tal rezão para não faser vida com elle e porque teme que o mao annimo que tem queria provar pelo ditto seu pay e may e por seos primos e tios e tias todos ynimigos delle suplicante que o tem ameasado que o hão de faser desterar”²³³. Outro exemplo, envolvendo agressões verbais, é a carta de Marssal de Macedo “filho de Eitor de Sousa de Macedo e de sua molher dona Anna Coelho natural da villa de Miranda do Corvo que sendo elle christam velho e limpo de toda a raça de nacam infecta por todos seus ascendentes e descendentes por estar muito pobre veio por seus peccados avera 1 anno a casar com dona Maria da Fonssequa filha de dona Izabel de Abreu da villa de Montemor o Velho christã nova penitenciada [...] que como se ve do escrito sem nome que oferece de sua molher e a resposta nas cartas delle de sua sogra ella se queixa delle pello modo das palavras escuras com que falla e emtende o supplicante dellas ser a causa por elle as persuadir que se viessem accusar e aprezantar a este Santo Tribunal de justiça e misericordia e teme que por este odio que lhe tem e tambem porque o supplicante por justiça e com rigores a obrigou a casar com elle [...] e sempre por amor disso lhe fiquaram tendo odio e ma vontade e nunca viveo com ellas senão em guerra viva [...] e sogra delle supplicante com o qual teve por varias vezes grandes duvidas e lhe chamou a supplicante nomes infames e lancou fora de sua casa”²³⁴. Vejamos agora a carta de Manuel Nunes “e seos filhos solteiros Maria e Manuel e bem asi Manuel Fernandez sua mulher Maria Soares e filhos [...] que eles com todo o devido respeito e sumisão fazem presentes a vossas illustrissimas senhorias em como Luisa Fernandes veuva e suas filhas Maria Furtada, Isabel Rodrigues, Anna Francisca e Clara presas no carceres deste Santo Tribunal do Santo Oficio sam capitais inimigas dos supplicantes em resão de que sendo a dita Maria Furtada huma mulher depravada e mundana se desposou com Manuel Nunes sobrinho dos ditos supplicantes [...] cujo casamento elles quizerão estovar por não sentirem tam grande descredito como hera ve lo casado com huma mulher publica e daqui prosederão muitas duvidas, desgostos, payxois e enimizades que ainda ate gora

²³³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 531.

²³⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 590.

ten durado precedendo graves amiaços e odios”²³⁵. Como podemos observar, nos três relatos, as inimizades surgiram por causas inerentes ao matrimónio, contudo, as questões passionais não eram as únicas situações de conflitos familiares. Na realidade, as inimizades no seio familiar surgiram por diversos motivos e em certos casos sem causa aparente, como é o caso da carta de Maria Correa “mulher de Christovão Lopez Correa preso nos carceres deste Santto Officio aonde tãobem estão prezas Angela Henriques mulher de Bertholameo Cardozo auzente e sua filha Paschoa e ella cunhada da supplicante [...] sam inimigas capitais da supplicante e lhe querião e querem muito mal pellas não querer consentir em sua casa, nem lhe querem quanto elas querião, o por essa rezão della pragejavão e dizião muitos males e por inimigas capitais suas erão e são bem conhecidas e porque em rezão do odio e inimisade que lhe tem a ella como a toda a sua caza e por se vingarem dela a poderão culpar falsamente”²³⁶.

Não podemos deixar de analisar os motivos indirectos, especialmente neste contexto visto englobar situações que envolviam individuos que obrigatoriamente estavam relaccionados. Devemos assim compreender que a sua predominância deveu-se ao facto das rivalidades envolverem familiares e como tal estes tornavam-se intervenientes nas denúncias por associação aos suplicados, tal como podemos depreender na carta de “Antónia de Carvalho viuva de Antonio Marques morador nesta cidade que ella tem justa rezão de se temer de Christovão Lopes e de sua molher Maria Correa e de seu filho Amaro Lopes e de sua irman Angera Henriques e de sua filha Pascoa Ferreira e sua sobrinha Ines Correa prezos nos carseres do Santo Officio por serem seus inimigos capitais e de seu marido Antonio Marques e de seu filho Manuel Marques outrosi prezo nos ditos carceres [...] que Agostinho Carvalho que Deus tem irmao della supplicante matou as estoucadas a Francisca de Sousa sua molher e may da molher do dito Christovão Lopes e sogra delle. Que Marta Carvalho avó da molher do dito Christovão Lopes em nome delle e may da dita Francisca de Sousa denunciou as justiças da ditta morte e querelou e pediu alçada [...] contra o dito Agostinho Carvalho matador e contra Antonio Marques marido que foi da supplicante e contra seu filho Manuel Marques dizendo que elles aconselharão e ordenarão a dita morte [...] e que dipois disso sobre a fazenda que foi do dito Agostinho Carvalho, e a que foi de Maria Francisca may do dito Agostinho Carvalho e della supplicante ouve gravissimas demandas civis que ainda hoje durão [...] e sobre isso tiverão palavras pezadas e

²³⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 618.

²³⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 566.

brigarão”²³⁷. Nesta carta podemos observar diversas rivalidades no contexto familiar, não só pelos laços familiares mas, sobretudo, por questões económicas e de agressões físicas e verbais.

No que diz respeito ao contexto étnico-religioso, as agressões verbais e outros motivos foram predominantes, tal como podemos observar na seguinte carta: “Dis Antão Fernandes morador no lugar de Frechas termo de Trancozo que elle he christão bautizado e cre tudo o que cre, e manda crer a Igreja Catholica Romana mas que elle por ter tido historias com Manoel Francisco o foi ameaçando e dizendo que toda a pessoa que tivesse raça de christão novo avia de culpar falsamente”²³⁸. Outro exemplo, envolvendo outros motivos e agressões verbais é a carta onde “Dizem Julião Henriques e seus filhos Diogo Henriques Julião e Luis Henriques e Rodrigo Fernandez e suas mulheres moradores na vila de Villa Flor pessoas da nação que um Lopo Machado da ditta villa he seu inimiguo capital por muitas duvidas e differenças e palavras injurias que com elles tem tido e com este se lhe tem julgado de suspeito em suas causas e por ser poderoso e homem vingativo e se tem publicado ele mesmo em praça publica sobre duvidas que o temessem por inimiguo de toda a gente da nação e sendo como he inimigo dos supplicantes ha de tratar de vingança por ser de natural vingativo e inclinado a fazer mal ate aos proprios seus parentes”²³⁹. Devemos compreender que este contexto engloba apenas as situações de rivalidades por questões étnico-religiosas, como tal os 3% das rivalidades que este representa indicam uma baixa taxa de situações deste âmbito. No entanto, as rivalidades entre cristãos-velhos e cristãos-novos não estão representadas apenas neste contexto, muitas destas surgiam no contexto familiar, profissional ou social. Relembrando que na análise de perfis verificou-se uma elevada taxa de cristãos-novos enquanto suplicados, tal facto remete-nos, em primeira análise, para ilações inerentes a rivalidades entre ambos os estatutos. De facto, como mencionamos anteriormente, os conflitos entre cristãos-velhos e cristãos-novos eram uma realidade. Contudo, e com base nas nossas fontes, estes conflitos surgiam essencialmente associados a questões sociais, profissionais e familiares. Devemos no entanto referir que, no âmbito deste estudo, promoveu-se a análise dos motivos dos conflitos face à sociedade em geral e não aos diferentes estatutos religiosos.

²³⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 569.

²³⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 559.

²³⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 116.

3.3 – Classificação dos Delitos

Durante o levantamento das informações inerentes aos motivos das rivalidades, verificou-se que em certas situações estas representavam delitos do foro inquisitorial. Contudo, em muitos casos, os delitos relatados eram acusações complementares formuladas com intuito de legitimar as inimizades e desacreditar os inimigos “home depravado, ocasionado a jurar falso como dele se presume, sem credito nem verdade”²⁴⁰. Ainda que os delitos possam não ser o motivo das inimizades²⁴¹, poderão ser indicadores da causa das denúncias. Neste sentido, e no âmbito deste trabalho, interessa também expor e avaliar os delitos, de forma a compreender as motivações das denúncias.

Quadro XIII
Distribuição dos Delitos

Delito	#	%
Contra o Santo Ofício	179	78,9%
Solicitação	16	7,0%
Proposições	14	6,2%
Desrespeito	6	2,6%
Judaísmo	6	2,6%
Magia	3	1,3%
Sodomia	3	1,3%
Total	227	100%

Relativamente aos crimes apurados, como podemos observar no quadro XIII, em primeiro lugar temos os delitos contra o Santo Ofício, que representam 78,9% do total em estudo. Esta categoria²⁴² engloba os comportamentos que de alguma forma interferiam com o funcionamento do Tribunal, tais como testemunhos e denúncias falsas, induzir ou aliciar pessoas a testemunhar falso, ajudar ou proteger hereges, agressões a oficiais, quebrar o segredo do Santo Ofício e todos os mais que colocassem

²⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 319.

²⁴¹ Devemos referir que alguns motivos de inimizades eram delitos, no entanto, em termos de quantificações os resultados de delitos e motivos, podem não ser idênticos. Por exemplo, o relato de uma suspeita de um delito pode ser o motivo de uma rivalidade, contudo, como se trata de uma suspeita, não é considerado para termos de apuramento de delitos, pois não é uma acusação formal. Por outro lado, nem sempre um delito era o motivo das inimizades, logo não foi considerado como motivo.

²⁴² Ver o anexo 9 – Tipologia dos Delitos.

em dúvida a legitimidade deste²⁴³. Quanto aos casos em concreto, verificou-se uma predominância de falsos testemunhos com 81 ocorrências²⁴⁴ e 77 de induzir pessoas a testemunhar falsamente. A elevada taxa destes delitos é indicadora da conflituosidade existente na sociedade, pois o falso testemunho ou perjúrio e mesmo o acto de aliciar pessoas a acusar falsamente, eram punidos pelo Santo Ofício, como podemos observar no regimento de 1640: “Toda a pessoa que testemunhar falso, na Mesa do Santo Ofício, em qualquer crime cujo conhecimento lhe pertença, pelo qual se for provado, haja o réu de ser entregue à justiça secular, ou seja para absolver ou para condenar, será açoitada publicamente e degredada para as galés [...] E a mesma pena [...] haverá a pessoa que com efeito induzir e corromper alguma testemunha, fazendo que jure falso”²⁴⁵ e, relativamente a perjúrio, “Quando alguma pessoa jurar falso em qualquer diligência que se fizer por parte do Santo Ofício, os inquisidores procederão contra ela e lhe imporão a pena que lhes parecer”²⁴⁶.

Recorrendo às nossas cartas, encontramos diversos exemplos deste tipo de delitos, como é o caso da carta do padre António Dantas Barreto, que diz: “com justa causa se teme denunciarem delle neste tribunal seus inimigos [...] Manuel Ferreira e Antonio Ferreira naturais do Porto e seus parentes Paulo Ferreira e Francisco Ferreira de Lages da freguesia de Arnozo e Antonio Ferreira da freguesia do supplicante e seu irmão todos parentes do dito abbade Baltesar de Villas Boas e inimigos capitais do supplicante assy por os tratar de judeus como per ter denunciado deles no Couto de Vimieiro de grandes faltas, falsidades e juramentos falsos que tem dado”²⁴⁷. Numa outra carta, podemos observar referências a mais do que um delito, não só perjúrio e falsa denúncia mas também uma acusação de induzir testemunhas. Nesta, “Dis o Padre Francisco da Cunha de Sampayo vigario na villa de Villas Boas comarqua da Torre de Moncorvo arcebispado de Braga que muitos de seus freguezes [...] fazião per todas as vias que podião, fulminando lhe culpas que não cometera e buscando para prova dellas pessoas enemigas delle supplicante [...] com ameaços e espancando as para que jurassem temerariamente como fizerão em hua denunciação que delle derão diante o vigario geral

²⁴³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 362.

²⁴⁴ Incluem acusações de perjúrio, isto é, jurar falso.

²⁴⁵ Regimento de 1640, Livro III, Título XXIV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 373.

²⁴⁶ Regimento de 1640, Livro III, Título XXIV, capítulo 7, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 374.

²⁴⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 382-328v.

da comarca com 17 testemunhos dizendo que elle supplicante deshonrrara a Domingas filha de João Domingues da ditta villa e levando a por força diante o ditto vigario geral pera denunciar delle espancando a e pondo lhe medos que a avião de matar se não jurava o que elles queirão e chegada a juramento declarou que ella vinha induzida dos sobreditos, porem que o dito padre lhe não devia couza alguma e não queria encarregar sua consciencia jurando falçamente como lhe pedião a qual denunciação se julgou no juízo da legação absolvendo a elle supplicante da dita culpa por aver dolo e que as partes pagassem as custas ficando lhe seu direito reservado pellas perdas e danos que lhe cauzarão com a falça denunciação”²⁴⁸. Podemos encontrar uma situação idêntica na carta do padre André Nunes do Rego, na qual alegou que alguns inimigos denunciarão dele “e como inimiguos capitaes se acomularão falsamente buscando pera isso testemunhas falsas e da sua facção e parcialidade induzidas e convocadas para tudo [...] o padre João de Azevedo [...] seu inimiguo capital por duvidas differensas demandas [...] andou convocando testemunhas falsas que jurassem contra elle supplicante na dita devassa dada por sua ordem, como foi dar a hum a solteira por nome a Comba filha do Bras Pires a qual he manseba do dito padre foi por ordem do dito padre testemunhar ao lugar da Trindade termo de Villa Flor a qual na noite antes do dia em que foi testemunhar dormiu em caza do mesmo padre denunciante e della saio quando foi testemunhar”.²⁴⁹ Novamente, encontramos mais do que um delito relatado na mesma carta, nomeadamente falsas acusações e induzir pessoas, como denunciaram “Alvaro de Moraes de Ataide e Paulo Monte de Madureira moradores em Vila Flor em nome dos seos filhos e parentes prezos nos carceres do Santo Oficio que pera melhor averiguação da culpa que aos ditos prezos lhe enputarão falsamente e que foi conjuração tratada por Diogo Anriques [...] que o dito Diogo Anriques da mesma vila se achou na cidade de Coimbra na ocasião que se celebrou o auto da fe pinultimo [...] indo se apresentar em meza, como costara do termo de seu testemunho e suposto ele [...] induziu aos que saíram no auto se tornasem a reconciliar e nela os aconselhou a que jurassem contra os ditos seos parentes e pessoas mecaniquas dando lhe a todos dinheiro como foi aos que se vem acuzar para que lhe tistimnhem contra quem ele quer”²⁵⁰. Como podemos depreender pelas cartas expostas, as acusações ou relatos destes delitos estão inseridos em contextos de rivalidades e, na maioria das situações, são o resultado de vinganças.

²⁴⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 220.

²⁴⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 259-259v.

²⁵⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 600.

Como por exemplo, a carta de Manoel Pinto e seus familiares, na qual denunciaram que os seus inimigos “por grandes brigas duvidas alçadas rezistemcias e soadas acuzações crimes que entre eles ha [...] o ditto Grigorio Montes andou convocando mulherinhas pessoas com quem tinha satisfação digo conversação que jurasem que os supplicantes não comião toucinho coelho nem leitão nem peixe sem escama nem hião a oivir misa nos dias da obrigação da Igreja [...] e porque os suplicados são muito faciles em jurar o que querem”²⁵¹.

Ainda dentro desta categoria, encontramos acusações de falsas denúncias, como é o caso relatado na carta do capitão Domingos de Lobão, morador na vila de Muxagata, que por inimizades com António Rebelo, e temendo que este lhe levantasse qualquer falsa acusação, informou que “o ditto Antonio Rebello home de ma consciência defamador inquieto turbulento criminoso e de muitos crimes, vingativo e por seu odio tem dado muitas denunciações de casos pesados de pessoas innocentes e graves como deu dos vigarios de Longroiva frei Joam Ferreira e frei Joam de Barros cuja denunciação se achou falsa [...] e foi elle denunciante condemnado em muitas custas pelas quais se lhe fes execução em sua fazenda e assi tem denunciado de outras muitas estimadas pessoas e he costume seu e tam mal reputado”²⁵².

Relativamente a acusações de auxílio de hereges, vejamos dois exemplos distintos. Na carta de Diogo Machado Pimentel temos uma situação de ajuda numa fuga para Castela, como podemos observar: “Diz Diogo Machado Pimentel morador na villa do Vimioso, que sendo juis della tivera aviso que çertas cristãos novas se pasavão para Castella [...] acompanhadas com algumas pessoas da dita villa e chegando a ellas as prendeo [...] declarando as pessoas que acompanhavão as taes molheres como fora Belchior de Maçedo abbade da São Martinho, Diogo Alves e outros que em testemunho declarou”²⁵³. Na carta de João Ramires de Carvalho e Fabião da Fonseca, ambos capitães de Vila Nova de Foz Côa, o delito surgiu num contexto de favorecimentos nos cárceres. Nesta, os supplicantes queixaram-se do abade João Salgado de Araújo dizendo “que o ditto abbade fizera queixa a vossas senhorias e tirava devasa delles supplicantes por comissão deste Samto Trebunal dizemdo que ho suplicante João Ramires falara e favorecera na prisão a huns cristãos novos que ho dito abbade premedeo e outras cousas [...] fez queixa e devasa do suplicante Fabião da Fomsequa dizemdo que temdo em sua

²⁵¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 342.

²⁵² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 318-319v.

²⁵³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 394.

casa Bramca Jorge presa neste carcere deixava ir falar com ella sua filha Breatiz de Campos e outras pessoas da nação e que tãobem o suplicante João Ramires fora falar tambem com ella”²⁵⁴.

No que diz respeito ao delito de quebrar o segredo do Santo Offício, a carta de André Fernandes de Magalhães é exemplo desta situação, ao relatar que Paulo Lopes Leitão, vigário geral de Braga e comissário do Santo Officio, lhe negou um pedido de absolvição e “chegou a dizer publicamente mais com paixão, que com zelo de justiça que proçedia no caso como comissario do Santo Officio para o que tinha ordem deste Santo Officio no que deo muito escandalo assim por discubrir o segredo do Santo Officio, se he que tinha ordem delle, como não a tendo, em se i achar que a tinha”²⁵⁵.

Numa reflexão sobre os relatos das cartas, podemos verificar que as falsas acusações ou o aliciar pessoas contra os suplicantes foram, em muitos casos, motivo de inimizades. Contudo, estas situações não surgiram isoladamente, ou melhor, foram consequências de outras rivalidades. Como podemos compreender, este tipo de acusações tenderam, essencialmente, a descredibilizar os inimigos e a invalidar as possíveis delações, ou seja, eram uma defesa contra os delatores. No entanto, e perante a elevada taxa de falsos testemunhos, aliciamentos e falsas denúncias decidimos confrontar estes resultados com o modelo de periodização, elaborado por José Veiga Torres, para o estudo da acção inquisitorial do Tribunal de Coimbra. Assim, verificou-se que o período em que se encontram as nossas cartas (1640-1684) está inserido no intervalo que o autor define como “os períodos mais violentos”²⁵⁶, no qual considera que a predominância de casos de falsos testemunhos, falsas denúncias e suborno de testemunhas era consequência da intensificação da acção repressiva da Inquisição. Neste sentido e sublinhando a hipótese colocada pelo autor “É um indicativo de que a sociedade não ficava passiva à violência inquisitorial e de que nas diferentes linhas de combate se cruzavam as infidelidades e as traições”²⁵⁷, arriscamos acrescentar que é indicativo, também, da responsabilidade que o Santo Officio teve nos conflitos e rivalidades.

²⁵⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 323v-324.

²⁵⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 139-139v.

²⁵⁶ Referindo-se ao intervalo entre 1616-1695 do Quadro II do seu estudo, cf. José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. Novas Perspectivas para o Estudo da Inquisição Portuguesa. A Inquisição de Coimbra”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, p. 65.

²⁵⁷ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. [...]”, p. 65.

Relativamente aos restantes delitos, e devido ao facto de termos poucas ocorrências, não podemos tirar muitas ilações, além de que, tal como os anteriores, ocorreram em situações que envolveram conflitos sociais e profissionais.

Com 16 ocorrências representando 7% do total de delitos apurados temos o crime de solicitação. Este surgia no acto de confissão (*solicitatio ad turpia in actu confessionis*), quando o eclesiástico utilizava o seu estatuto e a prática da confissão para incitar ou seduzir a penitente. O ponto essencial deste delito não se prende com a intenção do acto em si, mas com o facto de ser perpetuado durante a administração do sacramento, o que constituía um desrespeito pela confissão. Devemos compreender que, apesar de este crime não envolver directamente heresia, era considerado um delito herético pois induzia a pecar, através de um acto sagrado, citando Isabel M. R. Mendes Drumond “era de facto o abuso e o desrespeito pela confissão que deveriam ser punidos e não o resultado obtido em consequência de tal acto”²⁵⁸. Como seria de esperar, a Igreja tomou várias medidas na tentativa de banir este crime, tais como a publicação de bulas papais que definiam o delito e anunciavam as leis que o condenavam, e “a utilização do confessional, dotado de uma estrutura que impusesse uma separação entre os sujeitos”²⁵⁹; o que, como podemos imaginar, em muitos casos funcionou em sentido oposto, em vez de separar fisicamente o confessor da penitente, criou um espaço mais privado e longe de olhares indiscretos. Este delito ficou sob alçada do Tribunal do Santo Ofício a partir de 1599²⁶⁰, dando assim início a um processo de controlo mais rígido, definido no regimento do Santo Ofício de 1640, ao considerar “sendo confessor religioso, fará a mesma abjuração e será privado para sempre do poder de confessar e de voz activa e passiva e suspenso do exercício de suas ordens, [...] e irá degredado para um dos mosteiros mais apartado de sua religião”²⁶¹.

Relativamente às nossas fontes, encontramos diversas acusações de solicitação, como é o caso da carta do sacerdote António de Chaves Carneiro, onde se pode ler que “o dito Padre João Ferreira queria denunciar do suplicante de como elle solicitava as penitentes no sacramento da penitencia *ad turpia* em 26 de Dezembro passado [...]

²⁵⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos Séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 121.

²⁵⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Vivências no Feminino*. [...], p. 122.

²⁶⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Vivências no Feminino*. [...], p. 123.

²⁶¹ Regimento de 1640, Livro III, Título XVIII, capítulo 3, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 367. Sobre a solicitação, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário. O Delito de Solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*, Coimbra, Palimage, 2011, p. 219, *passim*.

como por dizerem que elle suplicante dormia com mulheres cazadas nas cazas de oração”²⁶². Situação idêntica é a do padre Domingos Rodrigues Ferras, encomendado que foi da igreja de São Martinho de Pessegueiro, o qual fez saber “que a sua noticia veyo que hum Maria solteira a Rapada d alcunha, e sua irma Joana e sua prima Maria [...] se união ou tinhão unido pera culparem a elle suplicante nas vizitações de diversos crimes e de as cometerem e a outras mulheres nas confissões”²⁶³. O cura Manuel João de Sousa relatou, na sua carta, que algumas pessoas se acumularam com o padre Pero Gonçalves seu inimigo “para effeito de lancare fora de cura denunciarão [...] dizendo que elle suplicante cometia mulheres na confissão [...] e que descobria os segredos na confissão”²⁶⁴. Num contexto diferente, a carta de Manuel Furtado de Souza, confirmado de Vila Boa de Ousilhão, referiu que os seus inimigos “induzirão algumas mulheres do dito lugar de Vila Boa que chamassem a del rei contra o suplicante que as cometia na confissão e lhes descobria os pecados”²⁶⁵. Outro exemplo é a carta do padre Bento Gomes de Araújo, na qual se refere que “Monica da Silva mulher de mau viver [...] por ser inimiga capital delle supplicante e o desejar ver afrontado o denunciara de sulicitar na confissão dellas supplicada a vera quarto, ou sinco meses”²⁶⁶.

Como podemos verificar, e com base nas cartas estudadas, as acusações de solicitação surgiram num contexto de rivalidades. No entanto, apurou-se que em determinadas situações os conflitos estavam relacionados com questões profissionais, mais concretamente, com o exercício do ofício. Ao analisarmos todas estas situações, e tendo em conta as informações que se extraíram das denúncias, verificamos que estes comportamentos estiveram relacionados com as vicissitudes do dia-a-dia destes eclesiásticos. Compreendemos, que a nível contextual, as denúncias envolveram questões de atritos pessoais ou profissionais e por tal as situações relatadas estão associadas a ódios e vinganças. Assim, concluímos que na maioria dos casos, estes agentes eclesiásticos estavam envolvidos em hostilidades, vinganças e inimizades não só com a população leiga mas também entre eles.

As proposições eram alvo de censura pela Inquisição, ou melhor, todas as expressões ou palavras que de alguma forma pudessem ser entendidas como pejorativas à doutrina cristã, eram proibidas e consequentemente consideradas um delito. A acção

²⁶² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 535.

²⁶³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 222.

²⁶⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 401.

²⁶⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 558.

²⁶⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 635.

do Santo Ofício sobre este delito, incidia não só na avaliação do grau de heresia “E se a denuncia for de palavra ou feitos duvidosos, antes de se propor em Mesa, os inquisidores os mandarão qualificar por dois ou três qualificadores do Santo Ofício para que, sendo certa a qualidade da culpa, se possa melhor proceder contra os culpados.”²⁶⁷; mas também em aspectos como os motivos e as circunstâncias em que eram cometidos²⁶⁸.

Relativamente ao levantamento deste tipo de delitos, seguimos a classificação elaborada por Jaime Contreras²⁶⁹, onde temos: as blasfémias e palavras escandalosas, as proposições que põem em causa o dogma e os princípios da fé, as proposições contra a Igreja como instituição social e as proposições contra a moral²⁷⁰. As proposições encontradas nas nossas cartas representam 6% do total de delitos apurados. Em termos de tipologia, apenas encontramos 12 ocorrências de blasfémias e duas situações que envolveram proposições contra o dogma. Relativamente às blasfémias, verificamos que estão relacionadas com as vicissitudes da vida das pessoas, como podemos compreender na carta de João Rodrigues Caramona, morador em São João da Pesqueira, que por dúvidas que teve com Manuel da Costa Balões, sobre os frutos de uma horta “o supplicante lhe respondeo não havia Deus nem Santa Maria que o obrigasse a pagar aquilo que elle não devia e por que o que disse não foi com animo algum ruim”²⁷¹. Outro exemplo é a carta de Baltasar Fernandez, morador no lugar de Covelas, onde por causa de umas demandas que teve com Diogo Rodrigues, este denunciou-o, dizendo que o suplicante dissera “tres vezes, que Nosso Senhor avia de bejar no traseiro”²⁷². As blasfémias surgiram não só em situações de tensão, mas também em situações banais de diálogo, como é o caso de Diogo de Gamboa, clérigo de hábito de São Pedro, morador na vila de Castelo Rodrigo, que em conversas com algumas pessoas sobre os cristãos-novos, disse “que não sabia, que fundamento podia ter esta nação pera seguir tam

²⁶⁷ Regimento de 1640, Livro II, Título III, capítulo 11, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 298.

²⁶⁸ “procurava-se indagar da presença de outras pessoas, se houve escândalo, se o réu estava lúcido” cf. Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições na Inquisição de Lisboa (1681-1700). Achegas para um Estudo da Temática”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso - Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 677.

²⁶⁹ Jaime Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición en Galicia. (Poder, Sociedad y Cultura)*, Madrid, Akal/Universitaria, 1982, p. 555.

²⁷⁰ Sobre as proposições cf. Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições na Inquisição [...], pp. 661-686.

²⁷¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 532.

²⁷² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 74.

obstinadamente a sua crença principalmente tendo elle declarante lido em hum sermão impresso, que se pregou em hum autto da fe, que nehum fundamento, nem rezão tinha a ditta gente de nação pera esperar ainda pello Messias porquanto elle tinha vindo havia mil e tantos annos e que se elle houvesse de vir desde o tempo em que o esperavão, que já tinha tempo de chegar que não andasse mais que como sapo per alqueve. Mas que o certo era que nosso Senhor lhe havia de dar grande castigo asim nesta como na outra vida sendo que os christãos novos devião antender que quando morrião com os corpos lhe morrião tambem os espiritos parecendo se nisto com os brutos e animaes que com a vida se lhe acaba tudo”²⁷³. Outro exemplo de blasfêmia, envolvendo um eclesiástico, é a denuncia de João Ramires de Carvalho, capitão-mor e escrivão da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, e de Fabião da Fonseca, também capitão, que acusaram “o dito abbade tem pouco temente a Deus que não bastou querer impedir os officios devinus e desemserar se ho corpo do Senhor sem asestir a elles mas hainda dise que aquillo herão officios do diabo he os fazião diabretes pomdo este nome aos sacerdotes que os comtavão”²⁷⁴.

Relativamente às proposições contra o dogma, podemos observá-las, por exemplo, na carta de Isabel Manuel e de seu marido António Gomes, moradores em Freixo de Numão, na qual fizeram saber que por esta ter descoberto um furto, as suas inimigas para se vingarem, “lhe levantarão que ella dissera que não avia Purgatorio, nem inferno [...] e por quanto ella supplicante quer provar que não disse tais palavras antes com ocasião das ditas asombradas falasem muito das penas do Purgatorio e inferno somente dise que sendo tão graves as ditas penas viviamos muitos como se não ovesse inferno e Purgatorio”²⁷⁵. A carta do padre Afonso Pires, natural de Granja do Tedo, comprova que também os eclesiásticos eram autores de proposições deste tipo. Este padre autodenunciou-se, por medo dos inimigos, alegando que “disse em diversas conversações e argumentado que se huma pessoa desse con huma faqua ou adága em huma particula consagrada se cria que ahi estava Christo Nosso Senhor nao fiquava hereije somente peccava gravissime. Na estação sendo cura para encareçer e con quanta limpesa d alma se avia de receber o Santissimo Sacramento disendo que a pessoa que estava excumungada, não era membro da igreja e asi o mesmo era da lo a ella como a

²⁷³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 678.

²⁷⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 324-324v.

²⁷⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 189.

hum cão, ou hereije ou infieil, disse que melhor era a huma molher avendo de ser putta, se lo solteira que casada, ou que menos peccado era sendo solteira que cazada”²⁷⁶.

Assim, perante o que se apurou, podemos confirmar que as proposições surgiram em diversos contextos de conflito social, como consequência das vicissitudes do dia-a-dia ou mesmo em simples conversas. As blasfémias, por seu lado, remetem-nos para termos mais rudes, envoltos de uma certa rusticidade e até de bastante ignorância. Apesar de ser difícil, através das nossas fontes, avaliar a linguagem utilizada, sabemos que, de uma forma geral, a população recorria muito a palavras e expressões escabrosas nas mais variadas situações, como escreveu Jaime Contreras “blasfemam todos los grupos sociales, desde el labrador al artesano, desde el comerciant al burócrata, desde el clérigo al noble [...] en le juego, en la fiesta, en la riña, en la disputa”²⁷⁷.

Como já referimos, e recordando, o judaísmo foi a base do estabelecimento da Inquisição em Portugal. Desde cedo que a comunidade judaica sofreu represálias, esta situação agravou-se com a entrada, em 1492²⁷⁸, de novos judeus expulsos de Castela. Em 1496²⁷⁹, já no reinado de D. Manuel I, perante as pressões dos Reis Católicos, foi declarada a expulsão dos mouros e dos judeus de Portugal. No entanto, a saída destes últimos acabou por ser dificultada²⁸⁰, pois tratava-se de uma decisão política e socialmente prudente, mas inadequada em termos económicos. A tentativa de manter os judeus no território passou pela conversão forçada destes. Esta medida envolveu a retirada dos filhos menores, que depois de baptizados foram entregues a famílias cristãs-velhas, e mais tarde seguiu-se o baptismo dos adultos. A conversão religiosa dos judeus foi uma das medidas para a integração destas comunidades na sociedade portuguesa. No entanto, “a integração social dos conversos ao nível de certas estruturas de poder e a participação activa e próspera no plano económico, dava origem a ódios e rivalidades constantes”²⁸¹. Efectivamente, esta integração acabou por gerar mais conflitos sociais,

²⁷⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 305.

²⁷⁷ Jaime Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición* [...], p. 655.

²⁷⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Judeus e Cristãos-Novos: os que chegam, os que partem e os que regressam”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, Lisboa, 2005, p. 9.

²⁷⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond, “Judeus e Cristãos-Novos: os que [...], p. 10.

²⁸⁰ “limitava-se o seu embarque aos barcos e comandantes de sua estrita confiança, além de lhes exigir uma licença real para sua partida”, cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Os Judeus em Portugal no Século XV”, *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. VI, *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, dirigida por João Medina, Amadora, Ediclube 1994, p. 27.

²⁸¹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação

não só por atribuírem certos privilégios²⁸² aos novos cristãos como também por os equipararem, em termos de estatuto, aos cristãos-velhos. Assim e apesar dos esforços, por parte do poder régio, para a integração social e religiosa dos judeus, os conflitos sociais continuaram “mantendo-se o cristão-novo como o ‘outro’ dentro da sociedade portuguesa, quer por rejeição da maioria cristã-velha, quer por afirmação própria da minoria, em relação a um passado, uma tradição, um povo e uma história que passavam forçosamente por uma religião, o judaísmo”²⁸³. Já com a Inquisição instalada em Portugal, aos judeus que pretendiam continuar o culto da sua fé restava-lhes duas hipóteses, ou o faziam secretamente ou migravam novamente para outras partes, onde existisse mais liberdade religiosa. São estes, os que ficaram, os chamados cristãos-novos, que acabam por ser alvo da perseguição do Santo Ofício.

Os conflitos entre cristãos-velhos e cristãos-novos foram muito comuns e as denúncias de práticas de judaísmo surgiram, com frequência, dentro de rivalidades e de conflitos. Um bom exemplo destas inimizades, são as cartas que envolveram grupos de pessoas, onde foram evidentes as rivalidades e as segregações entre cristãos-velhos e cristãos-novos, como é o caso da carta onde “Dizem os homeins de nação moradores em Villa Flor comarca da Torre de Moncorvo que entre elles e os homeins da gouvernança da dita villa ouve muitas brigas e excessos [...] e denunciarão dos supplicantes em Coimbra na Meza do Santo Oficio dizendo cometião muitos erros contra nossa santa fe catholica e que uzavão de seremonias judaicas e sendo por isso prezos muittos sairão livres no ultimo auto da fe que se selebrou em Coimbra. E he tal odio que os suplicados tem aos suplicantes [...] que os hão de destruir por via do Santo Oficio de Coimbra ainda que mil vezes se metão no inferno”²⁸⁴. A própria designação de cristão-novo tornou-se um termo depreciativo. Para muitos cristãos-velhos o facto de as pessoas pertencerem à comunidade cristã-nova era sinónimo de heresia, pois “Os cristãos-velhos continuavam e continuariam, durante os séculos seguintes, a designá-los por cristãos-

de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária editora, 1989, p. 582.

²⁸² Tais como, o acesso à nobreza, à Igreja, as magistraturas, aos cargos municipais, à universidade, etc., cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Os Judeus em Portugal no Século XV [...], p. 31.

²⁸³ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Cristãos-Novos”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 28.

²⁸⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 351. Sobre este tipo de actuações, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1997, pp. 232-246.

novos e judeus, ou, a partir dos finais do século XVI, por ‘gente sem nação’, vendo neles cristãos heréticos ou falsos cristãos”²⁸⁵.

Ao analisarmos a carta de João da Fonseca de Magalhães, que alegou acerca dos seus antepassados serem “christãos velhos por si e todos seus asendentes e de tão grande calidade que seos avos forão comendadores de grosas comendas e huma sua avo dama de palasio da Rainha Dona Caterina”²⁸⁶, podemos compreender o medo das consequências e da infâmia de estar, de alguma forma, vinculado à comunidade cristã-nova, quando referiu “Por desgrasa minha cazou o dito meu pai com Maria da Fonseca natural da villa de Almeida ja defunta filha de Lopo da Fonseca christa nova [...] e como em gente de nasão não he a primeira ves que para se vingarem com a maior vingansa ainda nese sagrado tribunal se conjurarão para por si e outros levantarem testemunhos me tendo em tão triste fadario a inosentes para os verem semelhantes asi na calunia por terem alguma semelhansa no nasimento que não esta nas nosas maos em que eu por minha desgrasa encouri, mas não na inclinação de viver fora da Lei da Igreja Catolica em que so ha verdadeira salvassão”²⁸⁷. No entanto, e compreensivelmente, a acção do Tribunal relativamente a este delito, recaiu essencialmente sobre os cristãos-novos. O receio de acusações da prática de judaísmo é evidente nas cartas destes, como podemos verificar na missiva em que “Dizem Antonio Lopez Cardozo e sua mulher Caterina Lopez moradores na villa de Villa Flor que no mes de Novembro paçado de mil e seissentos e correnta he dous anos de antre ambos naceu della suplicante hum menino que por nacer doente e malção se bautizou em caza [...] e loguo en nacendo o dito menino foi visto pella comadre Breatis Vaz cristan velha e Maria de Lobão que vendo o menino em sua natura falto do perpucio disse loguo a comadre como trazia aquelle defeito da natureza e para que sempre comstance desta verdade o fizerão [...] auto por elles asinado e izame feito por Manoel de Alvarengua surigão e com mais testemunhas [...] e porque o dito menino faleceo de idade de tres mezes não fizerão cauzo dos ditos papeis e se rasguarão [...] não faltarão ynimigos que os quizerão andarão purbicando pella villa serem elles culpados por çerem da nacão”²⁸⁸.

Como é evidente, as práticas judaicas eram levadas a cabo essencialmente nos lares longe de olhares indiscretos, logo as evidências destes delitos estariam ocultas.

²⁸⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Cristãos-Novos [...], p. 28.

²⁸⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 604-605.

²⁸⁷ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 604-605.

²⁸⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 153.

Contudo, estas situações não evitavam que surgissem denúncias, na realidade algumas das acusações nasceram dentro do próprio lar. Os costumes judaicos eram bem conhecidos pela população cristã-velha, pois eram explicitados nos éditos da fé. Os indícios destas práticas assentavam principalmente nos costumes alimentares²⁸⁹ e nos rituais domésticos “limpar as casas à 6.^a feira, dar a vestir camisas lavadas à família ao sábado, amortalhar os mortos, etc.”²⁹⁰; facto que corrobora que as acusações surgissem, essencialmente, por parte de pessoas inseridas nestes agregados, como é o caso dos criados. Um exemplo destas situações é a carta de “Manoel Henriquez Pereira e Branca Coutinha sua molher, moradores na villa da Torre de Moncorvo arsebisado de Braga, que vivendo elles supplicantes bem e verdadeiramente na ley de Noso Senhor Jezus Cristo [...] veyo a sua caza hum Francisco Fernandez o Pretto morador no lugar do Peredo termo da dita villa de Moncorvo, pessoa que os avia servido alguns amos de criado, he chamou a elles supplicantes para huma sua camera muito em segredo e se lhe pos de joelhos dizendo lhe por amor de Deos lhe avião de perdoar hum testemunho falço que lhe avia levantado [...] dizendo que averia dous amos pouqo mais ou menos se fora confeçar [...] he yndo com huma grande paixão comtra elles suupplicantes por demandas que tiverão em caza e animo de vingança [...] dixerá que elle vivia com os ditos Manoel Henriquez Pereira e sua molher Branca Coutinha, pessoas de nação, os qoais fazião ritos judaicos e vivião na ley de Moizes he particularmente dizendo que a dita Branca Coutinha sua molher não comião sange do que se degolara do boi ou carneiro outrosi não comia tousinho gordo e que mandava lançar a carne de molho, coando vinha do asange e que ordinariamente as sextas feiras a tarde ate o sabado tinha hum veão de duas ou tres torçidas asezas e no mesmo dia lançavão roupa lavada na cama e mandavão barrer as cazas da porta para tras”²⁹¹.

As denúncias deste delito surgiram também no seio das próprias comunidades cristãs-novas, tal como podemos observar na autodenuncia de “Beatris Rodrigues mulher viuva que ficou por morte de seu marido Antonio de Lafaia moradores na cidade de Bragança que ella esta digo tem vindo a confessar sua culpa de judaismo nesta Menza de Inqissam e despois de sua confissão na forma que dela constara teme que

²⁸⁹ Sobre os hábitos alimentares dos cristãos-novos cf. Isabel M. R. Mendes Drumond, “As Cristãs-Novas e as Práticas e Interditos Alimentares Judaicos no Portugal Moderno”, *Caderno Espaço Feminino*, vol. 20, n.º 2, Uberlândia (Minas Gerais), 2008, pp. 31-49.

²⁹⁰ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade*, nova série, n.º3, Portalegre, 1989, p. 120.

²⁹¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 23.

como na verdade tem confessado sua culpa [...] avera algumas pessoas que sam da mesma nação e naturais da dita cidade de Bragança dem nella injustamente por causas de inimizades capital entre ella e as ditas testemunhas”²⁹².

Com base em seis acusações de judaísmo, podemos apenas afirmar que as denúncias deste delito surgiram em grande parte por inimizades, mas não exclusivamente em resultado de conflitos entre os dois estatutos religiosos. Verificou-se, assim, que cristão-novo era sinónimo de perseguição, como lamenta Branca Coutinha “mizéria, a que esta pobre gente esta sujeita ora seja por criados, ora pela mesma gente da naçam, que são baxos e vis que por inveja querem ver os outros que são de diferente calidade fundidos”²⁹³.

Relativamente ao crime de desrespeito, pode afirmar-se a Inquisição interessava-se pelos actos que de alguma forma ofendiam a santa fé católica. O sacrilégio e a profanação “Dos que desacatam ou fazem irreverencia ao Santíssimo Sacramento do altar ou às imagens sagradas ou recebem o Santíssimo Sacramento não estando em jejum [...] será examinada pela dita culpa e posta a tormento pela presunção que contra ela resulta de sentir mal de nossa santa fé católica”²⁹⁴; assim como o incumprimento, das proibições alimentares “A pessoa que, com escândalo, comer carne nos dias proibidos pela igreja sem ter justa causa [...] será chamada à Mesa e nela repreendida e admoestada [...] sob pena de ser castigada com rigor, e se lhe imporão penitências espirituais”²⁹⁵; ou das penitências “E se não cumprir a penitência [...] se procederá contra ele como impenitente”²⁹⁶; são exemplos de delitos de irreverência, que a Inquisição se preocupava em repreender. Ainda no que diz respeito a esta categoria de delitos, incluímos as situações em que “Toda a pessoa de qualquer estado, qualidade e condição [...] ler e retiver livros heréticos [...] será havida por suspeita na fé e condenada”²⁹⁷.

Apesar de termos apenas seis ocorrências de acusações de delitos deste tipo, podemos observar alguns exemplos, como é o caso da denúncia de sortilégio exposta na

²⁹² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 527.

²⁹³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 24.

²⁹⁴ Regimento de 1640, Livro III, Título XIII, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 361.

²⁹⁵ Regimento de 1640, Livro III, Título X, capítulo 6, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 357.

²⁹⁶ Regimento de 1640, Livro III, Título XXIII, capítulo 4, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 372.

²⁹⁷ Regimento de 1640, Livro III, Título XIX, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 368.

carta em que “Diz João Alvarez Pamplona Carneiro Rangel fidalgo da casa de Sua Magestade morador na sua Quintãa da Torre na freguesia de Veyre da Comarca da cidade do Porto, que elle tem na dita cidade huma mercearia e casas onde se agasalhão e recolhem mulheres pobres [...] e na dita viella costumarão [...] lançar suas agoas e immundicias pellas janellas fora per não terem outra serventia, e hora lhe veo a noticia que hum Recharte Guilherme morador na dita cidade haj defronte da dita mercearia [...] com tenção de lhes prohibir de lançar todas as agoas e immundicias [...] puzera hua imagem e crus de Christo Nosso Senhor em outras cazas contiguas a dita mercearia com tenção de que pella reverencia que se deve a santa imagem e crus de Christo as ditas merceneyras não uzasem de sua posse [...] fazendo queixa das mulheres [...] per lancarem suas agoas e immundicias na dita viella como sempre fizerão dizendo que o fazem em desprezo da dita Santa Crus e imagem, não sendo assim, porque não uzão se não na forma em que sempre uzarão por tanto”²⁹⁸. Outro exemplo e neste caso envolvendo eclesiásticos, é a carta de Dinis Pereira de Castro “abbade da Parrocheal Igreja de S. Miguel de Junqueira e sua anexa São Simao do Aroens do bispado de Vizeu que pretende o padre Domingues da Foncequa seu cura na igreja de Junqueira fazer huma ermida [...] e alcançou licença para a fazer a sua custa e fasendo a [...] acabou a dita eremida fes altar pos imagens e pedra de ara e ouve licença para dizer missa na dita eremida e antes do dijer nella missa hum dia se derrubou a dita ermida e altar e se pos a pedra da ara da banda de fora ao longuo da parede derrubada e se pos ao longo da pedra encostando hum retabolo de Nossa Senhora e diante dele sobre a pedra di ara hu menino Jesus de vulto embrulhado em a toalha que estava no altar do que o dito cabido mandou devassar pelo acipreste Pero Dias [...] e não foi nem podia ser tenção ter pouco respeito a dita ermida que não era benta nem sagrada nem se avia nella dito missa”²⁹⁹. Como se compreende através destes relatos, estes delitos ocorreram em situações banais do quotidiano em que foi manifesta alguma ingenuidade.

O desrespeito pelas proibições alimentares constituiu outro tipo de delito. Embora esteja muitas vezes associado ao judaísmo não o podemos considerar como tal, visto que as situações relatadas em nada indicam tratar-se de seguidores desta fé, mas apenas de actos de desrespeito. Este é o caso explicitado na carta de Felipe de Sousa que “por resão de huma demanda, que tras na legacia com o padre Pedro Pinto sobre o dote que lhe fes [...] tem grande inimigos [...] que lhe fulminarão com o mesmo odio e maldade

²⁹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 185.

²⁹⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 182-182v.

que comia carne os dias prohibidos pella Igreja”³⁰⁰. Situação idêntica, pode ser observada na carta de “Bertholomeu Martins da villa de Alguozo bispado de Myranda, que a sua noticia veyo que huns seos inimigos capitaez da dita villa [...] denunciarão delle suplicante e lhe fulminarão huma chamada culpa, dizendo que ouvirão dizer a Affonço Pretto da mesma villa que elle se sacramentara e tomâra o Santissimo Sacramento e hum dia depois de ter comido e bebido pella manhaa”³⁰¹.

No que diz respeito ao incumprimento de penitências, um bom exemplo de uma denúncia deste delito, é a carta em que se lê: “Pareceu nos dizer a vossas ihustrisimas senhorias o desaforo com que nos tratam a jente de nação que veio dos carceres [...] que Branca Rodrigues [...] e o dito seu marido nam levão sua penitencia indo a missa nem ela se senta com as mais molheres penitenciadas as coais tambem nam levam suas penitencias a vista nem os homeis por estarem enbucados de sorte que se lhe não vem”³⁰².

Tal como referido, o delito inerente à posse e leitura de livros proibidos foi incluído nesta categoria. Como exemplo temos a carta em que “Dizem João Ramires de Carvalho capitão-mor e escrivão da comarca de Villa Nova de Foz Coa e Fabião da Fonsequa capitão de huma das companhias desta villa [...] que o dito abade he tam suspeito na fe que tem na sua livraria hum livro defeso que se chama maquiabelo [presumivelmente uma obra de Maquiavel] u coal lhe vio o licenciado Martim Hafonso de Melo morador em a dita villa e Gaspar da Fonsequa de Sousa coregedor que foi na dita comarca”³⁰³.

Podemos, pois, perceber que o desrespeito pelos dogmas e as irreverências não eram indiferentes ao Tribunal. Como vimos, as acusações foram diversas, desde o desrespeito pelas imagens sagradas, passando pelo incumprimento dos preceitos alimentares e de penitências impostas, à posse de livros proibidos. Estes delitos envolviam tanto eclesiásticos como leigos, tanto nobres como plebeus, cristãos-novos e cristãos-velhos, ou seja, abrangiam os vários estatutos sociais e profissionais.

A magia ou as crenças e práticas supersticiosas envolvem um conjunto de actividades associadas ao universo sobrenatural. Como explica José Pedro Paiva, estas actividades eram desenvolvidas “por um sem-número de indivíduos com múltiplas

³⁰⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 147.

³⁰¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 483.

³⁰² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 601.

³⁰³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 323-324v.

designações (feiticeiros, bruxas, encarchadores, curadores, saludadores, mezinheiros, benzedores, casa-aberta, adivinhos, magos) e tinham clientes aos milhares [...] eram utilizadas e evocadas em várias áreas da vida das populações: na influência dos comportamentos e dos sentimentos, na cura dos corpos doentes, na adivinhação do futuro e do oculto, na protecção contra o mal, na explicação dos mais variados infortúnios.”³⁰⁴.

Desde cedo que estes delitos foram objecto de legislação tanto pelo poder régio como pelo eclesiástico³⁰⁵. Com o estabelecimento do Santo Ofício, os “crimes de feitiçarias, sortilégio, adivinhações e quaisquer outros da mesma espécie”³⁰⁶ ficaram sob a sua alçada “somente quando em si continham heresia manifesta [...] Portanto, se alguma pessoa fizer feitiçarias, sortilégios ou adivinhações usando de cousas e superstições hereticais, incorrerá nas penas de excomunhão, confiscação de bens e de todas as mais que em direito estão postas no crime de heresia”³⁰⁷. Assim, tudo o que dizia respeito ao mundo do oculto, das magias, dos rituais e tudo o que envolvesse o sobrenatural, era passível de ser associado a devoções e pactos com o demónio, ou seja, a heresias. Contudo, e independentemente dos contornos destas práticas, as acusações de envolvimento nestas eram motivo de temor.

Na autodenúncia de Maria Marques, podemos observar um exemplo do receio de que os seus actos fossem considerados heresias “tendo ela sido assombrada e tendo alguns medos e falando nella algum espirito ou espiritos e dis que ela disia que hera fulano, ou fulana, já defuntos e que vinhão para se salvar e que estavam no Purgatório e se lhe mandassem dizer missas ou que estavam no inferno e não tinham já remedio ou outras couzas semelhantes de que ella suplicante não sabe nem tem rezão de saber por que se acazo acontecessem nesse tempo não estava ella em seo juízo antes assombrada [...] e porque se teme que algum enemigo ou enemigos seos por se vingarem della e do seu marido viessem ou vierão denunciar della a este Santo Tribunal dizendo que as palavras que ella dizia não erão por estar assombrada se não por se querer fingir ou

³⁰⁴ Sobre magia e bruxaria cf. José Pedro Paiva, “A Magia e a Bruxaria”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 2, (*Humanismo e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), Lisboa, Circulo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 370.

³⁰⁵ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 369.

³⁰⁶ Regimento de 1640, Livro III, Título XIV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 362.

³⁰⁷ Regimento de 1640, Livro III, Título XIV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 362

santa ou que adivinhara ou outra couza semelhante”³⁰⁸. Na realidade, existia a crença que as feiticeiras eram detentoras de grandes poderes “que ella uzava, e fazia feitiços e matava gente com peçonha”³⁰⁹, razão pela qual também se temiam as suas acções, como podemos observar na carta de “Maria Fernandes molher de Bastião Fernandes moradores no luguar de Lageoza conselho de Sul freguesia de São Martinho das Mouttas, que hum Manuel Tavares Cabral [...] a tras ameaçada dizendo a avia de acuzar por bruxa e feitiçeira e que uzava do ditto ministerio [...] e isto só a fim de a culpar estando ella inoscente e tudo isto por ser seu inimigo capital dizendo que mataria seu irmão com feitiços”³¹⁰. Nos três casos em que encontramos acusações destas práticas, não obtivemos informações concretas em termos de heresias. No entanto, confirmamos que “Elas eram criaturas humanas, quase sempre mulheres, que se acreditava possuírem extraordinários poderes e saberes para perpetrar o mal”³¹¹, ou melhor, as pessoas tanto temiam as feiticeiras como serem acusadas de tal prática.

Em relação ao delito de sodomia, apuraram-se apenas três casos relatados nas denúncias. Este crime refere-se a todas as actividades sexuais consideradas contra-natura, ou seja, as que não tivessem como única finalidade a reprodução. A competência de condenação deste delito pertencia aos tribunais régios, pois era considerado crime de lesa-majestade. No entanto, este acabou por ficar sob alçada da Inquisição em 1562³¹², nas situações de sodomia perfeita. Nos regimentos de 1613, 1640 e 1774 podemos observar a legislação inerente à sodomia “Os inquisidores procederão contra os culpados no pecado nefando de sodomia, de qualquer estado, grau, qualidade, preeminência e condição, ainda que isentos e religiosos sejam, guardando a mesma forma com que procedem no crime de heresia e quanto às penas os poderão condenar nas que merecem por suas culpas”³¹³.

Recorrendo às nossas fontes, temos o exemplo da carta onde dizem “Francisco Gonçalves da freguezia de Gundade conselho de Villa Nova de Serveira e Antonio Pires dahi mesmo, que huma Maria Afonso do Ribeirinho freguezia de Loivo conselho da dita Villa Nova, ho padre Feleciano Amorim de São Martinho da Costa termo de Coura

³⁰⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 490-490v.

³⁰⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 143.

³¹⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 479.

³¹¹ José Pedro Paiva, “A Magia e a Bruxaria”, *História Religiosa de Portugal* [...], p. 371.

³¹² Paulo Drumond Braga, *Filhas de Safo. Uma História da Homossexualidade Feminina em Portugal (séculos XIII-XX)*, Lisboa, Texto Editores, 2011, p. 34.

³¹³ Regimento de 1640, Livro III, Título XXV, capítulo 1, in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo* [...], p. 374.

por serem seus inimigos capitais [...] andão dizendo e convocando testemunhas para efeito de os vierem acuzar a este Tribunal do Santo Officio por dizerem que elles suplicantes tinham cometido o pecado nefando e que nisso estavam comprehendidos”³¹⁴. Outro caso que envolveu uma acusação de sodomia, remete-nos para o Convento de Santa Clara, da Vila do Conde, onde por causa de conflitos entre as freiras e o padre confessor deste convento, uma delas afirmou que “disserão me por couza certa disse a madre abadessa que oje he dona Joana de Meneses de Deus madara ella com outras freiras pedir aos prelados supeores castigo para mim por aver escrito a esta Inquição que frei Francisco de Sena era sodomita”³¹⁵. Assim, e com base nas poucas ocorrências encontradas, podemos apenas afirmar que nestes casos, as acusações surgiram em resultado de acções de vingança.

Como podemos observar as acusações de delitos sob alçada do Santo Officio eram, essencialmente, consequência de inimizades tanto pessoais como profissionais. Apesar da diversidade de acusações em contextos profissionais, notamos que estas estavam relacionadas, em grande medida, com os conflitos que o exercício do ofício gerava, especialmente no que diz respeito às funções eclesiásticas. Contudo, e como foi possível verificar, a maioria das cartas que incluíram acusações de delitos, resultaram de situações de conflitos sociais. Nestas, as delações ocorreram, essencialmente, como consequência de rivalidades inerentes às vicissitudes do dia-a-dia. A maior parte das acusações de delitos sob alçada da Inquisição, que intentavam contra os denunciante, estiveram relacionadas com ódios e vinganças. Contudo, verificámos que certos delitos relacionaram-se, especialmente, com a rusticidade e a ignorância das pessoas, pois em várias ocasiões estes foram perpetuados em circunstâncias banais e sem malícia. Assim, e apesar da maioria dos crimes apurados estarem relacionados com rivalidades, em casos específicos estes eram o motivo das denúncias, ou melhor, das autodenúncias. Porém, as situações de confissão de delitos deviam-se, fundamentalmente, a uma questão de antecipação, ou seja, pretendia-se evitar possíveis denúncias de inimigos, pois nestas, os factos poderiam ser distorcidos e além do mais o Santo Officio era, em princípio, mais favorável aos que se apresentavam do que aos que eram presos em resultado de denúncias. Compreende-se que, numa sociedade que vivia sobre um clima de suspeição constante, a exposição das inimizades era crucial, pois a defesa de cada um

³¹⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 457.

³¹⁵ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Coimbra, liv. 72, fol. 427v.

passava pela indicação das rivalidades e pela descredibilização de potenciais delatores. Estas práticas eram imperativos de protecção.

3.4 – Impacto Social

Como já referimos, para o Santo Ofício a denúncia era essencial, pois fornecia um vasto leque de informações indispensáveis para alimentar a própria máquina inquisitorial que, assim, justificava a sua existência e agia tendo como meta o disciplinamento e o controlo social, através da punição e da doutrinação. Ao reflectirmos sobre tudo o que apuramos, questionamo-nos acerca dos resultados que a Inquisição obteve com a denúncia, isto é, se na realidade se denunciava em razão da fé contribuindo, consequentemente, para a doutrinação católica.

Para compreendermos as causas das denúncias, analisou-se o conteúdo destas, mais concretamente, os conflitos declarados. As inimizades, e suas causas, relatadas permitiram compreender não só os principais motivos de conflito, mas também as próprias denúncias. A elevada taxa de acusações de falsos testemunhos e de aliciamento confirmam o clima de tensão e de desconfiança existente na época. Tal como se verificou, pela taxa de motivos indirectos, as denúncias envolveram um grande número de intervenientes, mais concretamente inimigos, facto que contribuía para o clima de suspeição e temor, onde todos estavam sujeitos a serem implicados. Com efeito, verificou-se que os motivos das cartas deviam-se, essencialmente, ao medo de ser denunciado, com todas as consequências inerentes a tal situação. Neste sentido, compreende-se a forma como a denúncia era responsável por um ciclo de acusações e de novas denúncias e por inflamar rivalidades, as quais se esperava serem resolvidas pelo Santo Ofício. Efectivamente, as rivalidades expostas estavam muito ligadas a situações relacionadas com a acção do Tribunal, e quando não estavam, acabavam por ter repercussões, maioritariamente, inerentes a questões judiciais³¹⁶, o que comprova não só a interferência do Santo Ofício no quotidiano das pessoas, como o recurso a este para a resolução de assuntos de interesse privado.

Além do receio de ser denunciado e das denúncias terem surgido num contexto de defesa contra possíveis acusações, estas quando envolviam acusações de foro religioso não comprovam que a sua causa era uma questão de fé pois, como vimos, nestas

³¹⁶ Como podemos verificar (ignorando os motivos indirectos) no anexo 7.

situações as reais razões eram rivalidades pessoais. Na realidade, os diversos motivos apurados foram, essencialmente, situações do quotidiano social e profissional, que eram relatados ao Tribunal de forma a desacreditar, descredibilizar e mesmo infamar os inimigos. Nestes relatos, as inimizades expostas acabavam por revelar uma conflituosidade social assente em desentendimentos, ódios e vinganças, onde a elevada taxa de agressões verbais, mais concretamente de ameaças, vem confirmar não só estas hostilidades como o clima de tensão e temor existente.

Numa perspectiva social e ignorando a interferência e clima proporcionados pela presença da Inquisição, depreende-se que os conflitos estavam muito ligados às vicissitudes do quotidiano das pessoas, em que as diversas rivalidades relatadas eram motivadas tanto por situações graves como por questões banais. Devemos, no entanto, salientar que se tratava de uma sociedade que vivia sobre uma constante pressão religiosa, a qual, e independentemente da vigilância do Santo Ofício, moldava os comportamentos e condicionava os valores. Contudo, podemos verificar que estamos perante uma sociedade conflituosa que, mesmo sob vigilância e regulação da justiça, recorria a medidas agressivas e rudes para resolver as suas diferenças. No entanto, com a possibilidade constante da denúncia, esta acabou por se tornar não só uma forma de defesa mas também uma arma contra os inimigos, o que se pode compreender perante a especificidade das situações relatadas. Apesar disso, a exposição na denúncia de um vasto universo de situações envolvendo inúmeros intervenientes é indicadora não só do clima de suspeita e temor existente, mas também de que cada indivíduo acabou por contribuir para a vigilância social. Assim, podemos acrescentar que a própria sociedade acabou por se tornar involuntariamente num mecanismo, complementar de todos os outros ao dispor da Igreja, para o disciplinamento e controlo social.

Facto é que, neste universo de denúncias por antecipação, não encontramos motivos religiosos que comprovassem que estas cartas estavam relacionadas com a fé. Consequentemente, não podemos afirmar que a denúncia esteve ao serviço da doutrina católica, antes pelo contrário, esta serviu as populações e o próprio Tribunal para satisfazer fins secundários e alheios aos princípios do bem e do regular funcionamento da instituição.

Conclusão

Ao reflectirmos sobre o processo de disciplinamento social e sobre o papel do Tribunal do Santo Oficio nessa matéria, questionamo-nos, inevitavelmente, acerca da sua eficácia. Como pudemos verificar, a presença da Inquisição na sociedade portuguesa teve um forte impacto, para o que muito contribuíram o segredo, o tormento e as penas. As consequências da acção inquisitorial proporcionaram um clima de tensão, medo e suspeição nas populações. No entanto, e perante toda a conflituosidade inflamada por esta situação, interrogamo-nos acerca dos resultados obtidos pela imposição de modelos comportamentais apregoados pela doutrina. Neste sentido, para compreendermos a resposta da sociedade a estas mudanças, foi imperativo um estudo assente nos aspectos socioculturais.

Foi necessário conhecer as pessoas, o seu quotidiano e as suas vicissitudes. Assim, elaborou-se um levantamento do perfil dos intervenientes, no qual verificou-se que, relativamente ao género, a maioria era de sexo masculino, tanto no papel de suplicantes como de suplicados. Relativamente ao estatuto religioso, os cristãos-novos eram predominantes, surgindo sobretudo no papel de suplicados; por seu lado os cristãos-velhos eram os principais autores de cartas que visavam antecipar-se a denúncias. Contudo, e como mencionado anteriormente, os resultados inerentes ao estatuto religioso não são conclusivos por razão da omissão desta informação na maioria das cartas. Ainda no que diz respeito ao perfil dos intervenientes, e em termos profissionais, verificou-se uma predominância da actividade eclesiástica. Porém, relembremos que, tal como para o estatuto religioso, as informações acerca da situação profissional são omissas na maioria das cartas. Todavia, à evidência das actividades apuradas, podemos afirmar que a maioria dos autores das missivas dirigidas ao Santo Oficio exercia cargos mais propícios a inimizades, mais concretamente eclesiásticos e funções administrativas e judiciais. Assim, e num panorama geral, comprovou-se que, independentemente dos estatutos socioprofissional e religioso, todos estavam envolvidos neste processo de delação, dirigindo-se ao Santo Oficio para exporem as suas preocupações antes de serem denunciados. Neste sentido, a questão que se coloca prende-se com as causas das denúncias, ou melhor, com as razões que moviam as populações a delatar.

Como pudemos comprovar, as cartas escritas que pretendiam antecipar denúncias contêm não só informações genealógicas mas também, e especialmente, relatos das

vicissitudes do quotidiano dos intervenientes, mais concretamente os conflitos e suas causas. Através do estudo das rivalidades relatadas, procurou compreender-se os conflitos sociais e as razões pelas quais surgiam as denúncias. Por tal, analisaram-se as inimizades relatadas de cada interveniente, visando compreender não só as motivações dos autores mas também as relações pessoais, profissionais e familiares dos intervenientes.

Assim, verificou-se que existiam duas formas de apurar os principais motivos dos conflitos. Numa primeira aproximação recorreu-se à contabilização das ocorrências, tendo-se verificado que os motivos judiciais e as agressões verbais estiveram na base das principais causas das rivalidades. No entanto, verificou-se que muitos dos motivos apurados eram consequência de outros. Assim, optou-se por aprofundar o estudo e avaliar a relação causa efeito entre motivos, para tal quantificaram-se separadamente os motivos com e sem consequências, os quais designámos por princípios. Após um tratamento estatístico, de forma a identificar os principais motivos em função das consequências, apurou-se, numa primeira fase, que os motivos predominantes eram de foro profissional, judicial e económico. Contudo, ao complementarmos com as ocorrências sem repercussões, verificou-se uma alteração nos resultados permitindo concluir que os principais motivos das rivalidades pertenceram às categorias profissional, judicial e de outros motivos. Em complemento desta análise, avaliaram-se igualmente os motivos enquanto consequências de outros, e verificou-se que, as agressões verbais e judiciais, a par com outros motivos, foram as principais consequências. Estes resultados demonstram a conjuntura de conflituosidade social existente, provocada especialmente por situações de foro judicial, pois mesmo as rivalidades por motivos profissionais acabavam por ter repercussões judiciais. Assim, compreende-se a influência que o Tribunal do Santo Ofício tinha na vida social, e como a sua presença contribuía, em grande medida, para a conflituosidade das populações, fosse por regular diversos aspectos da vida social ou pelos métodos aplicados, pois era em torno da sua acção que as rivalidades surgiam e se desenvolviam. No entanto, não podemos descurar o facto de que os motivos, mais frequentes, de foro judicial representam inimizades que surgiam como consequência de situações processuais, ou melhor, foram consequências do próprio processo de delação. Assim, e ignorando os motivos judiciais, verificámos que as denúncias surgiam por questões do foro privado como eram situações profissionais, económicas, etc. ou seja, do quotidiano das pessoas.

Dito isto, podemos afirmar que, perante os motivos relatados, deparamo-nos com uma sociedade conflituosa, que vivia sob um clima de medo e suspeita, onde as inimizades e vinganças surgiam pelos mais variados motivos. Nesta conjuntura, as denúncias apareciam como uma possível solução para a resolução de atritos e ao mesmo tempo proporcionavam, por antecipação, uma forma de defesa. Se por um lado a presença do Tribunal do Santo Ofício potenciou a conflituosidade social, por outro ofereceu a oportunidade para a resolução destas rivalidades. Neste ponto, a questão que surge remete-nos para a legitimidade das denúncias perante o Santo Ofício. Ou seja, ao termos comprovado que as denúncias eram motivadas por ódios e vinganças e não por situações de heresia, como se justifica que estas fossem remetidas ao Santo Tribunal?

Para responder a esta interrogação devemos relembrar a onipresença do Tribunal na sociedade, assim como todos os aspectos socioculturais e religiosos da época. Não obstante, na nossa análise das denúncias, procurámos relatos que suscitasse o interesse do Santo Ofício, mais concretamente delações de delitos da alçada do Tribunal. Neste sentido, encontrámos uma predominância de acusações de crimes contra o Santo Ofício, especialmente falsos testemunhos e aliciamento de testemunhas, ou mais concretamente, inimizades provenientes de situações judiciais. No entanto, apurou-se que os restantes delitos relatados eram acusações motivadas por rivalidades ou por confissões que visavam antecipar falsas acusações. Dito isto, podemos confirmar o recurso a acusações de delitos do interesse do Santo Tribunal essencialmente para a resolução das querelas de foro privado.

Assim, a presença da Inquisição em território português teve repercussões na sociedade, na cultura e na política. Contudo, não podemos confirmar se os mecanismos de disciplinamento do Santo Ofício tiveram, ou não, sucesso em termos da doutrina, mas concluímos que o papel da denúncia foi crucial neste processo de disciplinamento e controlo social. Como já foi referido, não encontramos qualquer indicação nas denúncias que comprove que estas eram motivadas por actos de fé, antes pelo contrário, verificou-se que relatavam diversas situações de conflitos, expondo e justificando inimizades de foro privado, numa tentativa de se protegerem de possíveis acusações e resolverem situações, descredibilizando e infamando os inimigos ou potenciais delatores. Assim, ao questionarmo-nos se a denúncia esteve ao serviço da fé ou da vingança, podemos afirmar que esta não serviu a doutrina, contudo serviu as populações disciplinando-as e ao próprio Tribunal justificando a sua presença.

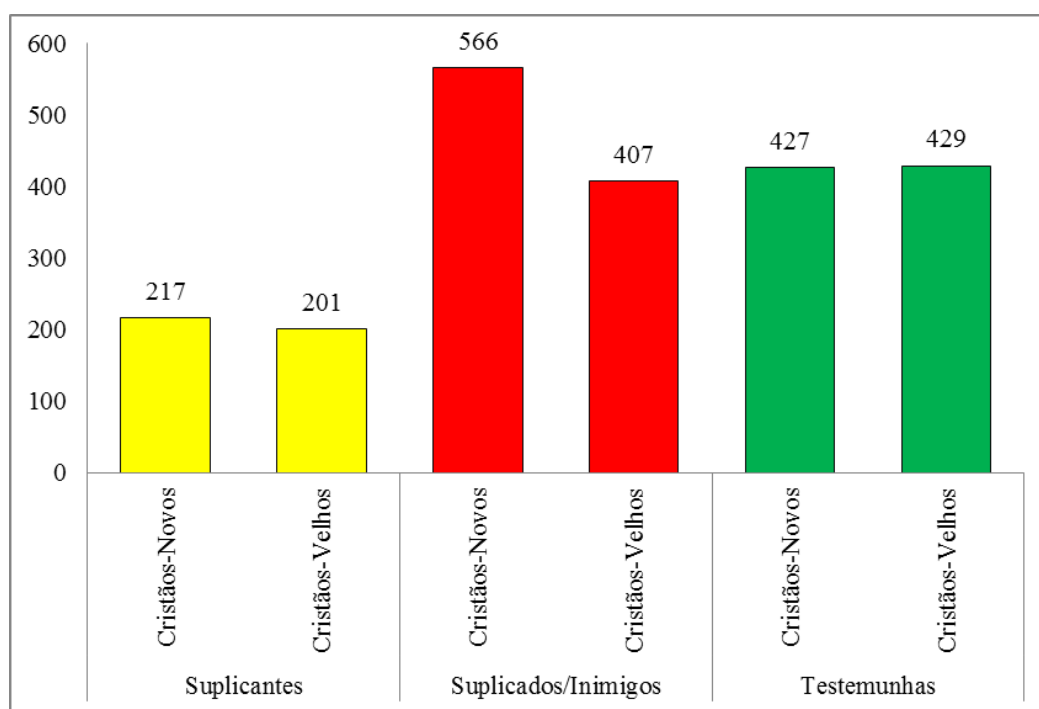
Como nota final, devemos referir que para uma maior solidez das nossas conclusões são necessários novos estudos acerca da temática, alargando o leque de denúncias a outras regiões. Nestes, atrevemo-nos a propor a inclusão do desdobramento e cruzamento das diversas denúncias, no que diz respeito aos seus intervenientes, com o intuito de compreender mais profundamente não só as suas motivações, como também o encadeamento das próprias denúncias enquanto precursoras ou consequência de outras. Por fim e lembrando os relatos analisados, não podemos deixar de mencionar que ficámos especialmente com uma humana curiosidade acerca do desenrolar das denúncias estudadas.

Anexos

Anexo 1 – Distribuição de Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos entre Suplicantes,
Suplicados e Testemunhas **

	Suplicantes		Suplicados /Inimigos		Testemunhas	
	Cristãos-Novos	Cristãos-Velhos	Cristãos-Novos	Cristãos-Velhos	Cristãos-Novos	Cristãos-Velhos
Homens	156,3	148,7	359,2	272,8	323,4	327,6
Mulheres	55,1	49,9	196,2	127,9	97,8	96,2
Grupos	6,1	1,9	10,4	6,6	5,4	5,6
Totais	217,4	200,6	565,8	407,2	426,6	429,4

Gráfico – Distribuição da População por Estatuto Religioso **



** Estes dados representam uma estimativa da distribuição dos intervenientes por estatuto religioso.

Anexo 2 – Estatutos Socioprofissionais

Estatuto socioprofissional	Contagem
Padre	120
Abade	26
Vigário	25
Criado	24
Reverendo	19
Licenciado	16
Cura	15
Lavrador	14
Alfaiate	12
Escrivão	8
Carpinteiro	7
Clérigo	7
Barbeiro	7
Religioso	7
Mercador	6
Comissário de Santo Ofício	6
Escudeiro	6
Sapateiro	6
Capitão	6
Capitão-mor	6
Familiar do Santo Ofício	6
Religiosa	5
Reitor	5
Sargento-mor	4
Estudante	4
Capelão	4
Pasteleiro	4
Médico	4
Homem de negócios	4
Padre coadjutor	4
Juiz	4
Padre e Reitor	3
Tecelão	3
Boticário	3
Escrivão da câmara	3
Cónego	3
Doutor	3
Assistente	2
Juiz dos órfãos	2
Vigário geral	2
Advogado	2
Solicitador da Misericórdia	2
Confirmado	2
Moleiro	2
Meirinho	2
Ferrador	2
Juiz ordinário	2
Lançador de fisco	2
Tabelião	2
Alcaide das sacas	2
Vereador	2
Meirinho da Relação	2
Prior	2
Fidalgo da casa de sua Majestade	2
Reverendo (*)	1
Vendeiro	1
Executor e Recebedor das rendas	1
Carcereiro	1
Almocreve e Rendeiro	1
Cardadeira	1

Sargento	1
Juiz da igreja	1
Capitão e Juiz ordinário	1
Juiz dos direitos reais, Escrivão do público e judicial e notas, Provedor da misericórdia e Juiz das confrarias	1
Arcediago	1
Escrivão de embargo	1
Arcipreste	1
Escrivão dos órfãos	1
Abadessa	1
Soldado	1
Alcaide-mor	1
Taberneiro	1
Cónego e visitador	1
Tercenário (caso específico de um eclesiástico com terça parte num benefício)	1
Barqueiro	1
Vereador e Juiz	1
Beneficiado	1
Cavaleiro de Hábito	1
Criado (*)	1
Escrivão da Relação	1
Alcaide	1
Escrivão do Público	1
Cura e Familiar do Santo Ofício	1
Reverendo reitor	1
Obreiro	1
Capitão da Ordenança	1
Oleiro	1
Capitão e Escrivão	1
Curtidor	1
Executor	1
Deão e Governador	1
Tamoeiro(a)	1
Padre-cura e Escrivão	1
Tecedeira	1
Padre e Escrivão	1
Tenente	1
Desembargador	1
Tripeira	1
Calceteiro	1
Ama	1
Pintor	1
Capitão-mor e Cavaleiro	1
Porteiro	1
Vigário Geral e Comissário do Santo Ofício	1
Almocreve (*)	1
Capitão-mor e Escrivão da Câmara	1
Provedor da guarda	1
Total / Contagem de diferentes actividades	496 / 107

(*) Grupos – Referências a grupos pela actividade (ex.: todos os criados de...), não são incluídos nos cálculos de distribuição de actividades por grupos.

Anexo 3 – Levantamento e Quantificação dos Motivos dos Conflitos

Motivos	#		
Ligação ao suplicado	228	Despejos	5
Ameaças	227	Excomunhões	4
Prisões	114	Heranças	4
Dúvidas	113	Amancebamentos	3
Falsos Testemunhos	81	Benefícios	3
Denúncias	73	Bens	3
Brigas	65	Despedimentos	3
Palavras injuriosas	58	Injúrias	3
Inimizades	53	Expulsões (da Igreja)	3
Exercício do Ofício	43	Matrimónio	3
Agressões	42	Subornos	3
Acusações	40	Adultérios	2
Repreensões	39	Fraudes	2
Induzir (aliciar)	37	Abusos de poder	1
Demandas	29	Alugueres	1
Diferenças	24	Assédios	1
Difamações	22	Boicotes Eleitorais	1
Testemunho de Inimigos	22	Bulas	1
Falsas Denúncia	21	Censuras	1
Tentativas Assassinato	16	Comércio (Fiado)	1
Ligação a Terceiros	13	Degredos	1
Contraditas	11	Dízimos	1
Devassas	10	Dotes	1
Incumprimentos de Ofício	10	Expropriações	1
Ligação ao suplicante	10	Impostos	1
Roubos	9	Má Conduta	1
Outras questões Monetárias	8	Partilhas	1
Execução de bens	7	Quebrar o Segredo	1
Fazenda	7	Tentativas de Agressão	1
Rendas	7	Tentativas de violação	1
Testemunhos	7	Destituições (Tirar cargo eclesiástico)	1
Assassinatos	6	Tributos (Finta)	1
Disputas de Cargo	6		
Dividas	6	Total	1529
Condenações	5	Contagem	67

Anexo 4 – Agrupamento de Motivos

Agressões Verbais	Agressões Físicas	Motivos Judiciais	Motivos Económicos	Motivos indirectos	Motivos Passionais	Motivos Profissionais	Outros
Acusações	Agressões	Censuras	Alugueres	Ligação a terceiros	Adultérios	Abusos de Poder	Brigas
Ameaças	Assassinatos	Condenações	Benefícios	Ligação ao suplicado	Amancebamentos	Boicotes (Eleitoral)	Diferenças
Assédios	Tentativas de assassinato	Contraditas	Bens	Ligação ao suplicante	Matrimónio	Despedimentos	Dúvidas
Difamações	Tentativas de agressão	Degredos	Bulas			Disputas de Cargo	Inimizades
Injúrias	Tentativas de violação	Demandas	Comércio Fiado			Exercício do Ofício	Má Conduta
Palavras injuriosas		Denúncias	Despejos			Expulsões	
Repreensões		Devassas	Dívidas			Incumprimento de Ofício	
		Excomunhões	Dízimos			Destituições (cargo eclesiástico)	
		Falsas Denúncias	Dotes				
		Falsos Testemunhos	Execuções de bens				
		Fraudes	Expropriações				
		Induzir	Fazenda				
		Prisões	Heranças				
		Quebrar Segredo	Impostos				
		Roubos	Partilhas				
		Subornos	Outras questões Monetárias				
		Testemunhos	Rendas				
		Testemunhos de Inimigos	Tributos (Finta)				

Anexo 5 – Distribuição por Princípios e Contextos

#	Princípio	Contexto	Motivos Económicos	Motivos Passionais	Motivos Judiciais	Agressões Veruais	Agressões Físicas	Motivos Indirectos	Motivos Profissionais	Outros
7	Económico	Familiar			1	3	2	1		
6		Profissional			1	2	2	11		
		Étnico-religioso								
33		Social			32	22	3	22		21
Total			46	0	34	27	7	34	0	21
4	Passional	Familiar			1	15	1	9		4
		Profissional								
		Étnico-religioso								
1		Social			1	1				
Total			0	5	1	16	2	9	0	4
2	Judicial	Familiar				6		6		
2		Profissional								
6		Étnico-religioso								
188		Social	1	78		7	28			
Total			1	0	198	84	7	34	0	0
11	Agressões Veruais	Familiar								
2		Profissional								
14		Étnico-religioso								
77		Social								
Total			0	0	0	104	0	0	0	0
3	Agressões Físicas	Familiar	2		21	1		29		1
		Profissional								
5		Étnico-religioso								
36		Social		9	5			29	19	
Total			2	0	30	6	44	58	0	20
1	Indirectos	Familiar								
		Profissional								
8		Étnico-religioso								
42		Social		3		1			18	
Total			0	0	3	0	1	51	0	18
	Profissional	Familiar								
68		Profissional	10	3	165	135	5		65	56
		Étnico-religioso								
		Social								
Total			10	3	165	135	5	65	68	56
2	Outros	Familiar								
		Profissional								
11		Étnico-religioso								
124		Social				18				
Total			0	0	0	18	0	0	0	137
Total Final			59	8	431	390	66	251	68	256

Anexo 6 – Distribuição de Relações entre Conflitos

Ordenação pelo princípio com mais consequências (% Repercussões).

#	Princípio	Motivos Económicos	Motivos Passionais	Motivos Judiciais	Agressões Verbaais	Agressões Físicas	Motivos Indirectos	Motivos Profissionais	Outros	% Repercussões
68	Profissional	10	3	165	135	5	65	-	56	50,1
198	Judicial	1	0	-	84	7	34	0	0	14,4
46	Económico	-	0	34	27	7	34	0	21	14,0
44	Agressões Físicas	2	0	30	6	-	58	0	20	13,2
5	Passional	0	-	1	16	2	9	0	4	3,7
51	Indirectos	0	0	3	0	1	-	0	18	2,5
137	Outros	0	0	0	18	0	0	0	-	2,1
104	Agressões Verbaais	0	0	0	-	0	0	0	0	0
+										
TOTAIS		59	8	431	390	66	251	68	256	

Legenda:

A coluna identificada com # representa a quantificação de motivos enquanto princípio, isto é, ocorrências que não são consequência de outras. No entanto estas ocorrências podem ser a causa de outros motivos.

A coluna % de repercussões permite a identificação dos princípios com mais consequências, com base no número de ocorrências que tiveram efectivamente repercussões (##). Para o efeito considerou-se a seguinte tabela:

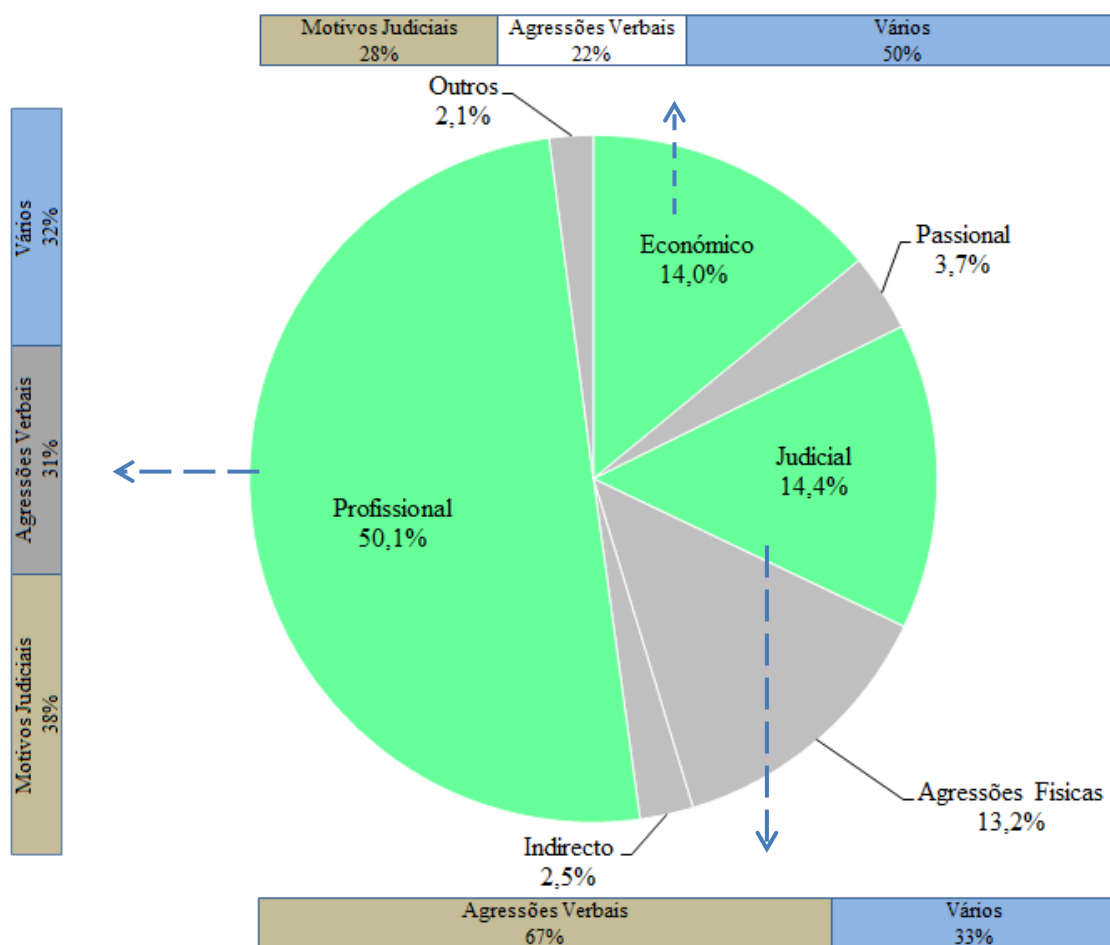
#	(##)
68	65
198	45
46	37
137	14
51	10
44	9
5	5
104	0
Média	23,1

(##) Os valores indicam o número de ocorrências com consequências, o resultado da diferença para a coluna # (total de princípios) representa o total de ocorrências sem consequências (casos isolados).

[#] – [##] = Casos isolados.

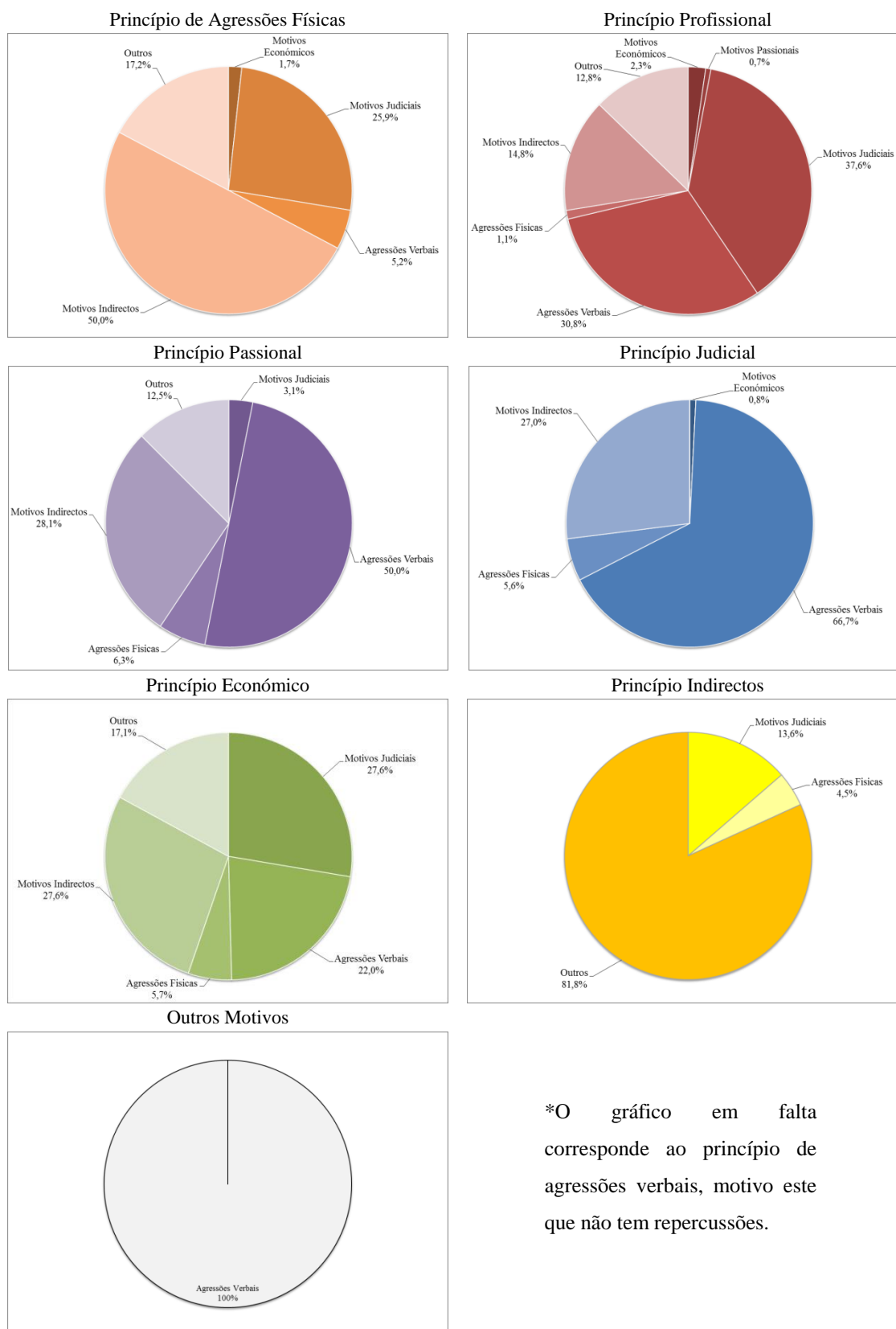
O cálculo da taxa foi efectuado relativamente à média (23,125) de ocorrências (##).

Anexo 6 (parte II) – Gráfico de Distribuição de Repercussões



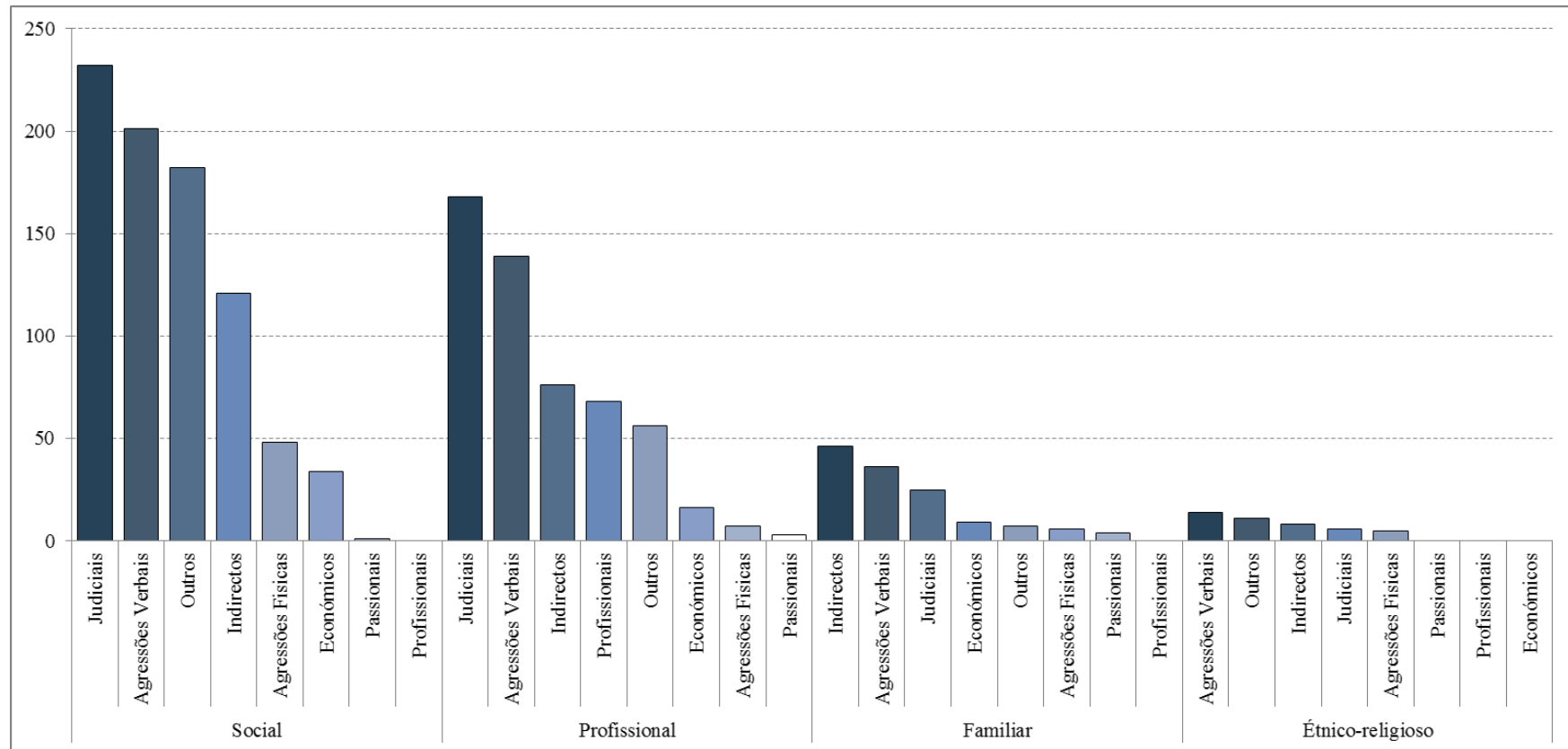
Nota: Este gráfico representa os motivos com a maior taxa de repercussões, taxa esta calculada sobre as ocorrências que tiveram efectivamente consequências. Contudo, no âmbito deste estudo, este gráfico representa um passo intermédio, ou seja, a estes resultados serão acrescentados os casos isolados (ocorrências que não tiveram consequências).

Anexo 7 – Gráficos de distribuição de repercussões por princípio



*O gráfico em falta corresponde ao princípio de agressões verbais, motivo este que não tem repercussões.

Anexo 8 – Distribuição de Motivos por Contexto



Anexo 9 – Tipologia dos Delitos

Contra o Santo Ofício		179
Falso Testemunho	81	
Induzir Falsas Testemunhas	77	
Falsa Denúncia	14	
Ajudar Hereges	5	
Quebrar Segredo	2	
Solicitação		16
Proposições		14
Blasfêmias	12	
Proposições contra o Dogma	2	
Desrespeito		6
Sacrilégio	2	
Comer carne nos dias proibidos	1	
Comungar não estado em jejum	1	
Incumprimento das Penitências	1	
Livros Proibidos	1	
Judaísmo		6
Magia		3
Feitiçaria	2	
Adivinhação	1	
Sodomia		3
TOTAL		227

Apêndice Documental

Para a maior facilidade de leitura na transcrição dos documentos seguimos as seguintes normas:

1. Desdobram-se as abreviaturas e uniformizam-se as maiúsculas e minúsculas segundo critério moderno;
2. Ligam-se partes da mesma palavra que se encontram fraccionadas e separam-se as partes ligadas de palavras diferentes;
3. As letras “i” e “j”, “u” e “v”, transcrevem-se consoante o seu valor na palavra respectiva;
4. Uso de [] para tudo o que tenha sido interpretado pelo leitor ou acrescentando ao texto original e quando o estado do códice não permite a reconstituição indica-se por [...];
5. Quando a leitura oferece dúvida indica-se por (?);
6. Aplicação de [*sic*] a seguir aos erros do próprio texto original;
7. Indicação de mudança de fólho por /fol. /;
8. Indicação de repetição ou redundância de palavras por { };
9. Indicação de escrita interlineares ou marginais por \ /;
10. A pontuação é usada segundo o critério moderno.

Documento I

1639, Setembro 2, Covelas - *Carta de Baltazar Fernandes dirigida ao Santo Officio de Coimbra, na qual refere ter receio de falsa delação, com recurso a testemunhos de pessoas inimigas, por parte do seu inimigo Diogo Rodriguez com o qual anda em demandas. Baltazar Fernandes informou ainda que o dito inimigo denunciou-o falsamente por blasfémia ao provisor da cidade de Viseu, justificando que as palavras proferidas foram alteradas com o intuito de o prejudicar.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 74-74v.

/fol. 74/ Diz Balthesar Fernandez morador no lugar de Covellas freguesia de Nossa Senhora da Esperança de Ribafeita do bispado de Viseo, que a sua noticia lhe veio que Diogo Rodriguez do mesmo lugar de Covellas como seu inimigo capital que he e com quem anda em demandas sobre injurias denunciou delle supplicante diante o provisor da cidade de Viseo, dizendo que tendo elle supplicante duvidas com elle no mes de Mayo proximo passado dissera elle supplicante tres vezes, que Nosso Senhor avia de bejar no traseiro e que para isso dera por testemunhas a Manuel João do lugar de Covellas e a Isabel solteira filha de Antonia Luis do mesmo lugar e porque o dito denunciador Diogo Rodriguez he inimigo capital, e descoberto delle supplicante e há muitos annos andão em demandas, e elle supplicante o tem espancado. E a testemunha Manuel João he inimigo capital delle supplicante per lhe aver cortado e ferido huma mão, e aver tido com elle palavras affrontosas e injuriosas e a dita testemunha Isabel solteira he filha da dita Antonia Luis, a qual he vizinha e comadre do dito Diogo Rodriguez denunciante, e muito de sua casa e assi provavelmente diria o que elle lhe dissesse, como justificara diante vossas merces sendo necessário e em como he christão velho de todos os quatro costados sem raça alguma de mouro, judeu, nem de outra infecta nação e he muito bom christão, temente a Deus e a seus Sanctos. E com tudo quer confessar o negoceo como foi e aconteceu e estando muito cheo de colera e paixão e sendo hum homem rude lavrador de pouco entendimento, e que as vezes se toma de vinho pello que.

Pede a vossas merces o admittão a dita confissão que quer fazer e sendo necessário provará todo o sobredito e com isso lhe dem a penitencia saudavel que parecer avendo respeito a sua ignorância, e se vir confessar. /fol. 74v./ Balthesar Fernandez contheudo nesta petição atras apresentou na Meza do Santo Officio desta Inquisição de Coimbra hoje dois de Setembro de Seiscentos e trinta e nove annos e com

juramento disse que era falso o que lhe levantavão seus inimigos, porque nunca tal palavra falara, e somente dizendo lhe Diogo Rodriguez que inda Deus lhe avia de dar vingança delle Balthzar Fernandez e que o avia de ver enforcado, ao que elle respondeo que inda Deus lhe avia de dar vingança pera o ditto Diogo Rodriguez bejar a elle Balthezar Fernandez no trajeiro e que vinha a esta Meza por lhe dizer Miguel de Madureyra provizor de Viseu que tinham dado diante delle duas testemunhas que o culpavão, e que ja sobre isso escrevera a esta Meza. O senhor inquisitor Luis Alvares da Rocha mandou que se guardasse esta petição pera se ajuntar por linha a algumas culpas se vissem contra o ditto Balthezar Fernandez.

João Nugueyra de Carvalho o escrevi.

Documento II

1644, Julho 20, Tresouras - *Carta de Gaspar Pereira Leme, vigário da Igreja de São Miguel de Tresouras, na qual receia ser falsamente delatado por Luís Dias abade da Teixeira devido a inimizades inerentes à compra e ao desrespeito dos encargos e legados de uma propriedade. Refere também que devido às repreensões que dava a um Manuel Lopes, este uniu-se ao abade da Teixeira na tentativa de lhe ser retirado o benefício, como tal, acusou estes inimigos de convocarem falsas testemunhas para o acusarem de solicitação.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 174-177.

/fol. 174/ Senhores Inquizidores

Queixas se a vossas merces justissimi judices Gaspar Perreira Leme vigario da Igreja de São Miguel de Trizouras do Concelho do Baião do bispado do Porto dizendo que a sua noticia veio que hum Luiz Dias abbade da Teixeira por mandado de vossas merces perguntara testemunhas contra elle supplicante por cauza de huma denunciação que sem nenhuma duvida devia ser dada e fulminada per ordem e contemplação do dito abbade e de hum Manuel Lopez morador na ditta freguezia de Tizouras per ambos serem inimigos capitaes delle supplicante como he publico e notorio na maior parte deste bispado.

A saber o dito Manuel Lopez guiado de sua depravada natureza e solta consciencia tomando por motivo para executar sua maldade as justas reprehensões que elle supplicante lhe dava como seu pastor e pello não querer conversar nem admitir em sua caza aonde de ordinario o perseguia e inquietava per ser alem de perverso, vadio, importuno, calaceiro o tratou de perseguir a elle supplicante desaforadamente sem nenhum temor de Deus nem peio algum do povo, dando muitas denunciações e offerecendo capitullos defamatorios subrepticamente contra elle assim diante o vigario geral do Porto como nas mais ocaziois de visita e em todas primitio Deus regular a absolvição delle supplicante com sua inocencia, e o castigo do denunciante com sua malicia. Entanto que vizitando o licenciado Bernardo Martinz abbade de Vandoma a ditta igreja lhe meteo na mão o dito Manuel Lopes huma denunciação e capitullos contra elle supplicante e tratando logo de se informar e saber a verdade, inquirio a maior parte dos fregueses e achou que tudo hera falço fundado em odio infernal a fim de afrontar e botar a perder a elle supplicante o que vendo o dito vizitador se foi logo mui

apreçado por a porta principal da igreja e em presença de toda a freguezia e de outra muita gente de fora della que /fol. 174v./ hahi estava rasgou os dittos capitullos dizendo com muita paixão que vinha vizitar para dar ordem como se plantassem as virtudes e saber com verdade como vivião e fazião seu officio os ministros da Igreja e não para os afrontar nem deshorrar falçamente.

Desta publica reprehensão tomarão muitos motivo para rephrender este Manuel Lopez, assim parentes seus como outras pessoas, estranhando lhe muito as injustas perseguiçois de que uzava contra seu pastor, aos quoaes respondia com infinitos juramentos temerarios que não avia de descançar te lhe não fazer perder o beneficio.

De maneira que perseverando neste odio muito tempo succedeo que o abbade da Teixeira vizinho da dita freguezia de Tizouras comprou huma propriedade no termo da villa de Mejão Frio com certo encargo e he que esta propriedade deixou hum homem nobre da ditta freguesia a seus herdeiros com obrigação de hum alqueire de azeite para a alampada de Nossa Senhora e huma missa cada anno no altar da mesma senhora e te este tempo que ha mais de quarenta annos sempre os pessuidores da ditta propriedade davão e pagavão o ditto alqueire de azeite e hum tostão de esmola aos parochos da ditta igreja por dizer a ditta missa, cujos incargos e legados pios duvidou pagar o dito abbade da Teixeira tanto que introu na propriedade chegando a dever a esmola da missa doze annos dizendo que posto que sempre se desse hum tostão que não avia de dar mais que meio e o azeite primeiro que o paguasse, molestava infinito aos devotos mordomos fazendo os ir a sua caza muitas vezes e no cabo de os ter cançados lhe mandava dar em partes remotas para mais os molestar e isto fazia so afin de lhe venderem o ditto legado, como em effeito cometeo por muitas vezes lhe vendessem assim aos mordomos como a demais freguesia. Ao que todos responderão em companhia delle vigario que não querião nem podião faze lo por ser contra direito e conciencia em perjuizo da alma do testador a que não atentão pella maior parte os cobiçozos por mais bens que possuão.

E quando o abbade da Teixeira vio que não podia por em effeito sua simulada pertençaõ tomou logo por parte a elle supplicante dizendo que elle fizera com os fregueses que não consenticem na venda do ditto legado per cuja cauza o comesou logo a persiguir mandado /fol. 175/ do de sua potencia contra rezão e justiça a ditta parochia de Tizouras hum clerigo por nome Manuel Pereira da freguesia da Teixeira para lhe dizer a missa do legado da ditta propriedade sem ter nenhum comprimento com elle vigario como parochos da ditta igreja nem tratar de satisfazer as missas atrasadas de doze annos. E porque elle supplicante não deu licença ao ditto clerigo para dizer a ditta missa

fundado na posse de mais de quarenta annos per si e seus antecessores de a dizer e receber hum tostão de esmola fez logo o ditto abbade petição ao ordinario que mandasse a elle supplicante com graves penas e censuras não impedisse dizerse a ditto missa. Mandou o prelado dar conta da petição a elle vigario que respondeo que o dizer da ditto missa pertencia a elle por ser legado pio parochial e por estar de posse de a dizer pella ditto esmola per si e seus antecessores a mais de quarenta annos. Tanto que o abbade Luiz Dias vio esta resposta deixou logo a demanda e ameaçando a elle vigario e buscando trassas e meios diabolicos para o perseguir se acumulou com o dito Manuel Lopez inimigo capital delle supplicante com o dito tem fazendo seu agente e sulcitador contra a innocencia delle pobre vigario substando o ordinariamente para este effeito de comer e vestido de que necessitava por ser tão pobre como perverso de sorte que ambos juntos em hum corpo se apostarão e resolverão tirar o limitado beneficio a elle inocente vigario para cujo effeito jurou logo o abbade valias para Dom Jorge Mascarenhas marques de Monte Alvão fazendo lhe largas queixas e advertencias porem contra toda a verdade, coram Deo como bem se mostrou dipois e o persuadio desse huma força delle vigario e que em todo o cazo o fizesse tirar do beneficio por ter impetrado bullas de sua santidade para se levantar com os dizimos da ditto igreja que he anexa a comenda de Villa Cova do dito marquez o que Deus sabe que nunca se imaginou nem tinha lugar. Contudo o marquez parecendo lhe seria assim seguindo a informação do abbade /fol. 175v./ abbade Luiz Dias deu logo huma força delle vigario correndo (?) com ella o ditto abbade per procuração que procurou do marques para mais avexar ao supplicante e o fez hir a cidade de Lisboa o anno passado de seiscentos e quarenta e trez em cuja jornada se consumio e gastou o que não tinha por não ter outro patrimonio de que se possa substar mais que a limitada porção de seu tenue beneficio, de que tudo lhe esta em restituição o ditto abbade e chegando elle supplicante a cidade foi logo buscar o ditto marquez e lhe mostrou seu titulo de vigario ad nuta erecto pello ordinario do Porto e que visto pello marquez e enteirado da verdade fez muitas honras a elle supplicante estranhando muito as sem rezois do abbade Luiz Dias dizendo que por outra parte se não espantava sabendo os maos termos de que tinha uzado com seu senhor Rui Thelez de Menezes em page de o aver apresentado na igreja da Teixeira. E para prova da insolencia do dito abbade he grandissimo odio que tem a elle suppilcante lhe mostrou o marques as cartas e capitullos que lhe tinha enviado o abbade da Teixeira contra elle vigario e com isto se despedio do marquez restituído o seu credito e honra apezar da diabolica tenção do ditto abbade e chegando elle

supplicante a sua igreja lhe derão todos seus fregueses grandissimas vivas e parabens pello verem ja quieto e livre de seus inimigos. Porem como elles não dormem espertarão de novo o ditto abbade da Teixeira e Manuel Lopez de Tizouras com mais refinado odio contra elle inocente vigario dandosse por mui afrontados de o não averem privado de seu pobre beneficio e trararão de denunciar delle ao Santo Offcio dizendo o ditto Manuel Lopez com grande jactancia a muitas pessoas que o dito abbade Luiz Dias tinha buscado ordem para o vigario perder a igreja e que por esta via se avião ambos de vingar delle ja que por outra não puderão, para o que avião de buscar testemunhas como elle solicitara algumas mulheres e suas filhas no acto da confissão sendo assim que estão cazadas fora da freguezia ha muito tempo, huma na villa de Tarouca e a outra se cazou por sua via no lugar de villa Juzã termo de Pena /fol. 176/ Penaguião dipois de andar alguns anos absente do ditto seu pai Manuel Lopez o qual nesta ocazião se fez amigo com ella e as procurou ambas antepondo o interesse de seu mortal odio ao da honra so para effeito de as obrigar a jurar falço contra elle supplicante entanto que chegarão a dizer os pobrezinhas dos genrros que duas vezes forão mofinos huma quando receberão suas mulheres e outra agora com seu sogro as persuadir a força a jurar falço contra sua honestidade e credo delles maridos, entanto que elle Manuel Lopez publicou que o dito abbade da Teixeira avia de tirar testemunhas por parte deste Santo Tribunal do Santo Offcio, logo as buscou com insaciavel cuidado correndo a freguesia muitas vezes de noite e de dia ameaçando com prizois e censuras, os que dizião que não sabião couza alguma contra o seu vigario e assim a força e com medo os obrigava a testemunhar e aos que vinhão de dar seu testemunho lhes dizia, vos não devies culpar o vigario como fizerão, forão e jurão que não dicerão couza alguma. Mostrando nisto que sabia do comissario o que as testemunhas dizião ou que vira as inquiriçois por via de algum criado como he publico e notorio segundo me dice hum sacerdote bem grave e fidedigno por nome Amador Pinto Rebello reitor de São Niculão da villa de Mejão Frio afirmando que os dias passados viera o ditto abbade da Teixeira tirar testemunhas por cauza do Santo Offcio na igreja de São Martinho de villa Juzã anexa a ditto parochia da Teixeira e que dipois de tiradas hum pagem mimozo do dito abbade por nome Symão Antunez dicera a hum padre por nome Melchior Ribeiro o que as testemunhas avião testemunhado dizendo que lera a inquirição e a tinha em sua mão, este Melchior Ribeiro he cura da ditto igreja de São Martinho apresentado pello ditto abbade da Teixeira e morador na ditto villa de Mejão Frio. Em resolução he tão grande o odio que estes dous homens tem a elle supplicante que ambos publicamente se descompoem fora dos

lemite da rezão e humanidade so a fim de consumirem a elle supplicante sem nenhum temor de Deus que odio atras inquirindo testemunhas contra /fol. 176v./ contra elle supplicante o ditto abbade Luiz Dias mandou prender a hum Miguel Pereira da freguesia de Gestacó deste concelho de Baião pello juiz ordinario da Teixeira e levando o prezo dice a porta da cadeia publica diante muitas pessoas há que del Rey que me manda o senhor abbade da Teixeira meter na cadeia porque não queria jurar o que elle quer pois não sei nada do que me pergunta e outros muitos forão ameaçados por esta via.

E não parou aqui o capital odio destes dous homens contra elle inocente vigario pois vindo o dia atras a sua caza hum Francisco Barboza moleiro seu fregues lhe deu de beber e de comer como muitas vezes tem feito e adoecendo o ditto moleiro em cama e inchando da doença que lhe deu o foi o ditto vigario sacramentar e vizitar, o quoa moleiro fez testamento e dipois de estar ja comvalecido foi este inimigo mortal Manoel Lopes vizita lo por serem grandes compadres e amigos e de hum mesmo humor e natureza e o persuadio que fizesse outra manda e que nella dicesse que elle supplicante lhe dera pessoa com que infermara, fazendo mais com elle moleiro que mandasse chamar ao abbade Luiz Dias comissario do Santo Officio a quem seus criados nomeão por senhor inquizidor e diante elle se queixasse delle vigario e logo com muita pressa se foi este Manuel Lopez dar este alvitre ao ditto comissario Luiz Dias e no ponto que chegou se veio o dito abbade a caza do moinho com trez homens de espingarda e trez clerigos de missa para tomar as queixas do ditto moleiro, trassadas e ordidas pello ditto Manuel Lopez que dipois desta junta nao desacompan\h/ou o ditto moinho e moleiro comendo e bebendo ambos de ordinario com mais parcialidade e gosto do que dantes fazião e por quoa elle supplicante he sacerdote grave e exemplar e muito temente a Deus e christão velho dos principaes do bispado, de idade de cesenta annos pouco mais ou menos, mui recolhido e devoto, mui inteiro e diligente em seu officio e no serviço de sua igreja a quoa por sua industria e devoção esta mui decentemente venerada e ornada de todos os ornamentos necessarios para o culto divino do que he sobre modo zeloso entanto que per sua conta somente /fol. 177/ somente impetrou bulla de sua santidade para estar o Santissimo Sacramento perpetuamente nesta sua parochia de São Miguel de Tizouras e comprou o sacrario e o lampadairo e outras pessas para melhor ornato da ditto igreja que de sua pobreza se não esperava por não ter mais que doze mil reis de porção e pe do altar que e por tudo vira a importar a elle vigario trinta mil reis bem

cançados e suados sem ter outra couza de que se sustente e sua may com quem vive mulher outrosi de grande exemplo, o que tudo visto.

Pede a vossas merces que avendo respeito ao que alega ajão vossas merces por bem e serviço de Deus e credito da honra delle sacerdote mandar tirar outra exacta inquirição por ministro recto e sem sospeita que não sejam os supplicados Luiz Dias abbade da Teixeira e Manuel Lopez da freguesia de Tizouras porquanto o ditto abbade da Teixeira he homem sego que nao reza nem diz missa a annos e assim não goarda nem pode goardar segredo como convem, pois o que envia a o sagrado Tribunal e o que delle se lhe comete o da primeira e sempre a ler a terceira pessoa sem o ver e saber mais que o que lhe dizem.

Documento III

1646, Fevereiro 23, Vilas Boas - *Carta do padre Francisco da Cunha de Sampaio, na qual receia ser falsamente denunciado por alguns dos seus fregueses. Relata as inimizades que têm surgido por exercer as suas responsabilidades perante o incumprimento das obrigações e dos preceitos da Igreja, por parte dos ditos fregueses. Acusa os ditos fregueses de tentarem fazer-lhe mal e de tentarem tira-lo da sua igreja, recorrendo a testemunhas suas inimigas e outras para o denunciar falsamente ao Santo Ofício.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 220-220v.

/fol. 220/ Apresentada em Mesa a 23 de Fevereiro de 646 vinda do Santo Ofício de Lisboa aonde primeiro foi.

Dis o Padre Francisco da Cunha de Sampaio vigario na villa de Villas Boas comarca da Torre de Moncorvo arcebispado de Braga que muitos de seus freguezes, a saber Francisco Lopez capitão da ordenança, Francisco Nunez, Andre Lopez carpinteiro e seu filho Lourenço, Domingos Gonçalves do Areal, João Gonçalves do Lameiro, Martim Gonçalves, Francisco Pirez peneireiro, Francisco Pirez carpinteiro, Paschoal Martinz, Pedro Fernandes de Meirelles, com seus irmãos Bastião Pirez, Francisco Gomez, e o padre Domingos Fernandez e Domingos Martinz e outros que seguíão a estes como cabeças de vando, armados de mão com moca e amotinados sendo favorecidos do governador da Braga o conego Domingos Lopes Villas Boas, e do abbade da Castinheira Francisco Gomez Villas Boas, e outros poderozos naturaes e parentes dos sobreditos, intentarão matar a elle supplicante e o lançarão escandalozamente á força de armas da sua igreja que cannonicamente tinha e o esperarão por muitas vezes amotinados pella qual rezão elle supplicante procurando viver quieto na sua igreja os mandou notificar com hum seguro do corregedor para que o não affrontassem, como fazião per todas as vias que podião, fulminando lhe culpas que não cometera e buscando pa prova dellas pessoas enemigas delle supplicante e intimando outras que o não erão com ameaços e espancando as para que jurassem temerariamente como fizerão, em huma denunciação que delle derão diante o vigario geral da comarca com 17 testemunhos dizendo que elle supplicante deshonorra a Domingas filha de João Domingues da dita villa levando a por força diante o ditto vigario geral pa denunciar delle espancando a e pondo lhe medos que a avião de matar se não jurava o que elles

querião, e chegada a juramento delcarou que ella vinha induzida dos sobreditos, porem que o dito padre lhe não devia couza alguma, e não queria encarregar sua consciencia jurando falçamente como lhe pedião. A qual denunciação se julgou no juizo da legacia absolvendo a elle supplicante da dita culpa por aver dolo e que as partes pagassem as custas ficando lhe seu direito reservado pellas perdas e danos que lhe cauzarão com a falça denunciação e isto em rezão delle supplicante fazer seu officio de parochio, como devia, e defender a jurisdição da sua igreja da qual com notoria força o esbulharão per que os não condenasse nem executasse as penas da bula da Santa Cruzada, como algumas vezes fez, querendo em tudo viver isentos da obrigação dos preceitos da igreja e sem embargo do sobredito o vierão esperar por muitas vezes a sua porta, e em outras muitas partes e dentro na igreja matrix da dita villa entrando na capella do Santo Sacramento com espadas arrancadas, espingardas, chuços e dardos de suada e motim com intento de o matarem como tudo foi notorio. Porem nem justiça nem pessoa alguma lhe podia valer /fol. 220v./ porque o dito capitão Francisco Lopez tinha amotinado o povo, e publicamente affrontado a elle supplicante de injuriosas palavras até na estação da missa estando [...] e lhe tomarão as chaves da dita sua igreja e o lançarão fora della e o mesmo fizerão ao padre Sebastião Trigo do lugar do Cobro por ir demandado delle supplicante a dizer missa do povo á dita igreja, dizendo o dito capitão, com os mais que era sua e que não avia de dizer missa nella, elle supplicante nem clérigo pela ordem, se não quem elles quisessem como fizerão, com que ficou a freguesia sem missa na dita igreja, sendo domingo. Para o que o dito capitão com seus soldados com bandos e penas postas aos que faltassem, e aos que [vinham] sem armas á igreja lhas fazia ir buscar e não somente executou esta [...] com elle supplicante, e com o dito padre Sebastião Trigo mas tambem com [doutor] da villa de Mirandella donatário da ditta igreja; contra o qual [começou] o dito motim, e tocou a rebate com o sino da dita igreja aonde se [...] com as mesmas armas para que não entrasse na dita igreja nem dar missa nella sendo dia de sinza, e requerendo lhe lhe dessem as chaves para dizer missa, e por a sinza ao povo, lhe respondeo o dito capitão e hum Francisco Nunez com os mais que a sinza o fosse cada hum tomar ao seu lar. E requerendo o Vigario geral lhe não quiz fazer justiça nem devassar do caso por ser feitura do [...] de Braga parente dos sobreditos e por não ter tuto acesso no dito arcebispado recorreo a esta Corte aonde assiste e fazendo petição a Sua Magestade lhe passasse alçada e se castigarem os sobreditos se tem mandado informar. E hora a elle supplicante veo á noticia que tanto que os ditos seus enemigos souberão que elle supplicante pedia alçada e alcançara sentença

contra elles na legacia se conjuravão de novo e contra elle [publicando] que não avia nunca de ir a sua igreja e que pera isso lhe fulminarão culpas de que nunca se livrasse, nem apparecesse na terra; e isto em razão de que elle supplicante não possa requerer contra elles na alçada que pretende, nem executar a dita sentença demandando os perdas e danos como nella lhe ficão reservados e pello que conhece dos testemunhos que contra elle derão na dita denunciação e o [...] que temem a Deos se teme que nesse Santo Tribunal da Inquisição denunciem delle suplicante dando falços capítulos e informações, afimde se poderem vingar por que elle supplicante se não teme, nem tem escrupulo de couza alguma de que aja de dar conta nessa santa casa.

Peça a vossas illustissimas avendo respeito ao que alega, que avendo algum requerimento contra elle de todo o sobredito se informe de sua vida, e costumes com o zelo que costuma e com esse mesmo por serviço de Deus pede a vossas illustissimas que merecendo os sobreditos serem castigados por semelhantes dezacatos dos quais ouve grande escândalo mande tirar testemunhas que elle supplicante nomeará sendo necessário.

Documento IV

1649, Março 13, Quinta da Torre - *Carta de João Alvares Pamplona Carneiro Rangel, na qual relata um conflito entre umas inquilinas suas e um Richarte Guilherme. Informa que as ditas inquilinas lançam as suas águas e imundices num beco e por tal o dito Richarte Guilherme colocou nesse local uma cruz e imagem de Cristo com o intuito de acabar com este hábito. Por esta solução não ter tido resultados, teme que Richarte Guilherme acuse as suas inquilinas de desrespeito.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 185-185v.

/fol. 185/ Apresentada em Mesa em 13 de Março de 649

Diz João Alvarez Pamplona Carneiro Rangel fidalgo da casa de Sua Magestade morador na sua Quintãa da Torre na freguesia de Veyre da Comarca da cidade do Porto, que elle tem na dita cidade huma mercearia e casas onde se agasalhão e recolhem molheres pobres junto a Santo Tirço a quoaal esta em hum bequo onde chamão a viella de calca frades, e na dita viella costumarão sempre as merceeiras que moravão na dita mercearia lançar suas agoas, e immundicias pellas janellas fora per não terem outra serventia e hora lhe veo a noticia que hum Recharte Guilhelme ingres morador na dita cidade haj de fronte da dita mercearia de hum ou dous annos a esta parte tempo que constar, so por molestar as pobres que elle tem na dita mercearia, e com tenção de lhes prohibir a sua antiquissima posse da dita serventia em que estão de lancar todas as agoas e immundicias sobre a dita viella passagem escura de toda a gente da dita cidade, puzera huma imagem e crus de Christo Nosso Senhor em doutras cazas contiguas á dita mercearia com tenção de que pella reverencia que se deve á Santa Imagem e Crus de Christo, as ditas merceneyras não uzasem de sua posse. Sendo que o lugar onde a dita imagem e crus está he muito indecente, e não convem estar ali per ser muito escura a dita viella, e sujeita a maos cheiros em tanto que numqua ali esteve a dita imagem se não agora innovadamente como fica dito e porque lhe veo agora a noticia que o dito Recharte Guilhelme recorrera a este Tribunal do Santo Oficio fazendo queixa das molheres pobres que morão na dita mercearia per lancarem suas agoas e immundicias na dita viella como sempre fizerão, dizendo que o fazem em desprezo da dita Santa Crus e Imagem, não sendo assim porque não uzão se não na forma em que sempre uzarão por tanto.

Peço a vossas senhorias lhe fação merce mandar ao reverendo prouvizor /fol. 185v./ da dita cidade se informe do conteudo nesta, e que constando lhe ser como dis faça logo como effeito tirar do dito lugar a dita crus e imagem de Christo vista a indecencia que se alega, e impedisse com ella a serventia antiga e despejo qua a dita mercearia sempre teve pelas ditas janelas para a dita viella e não ter outra.

Documento V

1651, Março 19, Mirandela - *Carta de Francisco Lopes Silva, de João Lopes, de Domingos Pereira Dias e de Luís Alvares que receiam serem falsamente denunciados. Nesta, Francisco Lopes Silva e João Lopes, eleitos lançadores do fisco, relatam as inimizades que têm com Gaspar Martins, com António de Barros e com todos os familiares destes devido às suas responsabilidades inerente à cobrança de impostos. Referem que devido a estas rivalidades os ditos inimigos andavam a chamar-lhes judeus e ameaçá-los, assim como aos seus familiares, com a Santa Inquisição.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 358-359.

/fol. 358/ Dizem Francisco Lopes Silva e Joham Lopes, Domingos Pereira Dias e Luis Alvarez seus conhadados moradores na villa de Mirandella que vindo a cabeça da comarca hums provisão de sua Magestade que Deus goarde para que antre elles e todos os que gozassem do fisco se repartisse certa coantia de dinheiro para o comercio da companhia do Brasil geral ao reino elles supplicantes Francisco Lopes Silva e Joham Lopes per serem lancadores eleitos respartirao na dita villa o que nas consciencia lhe ditou e antre elles lançarão a Gaspar Martinz e Antonio de Bairros seu irmao o que merecião por serem filhos de Antonio Lopes o Patorro filho bastardo de Gaspar Fernandes o guato, homem da nação por linha masculina e seu pay Antonio Lopes pagar em sua vida para os pedidos elles tomarão tanto a mal hu lançamento que a elles se fez que se quiserão isentar pella justiça e foy julguado em junta na cidade de Lisboa que paguassem, no que cobrarão tal odio contra elles supplicantes que publicamente elles e suas molheres falavão em publico e secreto nas igrejas e fora dellas muy mas palavras emjuriosas contra elles supplicantes e suas molheres e parentes ameaçando os que os avião de fazer hir a Inquisição e que erão todos judeus quaes e os avião de fazer queimar e vendo elle Francisco Lopes Silva tão grande injuria e afronta por cumprir as ordens de Sua Magestade em sua defesa natural lhe respondeo como outras palavras semelhantes que podia fazer em revendicta e sua defesa de que succedeo espadas arrancadas e demandas em juizo que pendem de parte a parte e elle Joham Lopes fez auto como repartidor geral que fuy remetido ao tribunal da Junta da dita cidade para se lhe dar castiguo e como os suplicandos fuaraos estimulados com no /fol. 358v./ notavel paixão os ameaçarão que se avião de vingar sem pau nem pedra nem saibão donde lhe vinha o mal e porque são gente vil e baxa que não repararão no dano de suas almas a

jurarem contra elles supplicantes para satisfazerem sua danada tenção como são, elle Antonio de Barros barbeiro e sua molher hua tecedeira, Gaspar Martinz mercador de calçado de Bragua e seu pay almocreve e rendeiro da almotaçaria que chamão da roindade por ser tão vil e elles suplicantes gente de boa natureza bons christãos, amigos de Deus e de seus santos e servirão nas confrarias e officiais dellas e servirem os cargos da governança, assy elles como seus antepassados e tidos nesta reputação e receão que sem temor de Deus e falsamente testemunhassem contra elles e busquem testemunhas para lhe fazer mal e de sua facção por ter de sua parte e em sua casa hum padre Gonçalo Lopes que servio alguns dias de cura e o reitor despedio por tambem falsamente lhe levantar que fizera simonia e assi Domingos Teixeira e sua molher Sebastiana de Crasto que os teve o suplicado Antonio de Bairros certos tempos em sua casa todos de humas portas adentro e asi Gaspar Teixeira medico seu compadre que dizia publicamente para a molher do dito Antonio de Bairros, cale se comadre que nos faremos que estes judeus deixem a terra e assy Luis de Sequeira todos da facção dos supplicados e que não são affectos a elles supplicantes e porque tudo isto he muy publico e quererem fazer pouco caso da molher d'elle Francisco Lopes Silva, Felipa Guomes por ser doente e espiritada e a tudo nomeão por testemunhas Antonio de Sa de Gosmão escrivão da camera e Joham Pinto Cardoso capitão, Balthesar Pinto Cardozo juiz dos horfãos, Gaspar Pinto Cardozo capitão mor, João de Escovar Cabral tabelião, Bertholomeu de Almendra, Lourenço Borges, Gaspar Joham, António Monis, Semião Rodrigues Saraiva e sua molher Maria Garces, Lionardo Fernandez, Simão Fernandez, Manuel de Almeida Pinto escrivão /fol. 359/ da almotaçaria e decimas de Sua Magestade todos cristãos velhos e de muita verdade coando vossas senhorias se queirão informar para aclarar a verdade de suas ignocencias.

Peço a vossas senhorias pello amor de Deus e en caso tão grave sabendosse esta verdade e inimizade pondo os olhos em tudo e as certidões que offerecem assy seja o procedimento como em Tribunal tao justo.

Documento VI

1656, Maio 29, Trancoso - *Carta de Nuno Alvares Pereira, Maria da Fonseca, sua mulher, e de todos os seus familiares que receiam ser falsamente delatados ao Tribunal do Santo Ofício pelos seus inimigos Manuel João, sua mulher Maria de Azevedo, seu filho Miguel João e todos os seus amigos e parentes. Nesta, são expostas as rivalidades entre estas famílias devido a agressões verbais e físicas de que resultaram condenações. Referem também que, como resultado destes conflitos, os suplicantes Nuno Alvares Pereira e Maria da Fonseca foram presos pelos tribunais régios por falsas acusações de testemunhas induzidas pelos ditos inimigos.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 469-473.

/fol. 469/ Apresentada em Mesa em 29 de Mayo de 656

Nuno Alvares Pereira, Maria da Fonseca sua mulher, Lionor da Fonseca sua mai e sogra Ines da Fonseca, sua filha irmã e cunhada dos sobreditos, Visente Gonçalves seu filho Antonio Lopes, Breatis da Fonseca sua mulher irmã e tia dos sobreditos, Mateus Guterres da Fonseca, Janebra da Costa sua mulher, Francisco da Fonseca Henriques, sua mulher Domingas Nunes, Manuel da Fonseca Henriques seu filho, Lionor Rodrigues sua mulher todos primos irmãos e parentes conjuntos, Guimarães Furtado, Simão Pinheiro, Lionor Guterres sua mulher, Bernardo Ferro, Manuel Pinheiro, todos irmãos e moradores na vila de Trãocoso, expoen en este Santo Tribunal as capitais enemizadas e grandissimo odio que entre eles todos ha, e as pessoas abaixo declaradas e as causas e razão delles temendo que pelos ditos seos enemigos lhes sejam fulminadas denunciacoies e culpas falcas para que ynosentes não sejam prejudicados em seu odio e dizem o seguinte.

Manuel João, Maria de Azevedo sua mulher seo filho Migel João e todos seos familiares, amigos e parentes são capitias enemigos dos suplicantes contheudos en esta petição e por tais são tidos e avidos e conhecidos jeralmente de todos porque

\Testemunhas: Diego Rodrigues boticário, Andre de Souza, Antonio de Saa e Meneres capitão moradores todos de Trãocozo./

/fol. 469v./ estando a dita Maria da Fonseca mulher do dito Nuno Alvares Pereira en a parochial da igreja de São Pedro da dita vila de Trãocozo a dita Maria de Azevedo de mandado do dito seo marido, tanto que se acabou a misa conventual estando ainda a jente junta lhe deo huma bofetada muito grande e lhe tirou e rompeo a touqa e manto e

lhe dise palavras muito injuria sendo tudo diante do Santissimo Sacramento tudo sem cauza nem rezão de que ouve muito grande escandalo.

\Testemunhas: Caterina [...] Joana [...] todos de Trãocozo./

Por ser esta causa tão atos e dina de exemplar castigo mandou Sua Magestade devasar dele pelo corregedor da comarca e na devasa forão culpados o dito Manuel João sua molher Maria de Azevedo seo filho Migel João e depois mandou o dito senhor que esta devasa se sentensiasse em alsada con adjuntos pelo desembargador Leonel de Perado Tavares e de presente esta nela en a sidade de Vizeo, e por esta causa se absentarão o dito Manuel João, sua molher e filha para a vila de Carapito tera do marques de Ferreira.

\Testemunhas: Francisco [...] Autos que estão em poder do escrivão [...]/

En resão da dita injuria feita a dita Maria da Fonseca, Matheus Guterres da Fonseca seu tio houve hum mandado /fol. 470/ mandado do licenciado Manuel Simois da Fonseca jois de fora que foi na dita vila de Trãocoso para lhe ser embargado, toda a fazenda que o dito Manuel João tinha na sua tenda para dela ser pago de 88 reis que lhe devia e se pagarem a outros acredores o que sentio tanto que logo seu filho Migel João deo huma denunciação dele en o joizo da alfandega de Freixo de Espada Sinta e ele mesmo jurou e trouxe precatoria para ser prezo e o apresentou ao jois que servia na dita vila de Trãocozo com que ficarão muito grandes enemigos.

\Don Guimarães de Souza, autos no joizo da alfandega de Freixo Espada Sinta/

\Testemunhas: Diego da Fonseca Pinto escrivão do enbargo, João Rodriguez Sanquentiu (?), Manuel Gera todos da mesma vila./

Guimarães Furtado e seos irmãos Manuel Pinheiro, Bernardo Ferro e Simão Pinheiro cazado com Lionor Guomes sobrinha da dita Maria da Fonseca injuriada fizerão as partes da dita sua tia e tendo lhe os ditos Manuel João e sua molher por iso odio e seu filho, entendendo que en certa noite estava o dito Guimarães Furtado na vila de Carapito, em casa de huma Margarida Fernandes solteira, sua ama lhe mandou a porta pessoas de sua faissão armadas en cuja conpanhia hia o dito seu filho con animo de entrarem en caza e mataren ao dito Guimarães Furtado, e alcansando que não estava la diserão a porta en altos vozes muitas injurias

\Testemunhas: Margarida Fernandez, Simão Rodrigues o moço, Lorenzo Tenreiro sua molher, Diego da Fonseca Beltrão todos da vila de Carapito./

/fol. 470v./ que saise o judeo que o avião de qeimar e arrastar e outras muitas couzas.

Sabendo o dito Guimarães Furtado do cazo con outras pesoas, foi a mesma vila de Carapito a caza donde morava o dito Manuel João e nela entrou e o buscou para tomar

vingansa e não o achando se sahio ficando a dita Maria da Azevedo quenxando se deles e de todos seos parentes e amigos.

\Testemunhas: Diego da Fonseca Beltrão, Bertolomeu Gil, [Antonio] Ferreira todos da mesma vila de Carapito./

Depois de sair o dito Guimarães Furtado, o dito Manuel João e sua molher denunciarão dele requerendo devassa de motin e assuada e de seos irmãos e contra o dito Nuno Alvares Pereira e sua {sua} mai e mais parentes declarados en estas contraditas, e outras mais que fazião e copia mais de 30 pessoas e para prejudicar a todos induzirão testemunhas falcas e con elas fizerão prenunciar e prender ao dito Nuno Alvares e sua molher na cadea da cidade de Vizeo, aonde estão presos ha coatro mezes impedindo lhe a soltura com requerimento delatorios e injustos, padrinhados de alguns poderozos que o favoresen contra o dito Nuno Alvares.

\Testemunhas: [...] Diego da Fonseca Beltrão, Bertolomeu Gil, [...] de Carvalho, [...] devassa [...] na vila de Carapito [...]/

Sendo publica e notoria a falsidade e induzimento de testemunhas que o dito Manuel João e seo filho /fol. 471/ e seo filho cometerão para a devasa que se tirou na vila de Carapito, se querelou deles por induzirem testemunhas falsas perante o corregedor da comarca de Pinhel que lhe resultou culpa e estão pernunciados a prizão.

Francisco da Fonseca Henriques e seu filho Manuel da Fonseca Henriques he tio segundo e primo dereito da dita Leonor da Fonseca mai da dita Maria da Fonseca injuriada e per lhe fazerem as suas partes na acuação de alçada e andaren en seos requerimentos contra o dito Manuel João, sua molher e filho lhe querem muito mal e ten grande odio e deles denunciarão na vila de Carapito dizendo que por seo mandado lhe fora Guimarães Furtado fazer a assuada.

\Carta de autos dea querla atras dita/

\Testemunhas: Diego Rodriguez de Galle e Diego Rodriguez boticário, Andre de Souza, António de Saa e Menezes capitão mor todos de Trãocozo./

E tanto assi que andava o dito Migel João filho do dito Manuel João pelas feiras publicando que se avia de vingar do dito Francisco da Fonseca e seo filho e toda a sua jente pois ele os presequia en os acuzar por parte da dita Maria da Fonseca e Nuno Alvares seo marido, por honde se mostra o grande odio que lhe tem.

\Testemunhas: Pedro Freixino, Manuel de Bairos e Manuel Rodrigo e Cristovão de Figueiredo sargendo mor todos moradores em Fereiru termo da vila de Fonte Arcada./

/fol.471v/ Mateus Guterres da Fonseca he primo direito da dita Lonor da Fonseca mai da dita Maria da Fonseca injuriada por andar solissitando os negocios e requerimentos na acusação do dito Manuel João e sua molher e filho lhe querem grande mal e tem grande odio e dele denunsiarão na vila de Carapito dizendo que por seo mandado lhe fora Guimarães Furtado fazer asuada e não foi pernunciado e esta inimizade acreseo com o que atras fica dito.

\Testemunhas: António de Saa e Menezes capitão mor, Diego Rodriguez de Galle, Andre de Souza [...]/

\Testemunhas: João [...]/

Tao grande e manifesta he a inimizade e odio que lhe tem que andão o dito Manuel João e seo filho publicamente amiasando a todos os aqui contheudos e nomeados e os mais moradores parentes e amigos que os ha de fazer prender, que as fazendas de todos os christãos novos da vila de Trãocozo hão de ser suas e que sendo prezos lhe não da desculpas que lhe fizerão por que seo parentes facilmente se livrara delas e he publico andou por ssi e seos confidentes induzindo criados e criadas e gente baixa para que os culpem como induzio para a devasa de Carapito da assuada

\Testemunhas: Balthezar [Tavares e seo] filho Manuel Tavares [...] da Fonseca [...] todos de Trãocozo./

/fol. 472/ que o dito Migel João en huma resposta que deo e seu pai en hum agravo que intimou para a relação do Porto diserão que a molher do dito Nuno Alvares e seos parentes lhe ten odio e são enemigos por lhe vir ordem para prender ao dito Nuno Alvares pelo Santo Oficio e o prender e pertendeo con isto dar a entender que era familiar e ser tido por ese avendo na vila familiar que he Antonio Francisco e dizendo palavras de maior pezo contra todos.

\Autos que estão no escrivão Antão Lopes da Costa. Testemunhas: António Francisco famaliar do Santo Oficio, o licenciado Manuel Simois da Fonseca juis de fora que foi na dita vila morador na sidade de Coimbra./

Bertolomeu Fernandez e Ana João a moça sua molher são irmãos e cunhados do dito Manuel João, Ana João a vella e Manuel de Almeida seo marido são madrasta e padraсто do dito Manuel João, Manuel Fernandez barbeiro e sua mulher e sogra Caterina Esteves são filho e nora de Ana João a moça e de Bertolomeu Fernandez, e sobrinho do dito Manuel João e todos os aqui noados [sic] como seos parentes facen suas partes e andão en seos negocios e querem mal a todos os suplicantes. Antonio Luis e Antonio João carcereiro são criados do dito Manuel João e o acompanhão nestas

acusasois e são seos procuradores e por sua contenplação são grandes seos inimigos e se deo a prisão o dito Antonio João com Antonio Mendes pela culpa de hum ferimento que se fes ao dito Migel João, e foi jurar a devassa da vila de Carapito estando em esta vila de Traãocozo a onde o cazo aconteseo.

\Testemunhas: João Rodrigues Neto, João Rodrigues, Sãoquentiu(?), Francisco Ribeiro do Castelo todos de Trãocozo./

\Francisco Rodrigues Figueira, Rodrigo de Sanpaio, Diego Rodriguez de Galle./
/fol. 472v./ Matheos Figeira, João Rodrigues Betera seo sobrinho são seos inimigos por serem particulares amigos dos ditos Manuel João e per seo induzimento foi o dito Matheos Figeira jurar a vila de Carapatio na devasa contra todos nomeados em esta petição e os mais denunciados, por hum espada que lhe deo estando na vila de Trãocozo coando o cazo susedeo e he homem de muito ma consiensiia costumado a jurar falço.

\Testemunhas: Diego [...] João [...] Rodriguez./

\Costa [da devassa] que [...] jurar [...] /

Antonia Fernandez veuva tripeira e suas filhas são grandes suas inimigas por quanto Jorge Mendes de Costa cunhado do dito Matheus Guterres e parente dos sobreditos crelou de hum seo jemro por lhe matarem a hum seo filho e foi degredado o dito seo jemro por sentensa para o Brazil e sobretudo he jente vil e baixa que facilmente serão induzidos pelo dito Manuel João como o forão para irem jurar a devasa da vila de Carapito e ja en outra cauza crime foi julgado na relação do Porto que jurarão do cazo e temerariamente contra hum filho do doutor Belchior Mendes parente dos conteudos nesta petisao.

/fol.473/ Francisco Fernandez Lapenca he seo inemigo por ser amigo do dito Manuel João e he [...] que se toma do vinho muito pobre que fasilmente sera induzido.

\Testemunhas: Francisco Rodriguez Arocho, João Rodriguez Soeiro./

Tãobem he grande seo inimigo o padre Francisco da Silveira por quanto teve palavras injuriosas com Phelipe Lopes e Antonio Mendes da Costa cunhado do dito Matheus Guterres e parentes dos contheudos nesta petição e delas ficou com ma vontade asin a eles como aos sobreditos seos parentes e he publico e notorio que anda o dito padre induzindo pelas fontes, rios e caminhos as mosas e mosos de toda a gente da nasão para juraren contra eles.

\Testemunhas: Duarte Pereira, Diego Soares, Francisco Rodrigues, Rodrigo de Sãopaio, Caterina a matruça todos de Trãocozo./

Peço a vossas senhorias que estas tao grandes e notarias cauzas de odio lhe não seja de perjoizo qualquer falsa denunciação dada pelos ditos seos inimigos e pesoas por eles induzidas nem seos testemunhos de efeito algum tudo com aquela justiça que en este SantoTribunal se administra.

Documento VII

Sem data, Vila Flor - *Carta de Álvaro de Moraes de Ataíde e de Paulo Montes de Madureira em defesa de seus parentes presos pela Inquisição, na qual acusam Diogo Henriques de induzir pessoas a testemunharem falsamente e como tal terá sido o motivo das ditas prisões.*

Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 600-600v.

/fol. 600/ Dizem Alvaro de Moraes de Ataíde e Paulo Montes de Madureira moradores em Vila Flor em nome de seus filhos e parentes, presos nos cárceres do Santo Ofício que para melhor averiguação da culpa, que aos ditos presos lhe enputarão falsamente e que foi conjuração tratada por Diogo Anríques querem provar que o dito Diogo Anríques da mesma vila se achou na cidade de Coimbra na ocasião que se celebrou o auto da fe pinúltimo. Com sua cunhada Genebra de Alvim e sobrinho Julião indu se apresentar em Meza como costara do termo de seu testemunho, e suposto ele industriozo nam jurase contra a ditas pessoas, contudo induziu aos que saíram no auto se tornassem a reconciliar e nela os aconselhou a que jurassem contra os ditos seus parentes e pessoas mecaniquas dando lhe a todos dinheiro como foi aos que se vem acuzar para que lhe tistimunhem contra quem ele quer.

Provara que as pessoas que tornaram a Meza reconciliar se foram Dioguo Mendes Carneiro seus filhos Duarte Mendes e Pascoal Mendes e Briatis Lopes a picha que já hestão fugidos em Castela e outras mutas pessoas da dita vila e de fora dela, que nessa ocasião se hiam apresentar como heram de Trancozo, Freixo de Nemam, Francisco Machado e outros, Samdim, Cercão, Argozello, Braganca, Vinhais e outros lugares desta provincia e fora dela por ser muito poderozo com a dita jente de nação e talvez sera seu cacis (?), e o mesmo com pessoas de Campo de Viboras como Francisco Mendes Quintela, que saiu nese auto e os filhos da Tabagua naturais da Tore de Moncorvo que alguns vivião em Moreira por terem duvidas com seu filho Francisco de Moraes.

Provara que estava tam certo o dito Dioguo Anríques nas prizois que se avião de fazer na dita jente nobre e mecaniquas pelas testemunhas, que tinha indozido que alem de as contar, antes de cucederem como já demos parte em /fol. 600v./ em Meza por algumas vezes agora a poucos tempos disse ao padre Alvaro Gonçalves que se ele nam estivera certo que o corregedor nam vinha a prender jente de negoção ele os avizara e coando se

fes o sinal para as prizoins os não avião de achar ninhum mas que sabia vinham prender a outra jente testemunha, o dito padre por donde se ve bem claro ser ele o maquinador e conselheiro de tal falsidade.

Provara e costara no cartorio deste Santo Tribunal, a vera 10 ou 15 anos tenpo que na verdade se achar meterem peticam os cristaos novos desta vila, recontando as grandes inimizades que antre eles e a gente nobre avia em que ha forca nomeiasem as pessoas a que contraditavão para nam valerem seos testemunhos contra eles e asim pellos mesmos fios lhe ficam sendo sospeitos os seos testemunhos.

Testemunhas para as duvidas dos filhos da Tabagua com seu filho por lhe querer dar dipois de lhe fazer baixar uma vara que hum dos ditos trazia de meirinho das alfandeguas de que logo o fiquaram amiacando: Maria Anriques Baieza cristã nova, Baltezar Teixeira e sua molher e Sebastião de Souza alfaiate, todos da Tore de Moncorvo.

Documento VIII

1667, Junho 4, Moreira - *Carta de Manuel Nunes, seus filhos e parentes, Manuel Fernandes e de sua mulher e filhos, Pedro Paulo e Gaspar Soares que receiam serem falsamente delatados por Luísa Fernandes e suas filhas todas presas nos cárceres do Santo Ofício. Nesta, relatam as ameaças, as agressões verbais e físicas devido a inimizades que têm com as ditas presas por causa do casamento de um parente dos suplicantes com uma das filhas de Luísa Fernandes. Casamento, este, que os suplicantes tentaram impedir alegando que estas mulheres eram públicas e de má vida.* Lisboa, A.N.T.T, Inquisição de Coimbra, liv. 72, fols. 618-619.

/fol. 618/ Oferecida em Mesa a 4 de Junho de 1667

Ilustrísimos Senhores

Dizem Manuel Nunes e seus filhos solteiros Maria e Manuel e bem assim Manuel Fernandez, sua mulher Maria Soares e filhos Manuela Fernandez, António Soares e Manuel solteiros moradores na vila de Moreira, Pedro Paulo morador na vila de Matança, Gaspar Soares morador no Casal das Donas concelho de Penalva bispo de Viseu, que eles com todo o devido respeito e sumissão fazem presentes a vossas ilustrísimas senhorias em como Luisa Fernandez viúva e suas filhas Maria Furtada, Isabel Rodriguez, Anna Francisca e Clara presas nos cárceres deste Santo Tribunal do Santo Ofício sem capitais inimigas dos suplicantes em razão de que sendo a dita Maria Furtada uma mulher depravada e mundana se desposou com Manuel Nunes sobrinho direito dos suplicantes Manuel Nunes e Manuel Fernandez e primo com irmão dos mais suplicantes, cujo casamento elles quizerão estrovar por não sentirem tam grande descredito como heira vello casado com uma mulher publica e daqui prosederão muitas duvidas, desgostos, paixões e inimizades que ainda ate gora tem durado precedendo graves amiaços e odios em tanto que se acrecentarão por o supplicante Manuel Nunes jurar contra eles em uma querela de Manuel Rodriguez Moreira, dizendo o dito seu sobrinho Manuel Nunes e as presas Maria Furtada e sua mãe Luisa Fernandez que o avião de matar chamando lhe nomes afrontosissimos e indo se a sua porta e querendo sobir lhe pela esquadra acima jurando que avia de açoitá-lo sua mulher e por não poder entrar lhe em casa lhe atirou a genela com hum seixo fazendo grandes

estruídos, e a dita Maria Furtada andou com ela a braços e as guedelhas e sempre as trouxeram amiaçados que se avião de vimgar.

\Testemunhas: Luis Tavares, Marinha Bordalo, Manuel Rodrigues Moreira, Caterina Prata, Belchior Gaspar e seos filhos, Antonia Tavares, Alvaro de Chaves e sua mulher, Joham Gaspar e sua mulher, Francisco Gaspar de Trancoso filho de Pedro Jorge/

/Fol. 618v./ de vimgar e finalmente tem tido outras muitas duvidas e deferenças e sempre se tratarão per enemigos e no tempo de sua prizão fez as mesmas amiaças indo pelo caminho contra o suplicante Manuel Nunes e toda a mais gente de Moreira.

\Testemunhas: Francisco Gaspar de Trancoso filho de Pedro Jorge/

As ditas presas Maria Furtada e sua may tiveram grandes pemsias com os supplicantes Manuel Fernandez e sua mulher e filhos chamando lhes muitos nomes afrontosos e dizendo que alcovitava sua propria filha so pela emfamar sendo moça domzela omrada verhiosa [virtuosa] dizendo mais que eles supplicantes hera cada hum filho de seu pay e outras cousas ignominiosas indignas de de dizerem e chegou a tanto o atrivimento do dito Manuel Nunes e Maria Furtada que por seu mandado foy dar em huma rua publica na dita supplicante Maria Soares muitas bofetadas desgildilhandoa e descompondoa gravemente sem temor de Deos nem aver respeito a ser ela sua madrinha do bautismo com que fiquarão todos sendo sempre capitaes enemigos e depois disto mandarão afrontar ao supplicante Gaspar Soares per tres ou quatro omens e andando continuamente em rixas e com amiaços

\Testemunhas: Luis Tavares, Belchior Gaspar, Caterina Prata, Agostinha Lopes e suas irmãs Luisa Cardoza e Manuel Bordalo e toda a vila de Moreira omde sam todos moradores e no tocante a Gaspar Soares todo o Casal das Donas./

Sam as suplicadas todas mulheres de tam roim procedimento e tam roims de seos corpos que não falavão com pessoas omradas porque todas se desprezavão delas e de suas mas deguo (?) e fugiam de suas mas limgoas porque são muito desboquadas fações em poer manchas e falsos testemunhos as pessoas omradas por cuja rezam forão sempre tidas e avidas pelas mais roims moradoras deste tempo pois nunca sse negarão a ningem e tinham suas portas abertas a companhias de soldados inteiras, a tambores /fol. 619/ a tambores, mochilos, e negros que as querião e a suplicada Maria Furtada depois de casada vevia tam mal na vila de Moreira que por justiça a lamsarão fora e sendo as suplicadas de tam ma natureza e tam faltas de comsiensia e do temor de Deos não e justo que prejudiquem aos supplicantes nem ainda a pessoa alguma e mais sendo eles

tam bons cristãos que não sabem a parte que tem de nação e sam tidos geralmente per cristãos velhos porque toda sua geração he de clérigos e autoalmente andam os supplicantes metidos no governo da Republica e servindo de mayordomos das confrarias do Santissimo Sacramento e de Nosa Senhora do Rozairo e do santo nome de Jesus com muita satisfação e crestandade.

Pede a vossas senhorias lhes fação merce reseber esta petição de comtraditas para lhes não prejudiquarem as suplicadas nem o dito Manuel Nunes marido de Maria Furtada.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Inquisição de Coimbra, liv.72.

Fontes Impressas

BLUTEAU, Rafael,

Vocabulário Portuguez e Latino, tomo VIII, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1721.

FRANCO, José Eduardo e ASSUNÇÃO, Paulo de,

As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XIX), estudo introdutório e edição integral dos Regimentos da Inquisição Portuguesa, Lisboa, Prefácio, 2004.

PEREIRA, Isaías da Rosa,

A Inquisição em Portugal. Séculos XVI-XVII. Período Filipino, Lisboa, Vega, 1992.

Dicionários, Repertórios e Obras de Referência

LIPINER, Elias,

Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição, Lisboa, Contexto, 1999.

Estudos

BENNASSAR, Bartolomé,

“La Inquisición o la Pedagogia del Miedo”, *Inquisición Española: Poder Político y Control Social*, direcção de Bartolomé Bennassar, tradução de Javier Alfaya, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 94-125.

BETHENCOURT, Francisco,

“A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2 (*Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), [Lisboa], Circulo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 95-131.

-----, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, [s.l.], Temas e Debates, 1996.

-----, “Inquisição e Controle Social”, *Revista História e Crítica*, n.º 14, Lisboa, 1987, pp. 5-18.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond,

“A Visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565”, *Revista de la Inquisición*, n.º3, Madrid, 1994, pp. 29-67.

-----, “As Cristãs-Novas e as Práticas e Interditos Alimentares Judaicos no Portugal Moderno”, *Caderno Espaço Feminino*, vol. 20, n.º 2, Uberlândia (Minas Gerais), 2008, pp. 31-56.

-----, “Controlando as Consciências: D. António Caetano de Sousa e a Censura de Livros no Portugal do século XVIII”, *Instituciones y Centros de Reclusión Colectiva. Formas y Claves de una Respuesta Social (sécs. XVI-XX)*, coordenação de Laureano M. Rubio Pérez, León, Universidade de León, 2012, pp. 177-194.

-----, “Entre o Sagrado e o Profano: as Procissões em Portugal no século XVIII segundo alguns Relatos de Estrangeiros”, *A Festa, Comunicações Apresentadas ao VIII Congresso Internacional*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992, pp. 455-468.

-----, “Judeus e Cristãos-Novos: os que chegam, os que partem e os que regressam”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, Lisboa, 2005, pp. 9-29.

-----, “Representação, Poder e Espectáculo: o Auto da Fé”, *Turres Veteras VIII. História das Festas*, coordenação de Carlos Guardado da Silva, Lisboa, Torres Vedras, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano, 2006, pp. 177-185.

-----, “Santo Ofício, Promoção e Exclusão Social: o Discurso e a Prática”, *III Jornadas Internacionales sobre Marginación y Asistencia Social en la Historia*, Universidade de León, 2010, pp. 1-18.

-----, “Violência Verbal e Violência Física numa Sociedade em Mudança: Portugal séculos XV-XVI”, *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época. Actas*, vol. 3, [Guimarães], Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 497-508.

-----, *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos Séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

BRAGA, Paulo Drumond,

A Inquisição nos Açores, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997.

-----, *Filhas de Safo. Uma História da Homossexualidade Feminina em Portugal (séculos XIII-XX)*, Lisboa, Texto Editores, 2011.

CARVALHO, Joaquim de e PAIVA, José Pedro

“Visitações”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. P-V, coordenação de Ana Maria Jorge, Lisboa, Círculo de Leitores, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 365-369.

COELHO, António Borges,

A Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668, vol. I, Lisboa, Caminho, 1987.

CONTRERAS, Jaime,

El Santo Oficio de la Inquisición de Galicia, (Poder, Sociedad y Cultura), Madrid, Akal/Universitaria, 1982.

DEDIEU, Jean-Pierre,

“Denunciar-Denunciarse. La Delación Inquisitorial en Castilla la Nueva en los siglos XVI–XVII”, *Revista de la Inquisición*, vol.2, Madrid, 1992, pp. 95-108.

-----, *L'Administration de la Foi. L'Inquisition de Tolède (XVI^e-XVIII^e siècle)*, Madrid, Casa de Velásquez, 1989.

DUARTE, Luís Miguel

“A Denúncia nas Leis e na Vida Portuguesa de Quatrocentos”, *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre a Inquisição*, vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 449-461.

FARIA, Ana Maria Homem Leal de,

“A Extinção da Inquisição”. *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. VI, *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, direcção de João Medina, Lisboa, Ediclube 1994, pp. 161-198.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal,

“Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 3, nova série, 1989, pp. 109-138.

-----, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária editora, 1989.

MAGALHÃES, Joaquim Romero,

-----, “Em Busca dos Tempos da Inquisição (1573-1615)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 1987, pp. 191-228.

MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro,

História da Inquisição Portuguesa 1536-1821, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.

MARTINS, Teresa Payan,

A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 2005.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo,

A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1997.

-----, “O Santo Ofício português - da legislação à prática”, *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia; Vol. II, Porto, 2001, pp. 165-174.

-----, “Século XVI: Coimbra, as lutas entre o Santo Ofício e os cristãos-novos”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol.1,

Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 203-219.

MURARO, Valmir Francisco,

“Inquisição Portuguesa: a violência psicológica nos modos de proceder”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa, São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 203-225.

OLIVAL, Maria Fernanda,

“A Inquisição e a Madeira: a Visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira. Actas*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 493-519.

-----, “O Controle sobre Proposições na Inquisição de Lisboa (1681-1700). Achegas para um Estudo da Temática”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso - Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 663-685.

-----, “Rigor e Interesses: os Estatutos de Limpeza de Sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, 2004, pp. 151-182.

PAIVA, José Pedro,

“A Magia e a Bruxaria”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 2, (*Humanismo e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), Lisboa, Circulo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 369-375.

-----, “Inquisição e Visitas Pastorais: Dois Mecanismos Complementares de Controlo Social”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 85-102.

-----, “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”, *Revista Portuguesa de História*, XL, 2008-2009, pp. 383-397.

-----, “Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613)”. *Lusitania Sacra*, 2.^a série, XV, 2003, pp. 43-76.

PALOMO, Federico,

A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

-----, “‘Disciplina Christiana’” Apuntes Historiográficos en Torno a la Disciplina y el Disciplinamiento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de História Moderna*, nº18, Madrid, 1997, pp. 119-136.

REIS, Célia Maria Ferreira,

“A Visitação de Marcos Teixeira aos Açores em 1575”. *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso - Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 279-289.

TAVARES, Maria José Ferro Pimenta,

“Cristãos-Novos”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 27-31.

-----, “Inquisição: Uma Catequização Pelo Medo”, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo II, Porto, (*Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV/2), 1989, pp. 187-199.

-----, “Os Judeus em Portugal no Século XV”, *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. VI, *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, dirigida por João Medina, Amadora, Ediclube 1994, pp. 11-32.

TORRES, José Veiga,

-----, “Uma Longa Guerra Social. Novas Perspectivas para o Estudo da Inquisição Portuguesa. A Inquisição de Coimbra”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, pp. 59-75.